

Elaine Moreira
Rachel Gouveia
Joana Garcia
Luis Acosta
Marcos Botelho
Mavi Rodrigues
Miriam Krenzinger
Tatiana Brettas
(orgs.)



EM TEMPOS DE PANDEMIA

Propostas para a defesa
da vida e de direitos sociais

ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ



Elaine Moreira
Rachel Gouveia
Joana Garcia
Luis Acosta
Marcos Botelho
Mavi Rodrigues
Miriam Krenzinger
Tatiana Brettas
(orgs.)

EM TEMPOS DE PANDEMIA

Propostas para a defesa
da vida e de direitos sociais

Rio de Janeiro, 2020.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Denise Pires de Carvalho REITORA

Carlos Frederico Leão Rocha VICE-REITOR

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelo Macedo Corrêa e Castro DECANO

Escola de Serviço Social

Miriam Krenzinger DIRETORA

Elaine Moreira VICE-DIRETORA

EM TEMPOS DE PANDEMIA

Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais

Elaine Moreira

Rachel Gouveia

Joana Garcia

Luis Acosta

Marcos Botelho

Mavi Rodrigues

Miriam Krenzinger

Tatiana Brettas

ORGANIZAÇÃO

Fábio Marinho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Moreira

Rachel Gouveia

Tatiana Brettas

REVISÃO

APOIO
Praia Vermelha

IMAGEM DE CAPA
George Brecht, *Roy
Lichtenstein's Hand*.
Centre Pompidou,
Musée national d'art
moderne. © Jean-
Claude Planchet / Dist.
RMN-GP © Adagp, Paris.

LICENÇA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- E53 Em tempos de pandemia : propostas para defesa da vida e de direitos sociais / [organizadores] Elaine Moreira, Rachel Gouveia ... [et al.]. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.
155 p.

ISBN 978-65-86155-01-3 (versão on-line).

1. Epidemias. 2. Epidemias – Aspectos sociais. 3. Epidemias – Aspectos políticos. 4. Covid-19 (Doenças). 5. Saúde pública – Brasil. I. Passos, Rachel Gouveia. II. Moreira, Elaine Martins. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social.

CDD: 614.49

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

Apresentação 07

ANALISANDO A CONJUNTURA

- CAPÍTULO 1** Defender a vida é preciso, a economia não 11
Tatiana Brettas
- CAPÍTULO 2** A culpa da crise não é do vírus 19
Marina Machado Gouvêa
- CAPÍTULO 3** O Rei está nu! Ou como um vírus expôs a falácia e 29
a desproteção social no Brasil contemporâneo
Alzira M. B. Guarany
- CAPÍTULO 4** O mundo pós-COVID será o mesmo? 35
Rivera L. Guianze
- CAPÍTULO 5** Lições da quarentena 40
Luiz Eduardo Soares & Miriam Krenzinger
- CAPÍTULO 6** Ataque aos servidores públicos sob o COVID-19: 46
orçamento de pessoal em questão
Gênesis de Oliveira Pereira
- CAPÍTULO 7** Sobre a premência do debate da dimensão 53
da tecnicidade no trabalho da(o) assistente social
Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira

sumário

PARTE I

POLÍTICAS PÚBLICAS

- CAPÍTULO 8** Sistema Único de Assistência Social: entre o desmonte e a condição de serviço essencial no contexto da pandemia **60**
Mossicleia Mendes da Silva
- CAPÍTULO 9** O Cadastro Único na pandemia do coronavírus: panorama da (des)proteção social **68**
Daniel de Souza Campos
- CAPÍTULO 10** Projeto neoliberal, coronavírus e Auxílio Emergencial: o desmonte da assistência social **75**
Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira
- CAPÍTULO 11** A produção dos nossos alimentos em tempos de pandemia **83**
Elaine Martins Moreira, Leile Teixeira & Maristela Dal Moro
- CAPÍTULO 12** "A carne mais barata do mercado é a carne negra": saúde da população negra em tempos de COVID-19 **90**
Rachel Gouveia Passos
- CAPÍTULO 13** Considerações preliminares sobre a visibilidade das favelas no contexto da pandemia do COVID-19 no Rio de Janeiro **97**
Lenise Lima Fernandes
- CAPÍTULO 14** Sistema prisional brasileiro em contexto da pandemia da COVID-19 **103**
Fernanda Kilduff

sumário

PARTE II

ESPAÇO, EXPERIÊNCIAS E SUJEITOS

CAPÍTULO 15	Feitiço do espaço <i>Rosemere Maia</i>	112
CAPÍTULO 16	Pandemia, experiência e sociedade atual: Contribuições de Walter Benjamin <i>Rogério Lustosa Bastos & Lizete Quelha de Souza</i>	119
CAPÍTULO 17	A Velhice (ainda) é somente uma palavra: COVID-19 e o envelhecimento no Brasil <i>Andrea Moraes Alves</i>	126
CAPÍTULO 18	Experiências com crianças na quarentena <i>Joana Garcia</i>	131
CAPÍTULO 19	Mulheres, espaço doméstico e soberania alimentar: perguntas que a pandemia precipita <i>Josefina Mastropaolo</i>	142
CAPÍTULO 20	Distanciamento social e sobrecarga de trabalho: impactos na saúde da mulher <i>Rosimar Souza dos Santos Borges & Adriana Santos da Silva</i>	148

sumário

PARTE III

Apresentação

“Como será o amanhã? Responda quem puder...” perguntas como estas colocadas pelo Samba Enredo da União da Ilha de 1978, composto por João Sérgio, certamente tem passado pela cabeça de todas/os nós. Como será nosso futuro?

O ano de 2020 ainda está no início, mas a humanidade já foi impactada pela proliferação mundial do novo coronavírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março, tratar-se de uma pandemia. Na ocasião, eram 118 mil casos em 114 países, com 4.291 mortes por conta da doença. Um momento histórico que do qual ninguém desejaria participar. A COVID-19 vem afetando todos os continentes do globo, indistintamente. Em maior ou menor proporção, ninguém fica de fora.

No momento que fechamos a redação desse livro, dia 25 de abril, segundo dados da BBC havia 2.775.738 casos confirmados oficialmente, sendo 197.199 mortes em razão da doença em todo o mundo. Entre os mais impactados estão as duas principais potências mundiais: Estados Unidos, com o maior número de mortos, 51.864 pessoas e a China, o nono país com mais mortes, 4.636. O Brasil, apesar de ter um avanço da doença mais tardio do que muitos outros países, possui 3.704 pessoas vitimadas e já é o 11º país entre os mais afetados.

Para agravar nossa situação, o governo federal tem “batido cabeça” sobre que linha adotar no combate à doença. Desde o início da pandemia, o presidente da República diverge publicamente das orientações da Organização Mundial de Saúde, classificando-a como uma “gripezinha”. Além disso, declarou em rede nacional que “vão morrer alguns sim”, com aparente tranquilidade; refuta as medidas mais rigorosas de isolamento social, indicadas por órgãos nacionais e internacionais alegando que prejudicam a economia. Pouco mais de um mês após declarada a pandemia, a queda de braço interna resultou na demissão do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Em seu lugar foi nomeado Nelson Teich, que no breve discurso de posse, defendeu a testagem em massa. Não explicou, todavia, como conseguirá esse feito, já que a indisponibilidade de testes vem sendo noticiada desde o início da pandemia.

No final do dia 13 de março, a Direção e os técnicos-administrativos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) se reuniram para pensar como proceder diante de tão avassaladora situação. Nesse primeiro momento, as aulas na universidade estavam sendo suspensas temporariamente e a UFRJ pensava sobre

o funcionamento do restante das suas atividades. Desde a declaração da pandemia mundial, aqui no Brasil, estamos vivenciando momentos de tensão, medo, expectativa, mas também de reflexão, solidariedade e acolhimento. Imbuído dos sentimentos de solidariedade e acolhimento, além do compromisso ético e político com a sociedade, o Conselho Diretor da ESS propôs aos/as seus/suas servidores/as, que pudessem e desejassem elaborar reflexões sobre o período da pandemia para serem socializadas em formato de livro.

Os textos aqui apresentados demonstram que é parte do compromisso social da universidade pública brasileira, entre outras atribuições, refletir sobre os grandes dilemas de nossa sociedade. A intervenção concreta da universidade neste período está mais restrita às unidades de saúde, aos hospitais universitários e à pesquisa na área de enfrentamento direto da pandemia. Mas, as atividades administrativas, de estudo e planejamento possíveis de serem feitas remotamente estão tendo continuidade, ainda que de modo distinto, por conta das medidas de isolamento social. A UFRJ já deliberou que o calendário acadêmico será redefinido quando as atividades presenciais forem retomadas. Também destacamos as redes de solidariedade provenientes, especialmente, do diálogo, promovido historicamente, com as comunidades e coletivos via extensão universitária.

É importante frisarmos que as universidades e instituições públicas estão protagonizando a formulação de respostas para a prevenção, o controle, o tratamento e a busca da cura para o novo coronavírus. A UFRJ vem se destacando na produção de máscaras, na viabilização de leitos e nas pesquisas nos laboratórios para desenvolvimento de vacinas e tratamento. Mesmo sofrendo ataques diretos pelo atual ministro da Educação, podemos afirmar que a universidade vem se colocando como protagonista nesse processo. Nós, da Escola de Serviço Social, também assumimos essa tarefa através da organização de um livro que apresenta análises e propostas.

Um dos objetivos fundamentais deste livro é realizar um diálogo com toda a ESS, organizações parceiras, supervisores/as de campo de estágio e a comunidade em geral. Os textos aqui apresentados revelam a diversidade de temas com os quais o corpo social de nossa unidade se envolve. Acertadamente, todos têm no horizonte a defesa da democracia e dos direitos humanos. Mais do que nunca, estes princípios precisam ser reafirmados. Temos visto diversas situações individuais e posicionamentos de instituições e autoridades brasileiras durante

esse período de isolamento social que demonstram a fragilidade da democracia brasileira e a necessidade de defendê-la, se não quisermos aprofundar a barbárie capitalista.

O livro está organizado em três seções. A primeira, traz o debate da economia *versus* a vida, o fracasso do modelo neoliberal, o agravamento da questão social com seus determinantes de classe, raça e gênero, o acesso desigual ao fundo público nesse contexto e as expectativas sobre o rumo das relações sociais após a passagem da pandemia.

A segunda seção contém análises das políticas sociais públicas e o papel da proteção social estatal nesse contexto. Destaca-se o tema da alimentação, da saúde, em particular da população negra, da população moradora das favelas, da população encarcerada e da política de assistência social, com seus serviços criados com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 2004 até o recente auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional como uma medida de proteção social diante dos impactos da pandemia.

A terceira seção apresenta uma série de estudos que envolvem os sujeitos sociais em suas relações familiares, no trabalho e no seu território diante de suas demandas cotidianas da vida doméstica, do trabalho, do cuidado com os demais. Particularmente, envolvendo os papéis sociais atribuídos às mulheres no cuidado com a família, as crianças e os idosos.

Aos estudantes, técnicos e docentes, pedimos que partilhem esse livro com sua rede de contato e desejamos, verdadeiramente, que este material possa trazer informações e proporcionar trocas entre nós e com a comunidade em geral.

Ao todo são 20 textos que nos provocam e convocam a pensarmos sobre nosso presente e futuro. Que os desafios do tempo presente instiguem os povos em coletivo e cada um de nós em particular a rever e recriar relações sociais que priorizem a vida sem qualquer tipo de discriminação, a preservação da natureza e seus recursos para que possamos ter mais esperança em como “será o amanhã”.

Desejamos uma ótima leitura!

Rio de Janeiro, 25 abril de 2020.

As/os organizadoras/es

PARTE I

EM TEMPOS DE PANDEMIA

Propostas para a defesa
da vida e de direitos sociais

ANALISANDO A CONJUNTURA

CAPÍTULO 1

VOLTAR AO SUMÁRIO

Defender a vida é preciso, a economia não

Tatiana Brettas¹

Uma polêmica paira no ar em tempos de pandemia. Afinal, existe ou não uma oposição entre salvar vidas e salvar a economia? Este dilema, transformado em um cabo de guerra pelo governo federal, ajuda a desvelar o que a alienação obscurece: no modo de produção capitalista, a produção da riqueza gera incompatibilidades com a garantia de qualidade de vida à grande maioria da população.

No enfrentamento à COVID-19, são imprescindíveis as medidas de isolamento social. Com as pessoas em casa, limita-se a possibilidade de exploração da força de trabalho e, deste modo, da produção de riquezas no contexto do capitalismo. Diante deste cenário, é possível ver manifestações que questionam a necessidade e a importância de medidas de proteção à vida das pessoas, escancarando o que a ideologia burguesa busca esconder.

No Brasil, não foram poucas as declarações de burgueses como Junior Durski, dono da rede de restaurantes Madero, que minimizou as possíveis mortes com a doença diante da necessidade de manter as atividades. "As pessoas têm que produzir, têm que trabalhar", afirmou sem demonstrar grandes constrangimentos².

Para quem pensa que só no Brasil seria possível alguém com esta falta de pudor, Rick Santelli, editor do telejornal estadunidense CNBC Business News, afirmou que muito mais preocupante do que milhões de mortes é a queda das ações na bolsa. Em sua avaliação, "talvez fosse melhor simplesmente espalhar [a doença] para todo mundo", como forma de conter as incertezas do mercado e retomar a segurança dos investidores³.

1 Economista e Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ.

2 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/03/23/interna_nacional,1131797/dono-do-madero-diz-que-consequencias-economicas-serao-maiores.shtml. Acesso realizado em: 14/04/2020.

3 Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/10/epidemia-coronavirus-bolsa-de-valores/>. Acesso realizado em: 14/04/2020.

A petulância de parte da classe dominante – que não mais se preocupa em ocultar sua dimensão genocida – é expressão de uma crise de grandes proporções, cujo início é anterior à pandemia. Seu agravamento no último período permitiu o crescimento de movimentos de extrema direita, ampliando fissuras no interior do bloco de poder dominante e radicalizando estratégias de dominação.

Na pandemia, o discurso produzido pela extrema direita é de que as pessoas devem desconsiderar os riscos sanitários de romper com o isolamento social para garantir a sua sobrevivência e, com isso, a manutenção da atividade econômica. Por um lado, descortina que a fonte de valor está no trabalho humano, ou seja, sem pessoas trabalhando, não há riqueza e, portanto, não há lucro. Por outro, este discurso ganha força ao possuir representação em governos e conquistar o apoio popular, o que aponta para inúmeros desafios à classe trabalhadora.

Não é uma novidade histórica a ocorrência de morte de pessoas em virtude de condições de trabalho, moradia, alimentação, ou da violência (incluindo a praticada pelo braço coercitivo do Estado), especialmente entre a população negra da periferia do capitalismo dependente. A incompatibilidade entre qualidade de vida e a produção de riqueza foi historicamente denunciada pelos movimentos organizados da classe trabalhadora e mitigada pela burguesia, na pretensão de identificar os contraditórios interesses entre as distintas classes sociais e preservar a apropriação privada da riqueza.

A extrema direita e tensões e fissuras no bloco de poder dominante

Atualmente, o agravamento das condições de vida e a insatisfação popular são alguns dos saldos de décadas de implementação do projeto neoliberal. Com movimentos sociais e sindicais enfraquecidos, esta insatisfação foi bem capitaneada pela extrema direita, sagaz em identificar inimigos entre a própria classe trabalhadora (comunistas, imigrantes, muçulmanos, negros, índios e etc.). O discurso de ódio mobiliza e legitima o uso da violência para construir as bases de sustentação do avanço de pautas reacionárias e o aprofundamento das relações capitalistas.

A chegada de Bolsonaro ao Palácio do Planalto é uma expressão deste cenário. Mesmo não sendo um representante legítimo da grande burguesia, surgiu como a alternativa viável para implementar seu projeto de dominação de classe – que previa o aprofundamento de medidas ultraliberais, na linha do governo golpista que o antecedeu. Oportunista, o capitão reformado

incorporou este projeto para viabilizar sua vitória nas urnas e acrescentou, ao receituário que recebeu goela abaixo, uma boa dose de aversão à ciência, à vida e à diversidade, recheando o projeto econômico ultraliberal com feições fascistas e irracionalistas.

Para enfrentar a pandemia, a resposta do presidente terraplanista está centrada em dois pontos: na propaganda de medicamentos cuja eficácia ainda não está comprovada, espalhando uma sensação de segurança nas pessoas, que passam a acreditar no possível combate ao vírus com alguns comprimidos; na defesa pelo fim do isolamento social para a continuidade da atividade econômica. No mais, cada família é responsável pelos seus doentes, como o presidente já afirmou em diversas entrevistas.

Seu descompromisso com a ciência e com a saúde pública foi escancarado a ponto de criar uma crise de legitimidade do governo que abriu, entre sua base de apoio civil e militar, discussões sobre os caminhos para a sua sucessão antes do final do mandato. Ele ainda se mantém no posto, mas enfrenta grandes tensões com os poderes Legislativo e Judiciário, além de alguns setores militares.

Enquanto permanece no poder, dá um show de desinformação, orientações desencontradas, desrespeito às recomendações de autoridades sanitárias internacionais, batalhas internas fratricidas, discussões com os governos estaduais e municipais e etc. Nada faz para coordenar as ações de enfrentamento e aposta na subnotificação como forma de sustentar os argumentos que minimizam a gravidade da situação.

Até o momento, as propostas para responder à crise estão centradas nas demandas dos empresários, como o socorro às empresas e a autorização para a demissão e suspensão de contratos com redução salarial. Pouco oferece de políticas voltadas para a sobrevivência dos que não estão conseguindo garantir o seu sustento. Mas o discurso do presidente, de que as pessoas precisam voltar ao trabalho, tem tido um forte apelo popular e a adesão de parcelas da classe trabalhadora, que não veem a possibilidade de sobreviver permanecendo em casa. O presidente aposta na sua capacidade de sensibilizar setores populares para romper a política de isolamento social e recompor sua base de apoio, esfacelada com os últimos acontecimentos.

Mas não são todas as frações da burguesia que convivem tranquilamente com a explicitação da incompatibilidade entre a vida e a economia, como tem feito a extrema direita no Brasil e em diversas partes do mundo. Embora a preocupação

em salvar a economia seja comum a todas estas frações, as diferenças aparecem na forma como isto deve ser feito. Setores da alta burguesia afirmam que a compatibilidade é possível – e necessária – e defendem que o Estado arque com políticas compensatórias para viabilizar o isolamento social. A polêmica indica as fissuras no bloco de poder e as disputas sobre o Estado em sua tarefa de garantir a manutenção do capitalismo dependente.

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso e conhecido defensor da pauta neoliberal, afirmou em entrevista a um programa de TV que o governo deveria abrir mão da austeridade fiscal. E foi além: defendeu a criação de um programa de renda mínima capaz de atingir cerca de 100 milhões de pessoas, quase metade da população brasileira. Para completar, reconheceu que o país não gasta o suficiente com investimentos na saúde pública. Seu diagnóstico, portanto, recomenda o gasto público.

As propostas de Fraga expressam uma preocupação com a sobrevivência do capitalismo. O gasto público e a saúde da população brasileira são, na verdade, um meio identificado por ele – nesta conjuntura bem específica – para a manutenção do poder da classe dominante.

Isto, entretanto, não invalida as contradições abertas a partir daí. Seus argumentos reforçam a análise dos que sempre denunciaram a austeridade como resposta a uma crise e sua suposta capacidade de estimular o crescimento econômico e o aumento no nível de empregos. Afinal, se a saída para a crise era, até outro dia, marcada pelas contrarreformas que enxugam o gasto social e retiram direitos é, no mínimo, muito curioso que o agravamento da crise demande medidas no sentido oposto.

A mudança na conjuntura deixou o ministro da economia, Paulo Guedes, sem chão. Desde que assumiu o ministério, não fez outra coisa que não fosse criticar o gasto público e prometer privatizações e flexibilização orçamentária. Tarefeiro e sem capacidade de formulação, demorou até perceber que suas bravatas haviam perdido apoio entre os que serviam como fonte de sustentação. Atônito e sem saber o que fazer com a mudança de cenário, o ministro está cada vez mais apagado e vem sendo tratorado pelo Congresso dia após dia.

O aumento da dificuldade em avançar na pauta da austeridade fiscal, não significa que, no Brasil, estejamos caminhando para um Estado Social ou algo similar. As disputas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário demonstram que, apesar das diferenças no bloco de poder dominante, acirradas pela

pandemia, ainda há unidade para imprimir derrotas à classe trabalhadora, embora o ritmo das contrarreformas possa vir a diminuir.

Os funcionários públicos seguem usados para justificar a falta de recursos e os ataques aos seus direitos ainda estão na pauta do Congresso, mesmo que grande parte destes servidores esteja na linha de frente do combate à pandemia. Para os que atuam no setor privado, também são apontadas saídas por meio da retirada de direitos trabalhistas sob o falacioso discurso da “defesa do emprego”.

O programa de renda mínima emergencial implementado foi uma derrota do governo federal impetrada pelos partidos de esquerda, que conseguiram aproveitar as tensões entre o Palácio do Planalto e o Congresso e, a duras penas, conseguiram aprová-lo. Contrariado, coube ao Executivo retardar seu início ao máximo e criar inúmeras dificuldades para o acesso de beneficiários.

Em resumo, a pauta da austeridade fiscal ainda está presente nos projetos da extrema direita a qual tende a manter o ritmo, ignorando a conjuntura e o agravamento da crise. Para este grupo, a defesa da vida pode ser relegada para evitar a redução nos índices de crescimento econômico e manter o compromisso com as medidas de ajuste fiscal, protegendo os interesses rentistas.

Setores orgânicos da grande burguesia, entretanto, representados politicamente pelo que podemos chamar de direita tradicional, têm defendido o pé no freio, vislumbrando que o agravamento da crise pode fortalecer iniciativas de contestação e o potencial combativo da classe trabalhadora. Estes setores sabem que efeitos redistributivos capazes de compensar as perdas – sem afetar as bases estruturais da produção de valor – devem vir de políticas sociais mais abrangentes.

O embate contribuiu para popularizar o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, médico e ex-parlamentar, filiado ao Democratas (DEM) e ligado aos interesses da rede privada e dos planos de saúde. Ao assumir o cargo no atual governo, que naturaliza a morte ao invés de buscar preservar a vida, Mandetta foi alçado à posição de grande defensor do Sistema Único de Saúde (SUS). Reivindicando o isolamento social, o conhecimento científico e o direito à saúde, expôs o presidente e se apropriou de bandeiras históricas da esquerda. A um só golpe, acirrou as tensões intraburguesas, encurralando setores representados pela extrema direita, e defendeu pautas construídas pelas lutas da classe trabalhadora, curvando-as aos seus interesses de classe.

O lema da burguesia, independente dos seus grupos e frações, é salvar a economia, leia-se, a reprodução do capital. A questão é como estas disputas se resolverão internamente. Enquanto a extrema direita defende a reativação da acumulação capitalista via a adoção crescente de mecanismos de uma dominação autoritária, a chamada direita tradicional defende esta reativação por meio da recomposição da supremacia burguesa pela via preferencial da hegemonia, sem abrir mão da coerção quando necessário.

Em meio a esta disputa, resta discutir os caminhos para a classe trabalhadora. Se é verdade que somente na ruptura com este modo de produção será possível resolver de forma estrutural as desigualdades na produção e apropriação da riqueza, existem pautas que podem ser apresentadas hoje para fortalecer o caminho da ruptura.

Pautas para a construção de uma saída à esquerda

No Brasil, as conquistas da Carta Magna e o que se estabeleceu de proteção social ao longo dos anos 1990 e 2000, sob hegemonia neoliberal, não foram suficientes para romper com a lógica da ajuda e consolidar as políticas sociais. Quando o governo federal apresenta como única alternativa de sobrevivência a venda da força de trabalho, seu discurso é facilmente incorporado pelos setores populares. Isto legitima o sentimento de que os cuidados com a saúde devem ser relegados para dar vazão às necessidades mais prementes de moradia e alimentação. Assim, contrapõe direitos e reforça os aspectos mais perversos do capitalismo dependente.

O capitalismo mata, especialmente na periferia do mercado mundial. As alternativas de defesa da vida conduzem à necessária saída deste sistema e, com isso, mudanças na forma como se produz a riqueza, dado que esta se concentra em poucas mãos, deixando a grande maioria vivendo abaixo do necessário para se manter.

Mais do que nunca, devemos reforçar as pautas históricas da esquerda para denunciar que a austeridade e o corte de gastos nunca foram uma saída capaz de beneficiar a classe trabalhadora. A conjuntura aponta para a intensificação da disputa sobre o fundo público e uma frente de batalha é desmentir o discurso de que não há recursos financeiros.

O primeiro passo é revogar a Emenda Constitucional 95 – que constitucionaliza o ajuste fiscal e estabelece um teto para gasto com as políticas sociais –, responsável, por exemplo, pela

retirada de R\$ 22,48 bilhões do SUS entre 2018 e 2020⁴. Ao invés de estabelecer um limite para os gastos, é preciso buscar sua ampliação via taxação das grandes fortunas – determinação da Constituição Federal que nunca saiu do papel mas recebeu, em março de 2020, uma proposta de regulamentação que está em análise no Congresso.

Uma auditoria da dívida pública e suspensão do pagamento também permitiriam a liberação de um montante bastante expressivo. Vale destacar que a Argentina tem adiado pagamentos da dívida pública e o Fundo Monetário Internacional já admitiu que seu endividamento é insustentável⁵.

Trata-se de pressionar o Estado para que parcelas crescentes do fundo público sejam destinadas às políticas sociais. Um destaque especial deve ser dado à concepção de Seguridade Social, formulada no bojo da luta protagonizada pelo movimento de reforma sanitária, na perspectiva de articular a política de saúde ao enfrentamento de seus determinantes sociais. Fortalecer a integração entre a saúde, a previdência social e a assistência social é a nossa tarefa neste momento. É preciso enfrentar a avaliação difundida pelo governo federal de que as pessoas precisam sair de casa para trabalhar ou irão morrer de fome. Cabe ao Estado prover as condições de vida até o momento em que a saúde das pessoas não estiver mais sob a ameaça da pandemia.

A saúde é direito de todas as pessoas e dever do Estado. A luta pela universalização do acesso à saúde na perspectiva da integralidade passa pela defesa do SUS. Mesmo com o histórico subfinanciamento, este sistema tem um papel fundamental no estabelecimento de estratégias de prevenção e promoção a saúde e atende hoje mais de 200 milhões de pessoas, sendo 80% dependentes exclusivamente dele para o acesso a atendimento.

Mas a garantia de condições sanitárias também depende de outras medidas articuladas, como por exemplo, ampliar e facilitar o acesso ao seguro-desemprego (ampliando a quantidade de parcelas durante a pandemia); liberar a fila do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) garantindo a liberação de aposentadorias, auxílio-doença, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais direitos previdenciários paralisados;

4 Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-importancia-de-um-sistema-de-saude-publico-e-universal-no-enfrentamento-a>. Acesso realizado em: 14/04/2020.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/13/argentina-pode-ter-imposto-sobre-grandes-fortunas-para-combater-a-covid-19.ghtml>. Acesso realizado em 17/04/2020.

zerar a fila do programa Bolsa Família; criar um abrangente programa de renda mínima; ampliar a licença-maternidade para as trabalhadoras que voltariam às atividades no período da quarentena; garantia de estabilidade para todos os(as) trabalhadores(as) no período da crise.

Estas são algumas propostas táticas e emergenciais que fortalecem a disputa sobre os recursos do fundo público, podendo contribuir para definir quem pagará a conta no enfrentamento a uma das mais graves crises da humanidade na vigência do capitalismo. Em suma, devemos defender a vida, sem economias.

CAPÍTULO 2

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A culpa da crise não é do vírus

Marina Machado Gouvêa⁶

Há doenças piores que as doenças.
Fernando Pessoa

A crise é capitalista

Em 2008, era possível imaginar ainda muitos anos ruins pela frente. E assim fomos, de ano ruim em ano ruim, cada um deles pior (no Brasil, em especial a partir de 2013), até chegarmos a 2020, que excede todas as expectativas: inicia-se com o bombardeio do Iraque pelos EUA e a morte do general iraniano Qasem Soleimani, ameaçando a deflagração de guerra convencional, após um período de acirrada corrida armamentista entre EUA, Rússia e China. Em 25 de março de 2020, tínhamos 2,8 bilhões de pessoas – mais de um terço da população mundial (BBC, 2020a) – vivendo sob algum tipo de restrição devido ao novo coronavírus, que definitivamente não é “uma gripezinha”.

Os discursos midiáticos e o (justificado) medo da pandemia têm passado a ideia de que a crise na qual nos encontramos foi precipitada pelo vírus, por uma cadeia parasitária de material genético da qual tomamos conhecimento em dezembro de 2019 e que denominamos SARS-CoV-2, agente infeccioso responsável pela doença COVID-19 em seres humanos.

Indicaremos quatro teses nesta primeira seção, visando a combater esta ideia:

1ª) Não é verdade que a economia mundial “vinha se recuperando”, ou “estava já quase bem”, quando, por uma fatalidade, algo terrível e imprevisível apareceu, lançando o mundo novamente na crise. Desde pelo menos 2018, uma nova onda daquela mesma crise precipitada em 2007-2008 já estava em curso e dava sinais de inédita profundidade. Esta nova onda irrompeu com o acirramento da disputa geopolítica entre Estados Unidos e China e era visível em termos imediatos no avanço do ultraconservadorismo pelo mundo, no ultranacionalismo,

6 Economista, doutora em Economia Política Internacional. Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Diretora da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA). Atua como pesquisadora no GT 'Economía mundial y crisis' do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e coordena o Grupo de Estudos em Teoria Marxista da Dependência (GETD-UNILA/CNPq).

na explicitação da falência de 'instituições multilaterais', no acirramento da corrida armamentista entre EUA, China e Rússia e no enfrentamento militar direto em várias partes do mundo, inclusive através de Golpes de Estado, indicando a existência de uma disputa hegemônica travada em escala mundial através de guerras híbridas.

Por trás destes traços mais aparentes, está a disputa pela forma produtiva no mundo: a reconfiguração das relações de produção com o emprego de inteligência artificial na automatização das linhas produtivas, que vem sendo liderada pela China. Esta nova forma produtiva é compatível com a uberização (trabalho intermitente) como relação de trabalho imposta às parcelas da classe trabalhadora expulsas do emprego estável, seja ele formal ou informal. Estão por trás dos traços mais visíveis da crise, portanto, os diferenciais de produtividade entre EUA e China; a deslocalização das unidades produtivas estadunidenses em direção à Ásia; a impossibilidade de retomada das taxas de lucro nos EUA desde a generalização da crise em 2008; a não detenção pelos EUA de tecnologias fundamentais para a transformação das relações de trabalho e automatização das linhas de produção, como o 5g; a centralização de capital. Todos estes elementos se encontram no fundo da guerra comercial entre EUA e China (que atingiu uma primeira fase de acordo no dia 15 de janeiro deste ano, embora a animosidade entre as duas potências tenha voltado a escalar com o coronavírus), da disputa militar entre EUA e Rússia (que a Rússia vinha vencendo e que revela a disputa hegemônica com a China) e da recente guerra pela determinação dos preços do petróleo⁷.

Ao mesmo tempo, após 2008 não houve uma diminuição no papel protagônico do capital fictício no ciclo de reprodução do capital. O montante de derivativos registrado pelo BIS nas economias nacionais era de 640 trilhões de dólares em junho de 2019 (BIS STATS)⁸. Estão à espreita inúmeras bolhas financeiras. (Lembremo-nos de que o capital fictício implica direitos sobre a apropriação intertemporal de valor sem inserir-se diretamente no ciclo de valorização e requer que, no momento da apropriação, este valor realmente exista e esteja nas mãos do devedor, exigindo uma ampliação das taxas de mais-valia.)

7 Publicamos artigo sobre o tema em Machado Gouvêa (2020c).

8 O PIB mundial não é uma comparação adequada, pois mede fluxo enquanto o montante de derivativos é um estoque. Apenas para uma noção da escala do número, no entanto, o PIB mundial em 2019 esteve entre 73,2 e 85,8 trilhões de dólares (FMI / BM). A liquidez também tem crescido. Em 2019, o crédito em dólares a prestatárix não bancárix fora dos EUA cresceu 5%, atingindo 12,1 trilhões de dólares. O crédito denominado em euros cresceu 9%, atingindo 3,5 trilhões de euros. Destacou-se a securitização de dívida às mal-chamadas 'economias em desenvolvimento' (BIS STATS)

Em última instância, está por trás da crise a mercantilização – e a própria acumulação capitalista. Trata-se de uma crise orgânica, de sobreacumulação e multidimensional (econômica – não apenas ‘financeira’ –, política, geopolítica, hegemônica, ambiental, ‘civilizatória’ – e da própria noção de ‘civilização’, isto é, dos próprios valores da modernidade capitalista).

2ª) Mesmo considerando que a dimensão disruptiva da crise já em curso se alterou qualitativamente com a emergência da pandemia (que pode ter caráter transicional para a reconfiguração capitalista), *é imprescindível lembrar que a própria COVID-19 não é um “agente externo” e que não existiria e/ou não teria as mesmas consequências fora do sistema capitalista.*

A pandemia do novo coronavírus expõe de várias maneiras a contradição entre as relações sociais de produção de tipo capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas. A reprodução da vida no capitalismo está sobredeterminada pela mercantilização⁹.

O vírus, em si, mesmo que entrasse em contato com seres humanos, provavelmente não teria a mesma taxa de letalidade se houvessem sistemas públicos de saúde em condições de contingenciá-lo, sistemas públicos de pesquisa em condições de estudá-lo, sistemas públicos de produção em condições de organizar o acesso aos insumos necessários. As relações de produção capitalistas inviabilizam a priorização da vida no contingenciamento da COVID e explicitam a dimensão ética-estética da crise, ao colocar em xeque os valores de nossa época histórica, sempre condicionados ao valor de troca como finalidade teleológica sobredeterminante.

9 Não entendemos o ‘desenvolvimento das forças produtivas’ em viés reducionista e desenvolvimentista, como é frequentemente entendido (isto é, como sinônimo de desenvolvimento tecnológico), mas no sentido originalmente proposto por Marx: como metabolismo entre ser humano e natureza; isto é, como capacidade humana de transformar a realidade ao seu redor, criando teleologicamente novos meios antes inexistentes e, através deste processo (que configura o incremento da socialidade e é o que nos caracteriza como ‘ser social’), afastando as barreiras imediatamente existentes à reprodução de nossas vidas. Transformamos a realidade e, sendo parte dela, transformamo-nos a nós mesmos. O desenvolvimento das forças produtivas está associado à capacidade de sobrevivência humana e às formas especificamente humanas de reprodução individual e coletiva da vida, sempre historicamente determinadas. A reprodução da vida nunca se dá ‘em abstrato’. Existe. E, portanto, dá-se sempre sob determinadas condições, que compreendem, dentre elas, relações sociais de produção historicamente construídas e independentes de nossa vontade individual. Ao passo em que estas relações podem por algum tempo estimular o afastamento das barreiras imediatamente existentes à (re)produção da vida, criam também novas barreiras, a partir de suas contradições, em especial naquelas formas de reprodução social fundadas na exploração de classe, entendida em todas suas dimensões concretas (como, no caso capitalista, a divisão racial do trabalho, a divisão sexual/bináriogenerificada do trabalho, a divisão territorial/internacional do trabalho, etc.).

São as próprias relações capitalistas que inviabilizam o rápido desenvolvimento de vacinas e medicamentos e determinam a mercantilização do acesso à saúde. A doença adquire proporções terríveis frente à inexistência de testes, à impossibilidade de isolamento social com condições mínimas de vida, à comorbidade acentuada pela quase inexistência de medicina preventiva, à destruição dos sistemas de saúde públicos e à escassez de leitos, de equipamentos hospitalares, de equipamentos de vigilância sanitária e de equipamentos de proteção individual. Consideremos, sob esta ótica, por exemplo, as asquerosas propostas de realização de testes para o desenvolvimento de vacinas para o SARS-CoV-2 apenas na população africana, em uma política de genocídio biológico (AFP, 2020). Ou o fato de que, em toda a República Centro-Africana, com 5 milhões de habitantes, havia no início de abril apenas três máquinas de ventilação mecânica, essenciais para o tratamento da COVID-19. Em Burkina Faso, com 19 milhões de habitantes, o total era de 11 respiradores. Em Serra Leoa, com 7,5 milhões de pessoas, havia 18 respiradores disponíveis (BBC, 2020b).

O próprio contato do SARS-CoV-2 com seres humanxs está imbricado na contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. É bastante provável que a expansão territorial do capitalismo tenha levado ao contato com vírus presentes em outras espécies e com os quais não teria havido contato em outras circunstâncias. Há então que compreender a expansão do capitalismo na China. O avanço da predominância da mercantilização na reprodução da vida sempre tem por base a expropriação primária e secundária da classe trabalhadora. E, diga-se, a expropriação das populações camponesas nos países anteriormente socialistas e a expropriação de direitos ao redor do mundo – e em especial nos países dependentes – foram e são importantes motores da acumulação capitalista no último período, ao qual denominamos 'neoliberalismo'¹⁰.

Esta relação destrutiva, patriarcal, desenvolvimentista e eurocêntrica que temos com a natureza é especificamente capitalista. Está historicamente determinada, não é 'essencialmente humana'. E pode levar à destruição da maior parte da natureza que hoje conhecemos e inclusive da própria espécie humana.

3ª) O isolamento social requerido para o contingenciamento da COVID-19 impõe, contudo, o aprofundamento dessa crise, em dimensão ainda não experienciada por nenhum/a ser humanx

10 Exporemos o que entendemos por 'neoliberalismo' em nota mais adiante..

hoje vivx hoje no planeta. Nunca na história – sequer durante as guerras mundiais, tivemos a produção parada ou reduzida simultaneamente em todas as regiões do mundo e em praticamente todos os ramos da economia. A pandemia tem demonstrado ter o poder disruptivo de uma guerra mundial. E pode cumprir efeito catalisador análogo, sobre a reconfiguração da acumulação capitalista em sua totalidade e/ou sobre um processo de transição hegemônica (que nunca na história se deu sem guerra)¹¹.

Seu impacto econômico subsequente será pior que o de uma guerra mundial, contudo. A destruição das forças produtivas hoje em curso se dá pela paralisação e morte de *seres humanos* e, conseqüentemente, pela redução no nível de produto. Mas não pela destruição da capacidade produtiva instalada (os meios de produção). Não há queima (literal) do arsenal militar. Não haverá territórios fisicamente destruídos a serem reconstruídos. As fábricas estão todas aí, apenas paradas. E não será necessário reconstruí-las. Não haverá o tipo de destruição das forças produtivas que viabiliza com maior facilidade um ciclo de crescimento imediatamente posterior (e uma política desenvolvimentista), a menos que, à maior recessão mundial da história do capitalismo, junte-se também a guerra.

4ª) Não estamos ainda nem perto do fundo do poço: 1) Não estamos ainda no pico epidemiológico, em um país com altíssima subnotificação, com um sistema de saúde universal (gigantesca conquista) porém subfinanciado e em progressiva privatização, com grande proporção da população sem água potável ou saneamento básico e/ou residente em comunidades, com gigantesca população carcerária (a 3ª maior no mundo) e com poucas condições econômicas e políticas de garantir o isolamento social. 2) Estudos (cf. KISSLER, 2020) indicam que haverá vários picos epidemiológicos, provavelmente até 2022. Nos países centrais, é provável a intermitência da quarentena. Nos países dependentes é provável a sequência 'trabalho, chicote e morte', em especial no Brasil. 3) Após o(s) pico epidemiológico(s), ainda teremos que lidar com a miséria, a fome, o desemprego, o subemprego e o *caráter estrutural da*

11 Nas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2020b), geralmente conservadoras e com viés subestimador no que se refere à recessão, a perspectiva é de queda de 3% no PIB global em 2020. Para o Brasil, as estimativas do FMI (*idem*) são de uma queda de 5,3% do PIB em 2020 e um nível oficial de desemprego de 14,7%. O Fundo prevê que será a pior recessão mundial desde 1929 (e, acrescentamos, provavelmente será pior que a de 1929). Até a poluição se reduziu visivelmente nas imagens de satélite realizadas pela NASA e a camada de ozônio parece estar se regenerando (BGEN, 2020). Grandes centros urbanos têm visto a presença de vida selvagem, que retorna também às florestas e praias (UOL, 2020a).

reconfiguração capitalista em todas suas determinações, bem como com a possibilidade do estouro das inúmeras bolhas de derivativos e ativos financeiros existentes na economia, ou mesmo com a deflagração de guerras de distintos tipos. 4) A isso se soma a agudização destas condições em *Nuestra América* diante da necessidade dos Estados Unidos de aprofundarem a exploração de nossos povos, uma vez que a região constitui sua reserva geoestratégica na necessária contra-ofensiva à China, que certamente sairá fortalecida da pandemia mundial.

Tudo isso, em meio a uma reorganização capitalista também em âmbito nacional, na qual tem parecido cada vez mais possível uma mudança no bloco no poder ainda durante a pandemia (formalizada ou não por meio do *impeachment*), com acirramento da ofensiva sobre a classe trabalhadora e na qual a estratégia política da subnotificação dos casos de COVID tem sido amplamente exitosa e é central neste momento para o governo brasileiro¹².

A crise em curso é uma crise *capitalista*, embora com determinações sanitárias.

O que esperar da reconfiguração capitalista?

É claro que não podemos ter uma bola de cristal – e os exercícios vazios de futurologia devem passar longe das análises politicamente comprometidas. É possível, porém, observar tendências. A crise atual é um desdobramento daquela precipitada em 2007-2008. O período que decorre desde então deve ser caracterizado como um momento de reconfiguração do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo sob nova forma (ou mesmo de transição a um novo tipo de reprodução capitalista, a depender da luta de classes)¹³. Devendo já o

12 Não nos aprofundaremos aqui nos detalhes da luta de classes no Brasil nos últimos meses e na deslegitimação do governo Bolsonaro durante a batalha contra o novo coronavírus – que exigiriam um artigo específico, embora tenham total relação com a análise aqui exposta. Algo de nossa posição sobre as recentes disputas e os interesses nelas envolvidos pode ser visto em Machado Gouvêa, 2020a e 2020b.

13 Assumimos o neoliberalismo como mais que um conjunto facultativo de medidas, seja de política econômica, social, ou externa. Não compartilhamos das teses sobre a ruptura política com o neoliberalismo por parte de alguns governos, ou sobre um 'pós-neoliberalismo'. Uma ruptura com o neoliberalismo só pode se dar de duas maneiras: através de uma reconfiguração da acumulação capitalista em sua totalidade, requerida/possibilitada na dialética do desenvolvimento capitalista e da luta de classes (que compõem um mesmo processo), ou através da ruptura com o próprio modo de produção capitalista. Como processo histórico – e para além dos projetos político-intelectuais que o fundamentaram no plano teórico –, o neoliberalismo se estende desde a década de 1980 até hoje (com alguns 'ensaios' ainda na década de 1970) e constitui a forma do modo de produção capitalista – imperialista – a partir da necessidade de flexibilização da produção, do recurso ao capital fictício como elemento central no processo de acumulação e do aprofundamento da expropriação e mercantilização em todos os âmbitos da reprodução

próprio neoliberalismo ser caracterizado como um período de ofensiva da classe burguesa sobre a classe trabalhadora e os povos do mundo, a presente reconfiguração é necessária à classe dominante frente às contradições antagônicas que se tornam patentes a partir de 2008. Suas condições específicas são contudo possibilitadas no bojo da luta de classes, com o reforço daquela ofensiva, uma vez que o desdobramento da própria crise contribuiu para debilitar ainda mais as resistências populares, ao inviabilizar as propostas de conciliação de classes e pacto social que surgiram em algumas regiões como resistência à retirada (ou à não conquista) de direitos.

Dita reconfiguração tem tido como eixos principais: a transformação das relações de trabalho (com a uberização, que acentua a flexibilização da produção); o acirramento da mercantilização a partir da expropriação primária e secundária; o aprofundamento da divisão racial, sexual e internacional do trabalho; o aumento da jornada, intensidade e produtividade do trabalho (esta última fundada na mudança dos sistemas produtivos); o reforço do papel protagônico do capital fictício; a expoliação dos recursos naturais; o acirramento da disputa hegemônica e da corrida armamentista; a mudança dos blocos no poder em cada local, visando à consecução acelerada desta reconfiguração; a ascensão do neofascismo e do ultraconservadorismo.

Notemos algumas especificidades trazidas pela pandemia: 1) A forma específica de destruição das forças produtivas (sem destruição da capacidade produtiva) implicará uma dificuldade ainda maior para a promoção de uma reorganização da acumulação capitalista de tipo desenvolvimentista; 2) Esta dificuldade, conjugada à dimensão da recessão, acelerará a transição das relações de trabalho com o encobrimento do desemprego pelo trabalho intermitente, incentivada ainda pela explosão do trabalho intermitente como alternativa de sobrevivência para a classe trabalhadora durante o isolamento social (uber, rappi, ifood...); 3) Não haverá maneira do pequeno e médio capital se sustentarem, ampliando ainda mais o desemprego e a expropriação da classe trabalhadora e

da vida. Politicamente, a reconfiguração sobre estes traços é possível pois se trata de uma *ofensiva* da classe dominante sobre a classe trabalhadora e os povos do mundo. Notemos a ênfase especial à palavra 'ofensiva': indica a situação política na qual a classe dominante se coloca a partir do processo que levou à queda da URSS e do Campo Socialista, e que goza de nova inflexão após o esgotamento das possibilidades de pacto social e conciliação de classes conquistadas em algumas regiões na década de 2000. No período anterior, de hegemonia desenvolvimentista e único na história do capitalismo (ele sim a exceção, extremamente curta), as classes dominantes estiveram na *contra-ofensiva* e se viam na necessidade de 'dar os anéis para não perder os dedos'.

agudizando a centralização de capital em escala gigantesca; 4) Xs trabalhadorxs que remetem ao cuidado são xs mais subalternizadxs divisão racial, sexual e territorial do trabalho; 5) Será inevitável a transformação da produção sob a liderança da China, que sairá fortalecida da pandemia; 6) Será inevitável o recrudescimento da expansão estadunidense sobre a América Latina e Caribe, como forma de fazer frente à China; Não está excluída a possibilidade de guerra, precipitada pela relação entre EUA e Rússia, porém beneficiando a China; 7) Frente à massiva expropriação da classe trabalhadora e com base nas iniciativas já tomadas durante a pandemia, aumentará a repressão e o controle social (em especial sobre a população não-branca e pobre) e ganharão ainda mais força o neofascismo e o ultraconservadorismo.

Resistências e possibilidade do novo

Poucas vezes o capitalismo foi tão patentemente mortal e suas contradições e limites estiveram tão explícitos. A piora das condições de vida e o literal encaminhamento da classe trabalhadora à morte – de covid ou de fome – tem potencial de catalisar as gigantescas lutas e resistências cotidianas de maneira mais organizada.

É inevitável, ainda, que contribua para a deslegitimação de governos nacionais eleitos com base na promessa de melhoria nas vidas da população – e este é o caso do governo Bolsonaro.

Difícilmente haverá de imediato outra opção para *Nuestra América* que não o acirramento da exploração, posto que o próprio desdobramento da crise de 2008 já inviabilizara a sustentação de governos que propunham algum grau de conciliação de classes (muito diferentes entre si) e posto que a forma específica da recessão pós-pandemia não requererá a reconstrução do aparato produtivo. O desenvolvimentismo voltará contudo a se colocar como opção no mesmo instante em que a organização popular puder voltar a ameaçar o capitalismo.

Eis, portanto, nossa tripla tarefa histórica na disputa que se dará no bojo desta reorganização: o combate ao desenvolvimentismo como concepção estratégica ou tática na luta socialista; o combate à noção de 'homem universal' e ao não reconhecimento da concretude capitalista e da classe trabalhadora; o desafio de construir novas formas de organização condizentes com a nova realidade capitalista, sem jogar fora a experiência histórica, mas sabendo criticá-la e superá-la.

A boa notícia é que a crise é profunda também para a classe capitalista. E, por mais que represente imensos lucros para a seleta parte da burguesia que se beneficiará da centralização de capital em escala mundial, não apresenta saídas estáveis.

A catástrofe é tão grande, mas tão grande, que a chance de que não exploda é pequena.

Abre-se um fértil período de lutas, com possibilidades de vitória. Mais que nunca se coloca a disjuntiva "capitalismo ou vida". Mais que nunca, é necessário retomar o socialismo como horizonte.

*Há doenças que são mais que doenças,
que não apenas são à vida infensas
como oferecem algumas recompensas
que tornam mais urgente e mais difícil
o já por vezes inviável ofício
de habitar o íngreme edifício
do não-se-estar-conforme-se-devia
e administrar a frágil fantasia
de que se é o que ninguém seria
se não tivesse (insistentemente)
de convencer-se a si (e a toda gente)
que não se está (mesmo estando)
doente.¹⁴*

REFERÊNCIAS

- AFP. "OMS critica racismo de cientistas que querem que África seja 'terreno de testes' para vacina contra coronavírus". 06 abr. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/04/06/interna_internacional,1136111/oms-critica-racismo-de-cientistas-que-querem-que-africa-seja-terreno.shtml
- BBC. "Coronavírus: um terço da população mundial está sob quarentena; veja 4 tipos de restrição". 25 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52040808>
- BBC. "Coronavírus: 3 respiradores para 5 milhões de pessoas: o drama da pandemia na África". 9. abr. 2020b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52232601>
- BGEN. "Air-pollution-sharply-falls-worldwide-on-covid-19-lockdowns". 04 abr. 2020. Disponível em: <https://balkangreenenergynews.com/air-pollution-sharply-falls-worldwide-on-covid-19-lockdowns/>
- BIS. BANK OF INTERNATIONAL SETTINGS. Statistics (Derivatives & International liquidity). <https://www.bis.org/statistics/gli2001.htm> Acesso em 22 abr. 2020.
- FMI. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. IMF Data (World GDP). <https://data.imf.org/> Acesso em 22 abr. 2020.
- FMI. G-20 Surveillance note: COVID-19 – impact and policy considerations. 15 abr. 2020b. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/g20/pdf/2020/041520.pdf>
- KISSLER, S. et al. "Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period". Science, 14 Abr, 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/early/2020/04/24/science.abb5793>
- MACHADO GOUVÊA, Marina. "Genocida é a melhor palavra para descrever o discurso de

14 — Poema de Paulo Henriques Britto, publicado em dezembro de 2006 na Revista Piauí.

Bolsonaro". *Jornal Brasil de Fato*, 25 de março, 2020a.

MACHADO GOUVÊA, Marina. "Quem sustenta Bolsonaro no governo?". *Jornal Brasil de Fato*, 24 de abril, 2020b.

MACHADO GOUVÊA, Marina. "Petróleo negativo: como entender? Crise, petróleo e hegemonia estadunidense". *Jornal Brasil de Fato*, 25 de abril, 2020c.

ONU. UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. UNStats (World GDP). <https://unstats.un.org/home/> Acesso em 22 abr. 2020.

UOL. "Coronavírus: com confinamento de humanos animais retornam para a costa". 05 abr. 2020a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/afp/2020/04/02/coronavirus-com-confinamento-de-humanos-animais-retornam-para-a-costa.htm>

CAPÍTULO 3

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O Rei está nu! Ou como um vírus expôs a falácia e a desproteção social no Brasil contemporâneo

Alzira M. B. Guarany¹⁵

A pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, em função do descontrole na disseminação do novo coronavírus, expôs a fragilidade do discurso dos que defendem o mercado como capaz de tudo prover a uma sociedade: saúde, segurança, educação e trabalho.

Em um momento como o que estamos enfrentando neste início de 2020, no qual medidas sanitárias para enfrentamento da COVID-19 impuseram a todos o distanciamento ou o isolamento social, a economia mundial e o mercado praticamente paralisaram! E aí? O que fazer? A quem recorrer?

A grande maioria dos governos de países centrais e periféricos, entre eles o Brasil, está sendo obrigada a deixar de lado o discurso fetichizador do mercado como salvador da pátria¹⁶ (uns mais que outros) e estão recorrendo aos cofres do Estado. Depois de décadas de uso do fundo público majoritariamente para socorrer e proteger o capital, o mundo capitalista se vê obrigado a rever sua trajetória de desumanização do mundo. Não dá mais para negar: o rei está nu!

O encolhimento do Estado, a destinação do fundo público para o capital privado e a assunção do mercado como provedor de bens e serviços como saúde, educação e segurança caiu por terra e levou junto a crença de que o esforço individual seria suficiente para garantir um futuro melhor. O rei está nu¹⁷ e foi um ser infinitamente menor que uma criança que denunciou a falácia!

15 Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da UFRJ. Integrante do NUPIT/ESS e líder do grupo de pesquisa LEPPTraS/ESS/UFRJ.

16 Papel este que se consagra com a ajuda de órgãos financeiros internacionais, dentre eles o Banco Mundial que desde os anos 90 se colocou em uma cruzada contra a desigualdade e tem produzido diversos relatórios com diagnósticos indicando o mercado e as empresas como solução (NETTO, 2013).

17 A fábula "A roupa nova do rei" de Andersen aponta que um espertalhão enriqueceu fazendo-se passar por alfaiate. Disse a todos que produziu uma roupa com um tecido

Diante da pandemia e dos números assustadores de contágio e mortes, depois algumas resistências por parte de países que quiseram manter a “roupa do rei”, o mundo capitalista moderno praticamente parou. Alguns países não capitularam de imediato, preferiram continuar a confiar no mercado, e para não desacelerar suas economias não acataram as indicações de isolamento, como a Itália, por exemplo. Em poucos dias foi obrigada a rever, pois os registros de contaminados e mortos só aumentavam em escala exponencial. Em 6 de abril já contava com mais de 135.500 mil infectados, e próximo de 17.100¹⁸ mortes.

A Espanha seguiu este mesmo caminho, e no dia em que a Itália fechou suas fronteiras, Madrid realizava uma passeata em comemoração ao Dia Internacional da Mulher com a participação de quase 120 mil pessoas! Na primeira semana de abril o país já tinha mais de 146.600 infectados e em torno de 14.555¹⁹ mortos!

E no Brasil? Diante de um governo errático que passa orientações que muitas das vezes são contrárias às dadas pela OMS, tem ministros mais centrados tentando enfrentar no campo da ciência o novo coronavírus, mas estão todos tendo que lidar com décadas de desmonte da sua saúde pública, uma enorme parcela da população jogada aos mais baixos níveis de pobreza e toda uma sociedade precisando de um Estado forte para reagir! Um Estado que retome o uso das verbas públicas para socorrer e atender sua população e enfrente o capital como mediador, papel que lhe cabe como Estado democrático (ALMEIDA, 2019). Que possa neste momento redistribuir com mais responsabilidade e senso de justiça social a riqueza socialmente gerada, enfrentando a pressão do capital, sob o risco de, se assim não o fizer, perder o controle e contribuir a desenhar o caos social e sanitário no país.

O Estado brasileiro adota o discurso de que a preocupação é a retomada do crescimento econômico, e que as medidas de desmonte do sistema de proteção social, assim como a flexibilização da legislação trabalhista visam a criação de mais

especial, que somente os mais inteligentes poderiam ver! Todos estranhavam que não viam o tecido, mas não falaram com medo de passarem por ignorantes. Foi uma criança que ao constar o óbvio, gritou: o rei está nu! A plateia constrangida, não pode negar o que via e passou a fazer coro: o rei está nu!

18 Para termos uma ideia da magnitude da tragédia, estes números corresponderiam à morte de todos os habitantes da cidade de Areal, no interior do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2020) e ainda matar mais 6.000 de uma cidade vizinha!

19 Ao escrever este artigo na primeira semana de abril de 2020, sempre que fazia uma revisão, atualizava os números através de um painel divulgado pela OMS que mostrava, em tempo quase que real, o avanço mundial da pandemia. Para acompanhar, acessar: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/a-evolucao-da-covid-19-no-mundo_i1213866.

empregos e dar mais liberdade às empresas e indústrias. A partir deste discurso, além de diversas privatizações, do esvaziamento orçamentário das políticas públicas, entre elas a saúde, assistimos ainda diversas (de)reformas trabalhistas e previdenciárias. A última alteração nas leis de proteção à trabalhadora e ao trabalhador, ocorrida em 2017, permitiu a terceirização inclusive das atividades fins. Segundo a análise de Passos e Nogueira (2018) esta nova legislação traz um texto que não é claro em diversos pontos, o que aumenta a possibilidade dele produzir mais desproteção e aumentar a insegurança dos postos criados a partir desta lei.

Historicamente o trabalho terceirizado esteve voltado para o setor de prestação de serviços, e seus postos, na maioria das vezes, eram ocupados por mulheres e negros periféricos mal remunerados, realizando trabalhos repetitivos e com pouca exigência de qualificação (PASSOS; NOGUEIRA, 2018)²⁰. A nova legislação ampliou o espectro de trabalhadores que serão expostos à terceirização, e conseqüentemente à precarização e ao achatamento salarial, aprofundando ainda mais o fosso das desigualdades de classe, de raça/etnia e de gênero na realidade brasileira, na medida em que “brancos e brancas”²¹ passarão a ser terceirizados, a precarização será ainda maior para a mão de obra de mulheres e negros em função da divisão sóciosexual e racial do trabalho.

A reforma da previdência, em nome da busca em restabelecer “saúde financeira” e para reverter o imenso déficit²², realizou mais uma reforma em novembro de 2019. Dentre as diversas regressões firmadas está o aumento da idade mínima para aposentadoria e a redução da pensão por morte, por exemplo, obrigando que os trabalhadores fiquem mais tempo no mercado sendo explorados e que viúvas e viúvos a buscarem complementação de renda.

Estas e outras medidas, nunca provaram efetividade na ampliação das vagas de emprego e o desemprego estrutural se consolidou²³, assim como se ampliou, na mesma proporção,

20 A terceirização é uma estratégia de maximização de lucros, na esfera privada e de uso da lógica empresarial na pública, na medida em que reduz custos, intensifica a produtividade, desresponsabiliza a empresa de danos à saúde do trabalhador, além de impor a cizânia entre os trabalhadores, permitindo a execução de tarefas iguais por duas “categorias” de trabalhador, com direitos diferentes. Para saber mais ver Guarany (2014) e Passos e Nogueira (2018).

21 Ver conceito de racialização em Almeida (2019).

22 Diversos estudiosos, dentre eles Gentil (2006) provavam que a Seguridade Social, sistema no qual a Previdência integrada, era superavitária.

23 Para saber mais ver Antunes (2010).

a propaganda oficial, apoiada pelos grandes veículos de comunicação, do empreendedorismo como solução para a falta de emprego. Enorme parcela da população, tendo sido expulsa do mercado formal de trabalho e para suprir suas necessidades materiais básicas, embarca na onda empreendedorismo²⁴.

Contudo, basta um acidente, uma doença ou algo que impeça o trabalho, se expõe toda a fragilidade que está por trás desta forma de inserção no trabalho.

Há os que apelam para o empreendedorismo, mas o fazem como forma de complementação de renda, pois o que ganham já não supre suas necessidades básicas, nem de sua família. Processo este que pode ser definido como super exploração²⁵, no qual o salário pago pelo patrão não corresponde mais ao mínimo necessário para sua reprodução (MARX, 2004).

Nos serviços públicos, especialmente na saúde, além da falta de investimento em manutenção de sua infraestrutura, as medidas neoliberais de ajuste reduzem drasticamente a realização de concursos, provocando falta de recursos humanos²⁶, além de ainda não abastecer suas unidades com insumos básicos e de equipamentos de proteção individual, tão necessários nos tempos de pandemia. Nos grandes centros urbanos o Sistema Único de Saúde (SUS) foi sendo paulatinamente esvaziado em favor do crescimento do mercado de planos de saúde, ficando como usuário do Sistema, preferencialmente, aqueles que não podiam pagar, ou seja, os trabalhadores informais, os terceirizados e mal remunerados, isto é, formados em grande parte por mulheres e negros periféricos²⁷.

Hoje, diante da pandemia e por conta do sucateamento dos serviços de saúde estamos diante do risco eminente e concreto de não ter onde colocar, quem ou como tratar os doentes! Apenas 23% das cidades brasileiras contam com leitos públicos de UTI, para onde são levados em torno de 5% dos casos de COVID-19 que se agravam.

24 O Documentário Gig – A Uberização do trabalho, expõe as dificuldades que trabalhadores informais enfrentam e mostra também os confrontos entre aqueles que defendem e outros que já se reconheceram como explorados e vulneráveis. O documentário está disponível no site da GloboNews, no Net Now e no Vivo Play.

25 Para ver mais consultar Marini (2000).

26 Tem-se noticiado que em torno de 15% dos profissionais de saúde são afetados pelo novo corona, obrigando-os a se afastarem para tratamento. No Brasil, na primeira quinzena de abril, 25% deles já haviam sido postos em quarentena.

27 Segundo a ONU (2017) quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra.

A OMS recomendou, além do isolamento, o teste em massa da população, mas o Brasil não tem verba para adquirir em número suficiente, nem profissionais para fazer e muito menos para analisar os mesmos. O desmonte é tal que já se espera que apenas 15% dos casos sejam notificados, ou seja, os números poderão ser até 8 vezes maior!

Há ainda outra parcela da população que se não for contagiada, nem ficar doente, precisará de qualquer forma da ajuda do Estado para comer, pois seus trabalhos informais sumiram: estão impossibilitados de ganhar o prato de comida do dia camelôs, guardador de carro, faxineiras, vendedor de sinal! Estamos falando em algo em torno de 20 milhões de pessoas, dos quais mais de 60% é de pretos e pardos (IBGE, 2019). Não temos um sistema de proteção capaz de dar conta deles. Sem falar nos milhões de indocumentados que estão pelas periferias e territórios vulneráveis. Davis (2020) afirma que o sistema econômico capitalista torna este cenário muito pior, pois não se preparou (nem era esse seu objetivo) para atender pessoas e suas necessidades, especialmente em um momento em que o mercado mostra sua verdadeira face²⁸.

A despeito do fetiche que o mercado salvaria o mundo, quem se apresentou e está na linha de frente nas pesquisas e atendimento aos doentes e vulneráveis são as instituições públicas, suas universidades, centro de pesquisa, sistemas de saúde e proteção, assim como cabe ao Estado democrático tomar as medidas necessárias para enfrentar esta tragédia. Seja reabrindo leitos que foram fechados, comprando insumos para os hospitais, chamando profissionais de saúde, destinando grande parte do fundo público para enfrentar a pandemia.

Dizer que estamos todos no mesmo barco é afirmar uma inverdade, pois cada família brasileira vai fazer o isolamento possível e cuidar da higienização dentro de suas condições materiais concretas de vida e sobrevivência. Muitas casas não têm acesso à água encanada. Em torno de 48% das casas brasileiras não tem acesso a saneamento básico²⁹, que foi outro ponto de quase nenhum investimento diante da chamada “crise” e da necessidade ajustes e austeridade.

28 A título de ilustração, os EUA interceptaram diversos aviões com insumos para atender os doentes de outros países oferecendo mais dinheiro pelos produtos, deixando países como França e Brasil sem respiradores e máscara. Para saber mais ver O Globo de 04/04/2020.

29 Os negros e pardos correspondem a 44,5% desta população (IBGE, 2019).

Todo o desmonte realizado por mais de três décadas forja um sistema de proteção frágil e pronto a colapsar nos ameaça a todos, sendo os negros periféricos os mais afetados³⁰. Rogoff, pesquisador da Universidade de Harvard, em uma entrevista aos jornalistas d'*O Globo*, em abril, afirmou que não há saída para o cenário de recessão, sem a intervenção do tão detratado Estado, da combalida saúde pública nem da destruída proteção social estatal (SALGADO e ANDRADE, 2020). Fraser (2020) faz coro ao afirmar que o neoliberalismo não se legitima mais.

Ainda é cedo para fazer qualquer previsão do futuro, mas com certeza estamos todos, instituições, governos e cidadãos sendo chamados à reflexão de nossas ações e das inações frente à fetichização do mercado e retirada do Estado frente à sociedade que de homens, feito para os homens e pelos homens, talvez não como gostariam, mas como é possível. Estamos sendo convidados a mais do que bater palmas para os funcionários da saúde ou pannels contra os governantes, precisamos nos indignar com a apropriação do fundo público e exigir um estado mais equânime para todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- DAVIS, M. *et al. Coronavirus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- FRASER, N. *Entrevista ao Diplomatique*. 25/03/2020. Disponível em <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>. Acessado em 04/04/2020.
- GENTIL, D. L. *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – análise financeira do período 1990–2005*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- GUARANY, A. M. B. *Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, apresentada à ESS/UFRJ, dez/2014.
- IBGE. *Desigualdade Social por cor ou raça no Brasil*. IBGE, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acessado em 13/04/2020.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Ed. Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.
- MARX, K. *O Capital – O processo de produção do capital*. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- NETTO, J. P. Assistencialismo e regressividade profissional no serviço social. *Lusiada. Intervenção Social*, Lisboa, n.º 41 [1º semestre de 2013].
- PASSOS, R. G. e NOGUEIRA, C. M. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. Florianópolis: *Revista Katális*, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez. 2018.
- SALGADO, E.; ANDRADE, R. Entrevista Keneth Rogoff. *Jornal O Globo*. RJ: 05/04/2020.

30 Em Chicago, por exemplo, 72% das vítimas fatais por Covid-19 era de negros. No Brasil o dado 'raça' nas estatísticas da pandemia vem sendo negligenciado, como sempre foi. Para saber mais ver *Jornal O Globo* de 10/04/2020.

CAPÍTULO 4

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O mundo pós-COVID será o mesmo?

Rivera L. Guianze³¹

O vírus que está parando o mundo, oficialmente denominado de SARS-COVID 19, mais conhecido como *coronavírus*, parece ter trazido novidades que vieram para ficar, não só na área econômica, destruída pelo impacto da paralisação de quase todas as atividades comerciais, mas também dentro das relações sociais e de trabalho. Mas experiências anteriores indicam que quase nada deve mudar.

Do ponto de vista econômico, talvez o mais importante tenha sido a aprovação da ajuda emergencial, que poderia se tornar definitiva, um projeto de luta de há muito tempo por parte do ex-senador Eduardo Suplicy (PT-SP), quem, através do Programa Renda Básica de Cidadania, pretende levar um mínimo de conforto para as famílias mais afetadas pelo sistema³². Não se pode ocultar que os bancos também receberam enormes aportes deste governo que continua tentando retirar direitos trabalhistas. A última tentativa, denominado de Carteira Verde Amarela, um projeto que facilita a demissão de trabalhadores jovens, fecha o mercado para os mais velhos e reduz direitos trabalhistas ao mínimo, foi detida pelo Senado Federal, mas deve voltar em breve com outra roupagem. Mas o mais interessante foi verificar como a sociedade precisa do Estado em momentos difíceis. O neoliberalismo e os adoradores do Estado Mínimo derreteram diante da crua realidade. Ficou claro que os países precisam sim de um Estado forte, que intervenha na economia e na sociedade para definir os rumos a tomar.

O Estado interveio até para dizer às empresas o que produzir, injetando bilhões de reais na economia, não só no Brasil, mas principalmente, nos países do primeiro mundo. As *executive orders*, decretos baixados pelo presidente Donald Trump nos Estados Unidos, obrigaram às empresas a produzir respiradores e máscaras. E por falar em máscaras e no país do norte,

31 Advogado, pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho, mestrando em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ.

32 Sobre o tema, ver Suplicy, Eduardo Matarazzo. Renda de cidadania: a saída é pela porta. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

as máscaras caíram e o mocinho se transformou em vilão, sequestrando produtos produzidos na China e que seriam enviados a outros países. Os vilões roubavam materiais de primeira necessidade enquanto a pequena ilha do Caribe, que sofre há anos um bloqueio econômico, envia seus médicos a todas partes do mundo, na tentativa de salvar vidas. O bloqueio econômico a Cuba é uma violação que tem que ser revista e os países que receberam ajuda humanitária têm a obrigação de pressionar para que este bloqueio acabe.

Em termos práticos, muitas reuniões de trabalho, que antes eram feitas presencialmente, foram resolvidas por meio de reuniões ditas virtuais, utilizando aplicativos de som e/ou imagem, como *Zoom* e *Hangouts*. Aulas de ensino fundamental e médio também estão sendo feitas de forma virtual, com uma enorme perda para os alunos, especialmente os de ensino fundamental. Discute-se se é necessária a manutenção de aulas para os pequenos, mas os colégios preferem manter este tipo de didática para sustentar a cobrança das caras mensalidades e os colégios, principalmente os de ponta, não querem dar descontos. No ensino superior, optou-se por não ter aulas nas universidades públicas, enquanto as privadas, também motivadas pela manutenção das mensalidades, tentam levar adiante seus cursos. Talvez fosse momento de os professores orientarem os alunos com indicações de leituras e vídeos e isto poderia ser feito por e-mail, como forma de manter o contato com os discentes e disponibilidade de tempo para a leitura. Além disso, os professores poderiam verificar a situação dos alunos no que se refere à saúde e à alimentação dos discentes. Socialmente, as pessoas procuraram ter mais contato com seus entes queridos, talvez levadas por uma forte motivação de entender que o fim da vida pode estar muito mais perto do que imaginam.

O biólogo Átila Iamarino, que se tornou uma referência em termos de coronavírus, alertou para o fato de que infecções como a do Corona, MES, H1N1, além de novas pandemias, seriam recorrentes num futuro próximo, produto da expansão das urbes e sua aproximação cada vez maior à vida silvestre³³, que vê seu espaço diminuído com o avanço "civilizatório". Ele também publicou³⁴ estudo feito pela *Science*³⁵, que avisava que, se não aparecer uma vacina antes, a quarentena se estenderia, com idas e vindas, até 2022.

33 Programa Roda Viva, TV Cultura, 30/03/2020.

34 Disponível em: <https://twitter.com/oatila/status/1250252180805877760> Acesso realizado em: 04/2020.

35 Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/early/2020/04/14/science.abb5793> Acesso realizado em: 04/2020.

Uma discussão que chamou a atenção neste período de quarentena foi a diferença de posições de dois filósofos contemporâneos, o esloveno Slavoj Žižek e o sul-coreano Byung Chul-Han. Se para Žižek a crise gerada pelo Corona poderia ser considerada uma porta aberta para o fim do capitalismo e começo do comunismo, Han adverte que o Corona irá gerar mais autoritarismo, refletindo o modelo chinês de capitalismo autoritário, com poucas liberdades e muita repressão. Žižek entende que a sociedade se reinventará após a passagem do Corona, criando condições para que as mudanças aconteçam. Para ele, “nos obriga a reinventar o comunismo com base na confiança nas pessoas e na ciência”³⁶.

Atropelando a fala de Žižek, o ministro das Relações Exteriores do nosso país, Ernesto Araújo, publicou no seu blog pessoal³⁷ um artigo que surpreendeu o mundo diplomático e aumentou o folclore diante da sua personalidade. Araújo apelidou o vírus de *Comunavírus*, dizendo que o medo provocado pelo vírus “nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista”, atacando Žižek e tergiversando a opinião dele, de forma tal que o próprio filósofo respondeu que o ministro não entendeu. E acrescentou:

Não quero impor nada, apenas observo que até governos conservadores estão lidando com a crise sanitária e econômica provocada pela epidemia. Estão introduzindo medidas que, seis meses atrás, seriam inimagináveis e vistas como um sonho comunista³⁸.

Enquanto o chanceler era rebatido pelos antigos ocupantes do posto e por outras personalidades do mundo diplomático, Han discordava de Žižek, acreditando que o capitalismo não só não cairia como sairia fortalecido. Ele se refere à vigilância digital dos países do Oriente e como estas sociedades autoritárias estão vencendo a luta contra o vírus. Para ele, Žižek está enganado e “após a pandemia, o capitalismo continuará com ainda mais pujança”³⁹. O estado de exceção, gerado pelo vírus, passaria a ser normal, de acordo com Han. Ele afirma que:

36 Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597314-zizek-sobre-o-coronavirus-um-golpe-letal-no-capitalismo-para-reinventar-a-sociedade> Acesso realizado em: 04/2020.

37 Metapolítica 17. Disponível em <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus> Acesso em Abr. 2020.

38 ‘Comunavírus’: Žižek responde a ilação do chanceler Araújo. O Globo, 23/04/2020, pág. 15. A análise de Žižek mostra que governos conservadores precisaram fortalecer o Estado, tomando medidas impensáveis e opostas à ideia do Estado Mínimo.

39 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html> Acesso realizado em: 04/2020.

O vírus não vencerá o capitalismo. A revolução viral não chegará a ocorrer. Nenhum vírus é capaz de fazer a revolução. O vírus nos isola e individualiza. Não gera nenhum sentimento coletivo forte. De alguma maneira, cada um se preocupa somente por sua própria sobrevivência. A solidariedade que consiste em guardar distâncias mútuas não é uma solidariedade que permite sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica, mais justa. Não podemos deixar a revolução nas mãos do vírus. Precisamos acreditar que após o vírus virá uma revolução humana. Somos NÓS, PESSOAS dotadas de RAZÃO, que precisamos repensar e restringir radicalmente o capitalismo destrutivo, e nossa ilimitada e destrutiva mobilidade, para nos salvar, para salvar o clima e nosso belo planeta⁴⁰.

Pelo que se observa no *day after*, não parece que vamos ter mudanças substanciais do ponto de vista econômico assim que a pandemia acabar. A experiência contada por aqueles que, de alguma maneira, passaram por eventos como o atual, nos sugerem que as sociedades voltam ao *status quo ante*, após passarem por um período de luto e contenção. Ficarão as homenagens àqueles que estiveram na linha de frente no combate à pandemia, muitos dos quais caíram cumprindo o seu dever, como médicos; enfermeiros; atendentes de supermercados e restaurantes; motoristas de ambulâncias e transportes públicos; garis; em soma, todos os que trabalharam em postos de primeira necessidade. Mas cidades como Hong Kong, que já sofreu no passado situação de *lockdown* causada por vírus, voltaram ao normal em pouco tempo. A má notícia é que ainda que os controles de doenças tenham ficado mais rígidos, um novo vírus voltou a provocar paralisação, medo e mortes⁴¹.

Também podemos concluir, após este período de quarentena, isolamento social ou *lockdown*, é que as coisas precisam mudar. O planeta começa a dar sinais da recuperação, mesmo após um ínfimo lapso temporal. As imagens que vêm de várias partes do mundo estão sugerindo que a diminuição no consumo desenfreado e na destruição dos ecossistemas foi suficiente para dar um fôlego novo ao meio ambiente. O ar parece menos poluído, a visibilidade aumenta, peixes e aves voltam a circular, animais invadem cidades, apesar de que no Rio de Janeiro quem circula livremente à noite pelas ruas são os ratos. O consumo

40 Idem.

41 Em 2003, uma epidemia de SARS se espalhou pela China e Hong Kong, provocando a morte de mais de 700 pessoas. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/geral/epidemia-de-sars-paralisou-cidades-na-asia-em-2003,364903> Acesso realizado em 04/2020.

desenfreado não é tão necessário, não precisamos de 5 pares de tênis, muito menos de produtos que talvez nem sejam utilizados ao longo das nossas vidas.

A principal conclusão é a de que o ser humano tem que entender que o que ele e o mundo precisam é de mais humanidade e menos capitalismo.

Afinal de contas, não foi uma gripezinha⁴².

42 Disponível em: Contrariando, assim, o discurso do presidente em 24/03/2020. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confinamento-em-massa.ghtml> Acesso realizado em: 04/2020.

CAPÍTULO 5

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Lições da quarentena

Luiz Eduardo Soares⁴³Miriam Krenzinger⁴⁴

Talvez seja muito pretensioso falar em lições, uma vez que dizê-lo supõe, mais do que nos afirmarmos capazes de aprender, assumirmo-nos hábeis o bastante para ensinar. Não é o caso. Nossa intenção é apenas compartilhar algumas hipóteses sobre temas diversos, suscitadas pela experiência desafiadora, e nova, do recolhimento imposto pela pandemia. E assim chegamos, simultaneamente, aos três pontos iniciais, a um tempo epistemológicos, psicológicos e éticos: o reconhecimento da ignorância, a angústia da incerteza e a rendição à humildade, que corresponde à imersão desarmada no que constitui a condição mesma de nossa comum humanidade.

1

O recolhimento imperativo como medida social constitui um experimento novo, seja como política pública sanitária, seja como travessia existencial. Além disso, o motivo, a pandemia de coronavírus, ainda é em parte desconhecido, em vários de seus aspectos. Se, antes da crise, a incerteza já era a marca de nosso tempo, hoje, com mais razão, é indispensável levá-la em conta, o que hipertrofia a ignorância e exige humildade, como postura intelectual e individual. Por isso, os prognósticos devem estar mais do que nunca cercados de cautelas e as análises conjunturais precisam ser antes inquisitivas e aproximadas do que taxativas e conclusivas. Em suma, sabemos pouco, antecipamos sem clareza, tateamos no breu. Nem por isso abdicamos de refletir criticamente e de imaginar cenários futuros, até para que nos orientemos, politicamente, contribuindo, na medida do possível, para a construção das melhores alternativas ou para reduzir os danos provenientes de eventuais desdobramentos desafortunados.

2

Algo, entretanto, se destaca com muita clareza: a realidade incontornável, cantada em prosa e verso pelos arautos do neoliberalismo, desmanchou-se no ar. O que foi vendido como

43 Antropólogo, cientista político e escritor. Professor aposentado da UERJ.

44 Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ.

limite intransponível do mundo real era apenas o limite de uma política econômica. Tratava-se de uma realidade construída politicamente e, portanto, passível de mudança via ação política. A ruína de um mundo nos lega mais do que destroços e caos: a evocação de outros mundos possíveis e algumas lições.

3

A crise sanitária afeta desigualmente os desiguais, apartados pela divisão de classes, pelo racismo estrutural, pelo patriarcado, por hierarquias geopolíticas e tantas outras. Entretanto, atravessa as cisões, ameaçando até mesmo as elites. Nesse sentido, sistemas públicos de saúde têm sido e crescentemente serão importantes até mesmo para as minorias poderosas, uma vez que todos se convertem em fontes potenciais de contaminação universal. A gravidade da crise, que é também econômica, desmascara as iniquidades do capitalismo, cuja natureza eminentemente bárbara se manifesta com absoluta e chocante nitidez na privatização da saúde. A magnitude do desastre econômico já inviabilizou a agenda neoliberal e provavelmente tornará inescapável uma virada significativa na política econômica, rumo ao fortalecimento do Estado protetor, redistributivista e indutor de desenvolvimento. Por outro lado, uma mudança desse tipo, quando o Estado está sendo tripulado por um governo autoritário, obscurantista, inclinado ao fascismo (e antecipando-lhe características), tende a encontrar resistências no interior das camadas dirigentes, o que pode promover contradições no bloco do poder, seja corroendo a liderança de Bolsonaro -se ele barrar o processo-, seja conferindo ao novo arranjo político-econômico (sob a liderança de Bolsonaro) feições francamente populistas, típicos da ultra-direita fascista. Em qualquer caso, o capitalismo estaria a salvo e animado pela abertura de um novo ciclo. Lembrem-nos de que a aliança entre a milícia política bolsonarista, abraçada ao ultra-conservadorismo evangélico, e a pauta neoliberal foi apenas ditada por circunstâncias e pode vir a ser descartada quando conveniente, desde que o cavalo-de-pau seja abençoado pelo imperialismo e reflita a nova fase periférica e dependente do capitalismo transnacional. Por outro lado, não parece estar no horizonte uma coalizão progressista capaz de disputar a hegemonia e conduzir a bom termo o colapso do capitalismo, radicalizando a democracia.

4

Como se vê, o atual imperativo da solidariedade, tal como o compreendemos, no discurso e em tantas ações generosas, não nos levará, necessariamente, ao futuro predomínio de valores, agendas e políticas de inspiração democrática e socialista.

Pelo contrário, o medo do contágio, a reclusão, os cuidados com o corpo poderiam estimular a intensificação de estigmas, preconceitos e separações xenofóbicas, aumentando barreiras a imigrantes e a todas as formas de integração social. No entanto, a depender da dinâmica conjugada das lutas políticas e de iniciativas criativas culturais, assim como da magnitude do sofrimento coletivo e da escala do cataclismo sanitário e econômico, não pode ser descartada a hipótese de que se difunda e enraíze uma consciência crítica aguda contrária à naturalização das desigualdades, que marcou até aqui a história brasileira. Essa possibilidade imporia uma inflexão ao quadro duplo exposto no item anterior, introduzindo um terceiro caminho, uma via progressista, dali excluída por altamente improvável.

5

Em se configurando um desdobramento afortunado para as classes subalternas, do campo e das cidades, e para o conjunto dos movimentos sociais, inclusive aqueles identificados com as bandeiras feministas (em resistência ao crescimento da violência contra a mulher, observado durante a quarentena), a tendência seria a inclusão na agenda pública, com inusitada centralidade, dos temas relativos à emergência climática, ao meio ambiente e, mais amplamente, à ecologia, em cujo contexto emergiu a atual pandemia, sinalizando riscos futuros. Se isso vier a se realizar, é razoável supor que haveria simultaneamente a valorização da ciência, da educação pública, da cultura e das universidades. Nesse caso, também haveria espaço para o fortalecimento da resistência de quilombolas e das sociedades originárias. Além disso, uma hipótese assim virtuosa provavelmente apontaria para o renascimento da melhor tradição internacionalista, visando o estabelecimento de nova ordem global orientada para o multilateralismo.

6

A experiência em curso nos ensina que estamos mais ligados do que supõe a ideologia liberal individualista, porque nossos atos impactam outros, nossa presença afeta outros, voluntária ou involuntariamente. E mais: a interdependência não decorre apenas de motivações conscientes, ou intencionais, contratos ou interesses, trabalho ou cooperação, competições ou conflitos, atividades econômicas ou negócios no mercado. Há fios invisíveis de comunicação entre nós, além das linguagens inconscientes. Nossos corpos não são exatamente nossa propriedade, instrumento para o exercício de nossa liberdade. Constituem espaços de trânsito para a natureza, em dimensões que

ignoramos e escapam ao nosso controle. Ou seja, somos natureza e vivemos, coletivamente, a experiência da espécie no planeta. Essa aprendizagem representa, pelo menos potencialmente, inegáveis avanços, tanto éticos, quanto cognitivos. A medicina (assim como a biologia, a epidemiologia e a virologia) passa a conviver conosco, num diálogo permanente, instrutivo e, por vezes, normativo. E há aí ambiguidades e contradições. A medicina, enquanto conjunto de técnicas, práticas e saberes, consiste em um poder, evidentemente, que nos salva e protege, mas também nos assujeita e disciplina. Podemos estar à beira de um regime biopolítico, que sempre houve, em diferentes graus e extensões, mas agora viria requalificado, consolidando-se sob o comando de uma verdadeira polícia médica, vigilante dia e noite, nas casas e nas ruas, em aliança com grandes oligopólios da comunicação e da tecnologia, como Google e Facebook. O mundo do *bigdata* e da nanotecnologia, animado pela inteligência artificial, traria para o centro público e visível do poder as agências de espionagem, controle e sabotagem que hoje operam na semi-clandestinidade. O que é público e visível não se tornaria passível de controle pela sociedade, nem transparente, e esse fenômeno em si mesmo redefiniria a própria categoria "público" -e República-, assim como refletiria o declínio da intimidade e o eclipse da privacidade.

7

Uma hipótese plausível senão provável sobre o desdobramento da crise é a convulsão social, pontuada por saques e, eventualmente, por manifestações dispersas e fragmentárias, catárticas ou expressivas, de violência. Esse tipo de ação se distingue da intervenção propriamente política, orientada para finalidades definidas, amparada em cálculo político e apoiada em organização coletiva. A convulsão é fruto do desespero e, paradoxalmente, sinal de impotência e, usualmente, desorganização e despolitização. Em ambiente de privação extrema e depressão faltam a energia, a confiança e a disposição para a luta política. Um saque costuma ser ato que visa saciar a fome, sem qualquer condição ou intenção de atingir causas ou indicar caminhos de solução, a partir de uma agenda política construída coletivamente. Caso surjam explosões de "desordem", a tendência é que haja repressão violenta, a qual pode retroalimentar a revolta, fazendo girar o circuito da violência institucional gerando mais privação, psíquica e material. Sendo essa a situação, estariam dadas algumas das condições para que o governo federal reivindicasse concentração de poderes, no sempre evocado -até agora apenas como ameaça- autogolpe. Há elementos, nas decisões de Bolsonaro, em sua

performance e na letargia de seu ministério da economia ante a profundidade do drama popular, que conduzem à conclusão de que tal seria exatamente o cenário visado. Independentemente das bases das Forças Armadas, Bolsonaro contaria com as polícias militares (e não só), pelo menos os contingentes numerosos formados por policiais de baixa patente, além das milícias. A instabilidade nos estados poderia ser o estopim para intervenções militares, que desarticulariam a resistência de vários governos estaduais ao projeto golpista. O primeiro passo seria o esvaziamento da autoridade e da legitimidade dos governos estaduais, restringindo o repasse de recursos e os estrangulando, financeiramente, até o ponto em que se tornariam amplamente inadimplentes, incapazes inclusive de cumprir os compromissos elementares na prestação de serviços básicos e no pagamento de funcionários e aposentados. O discurso crítico ao isolamento social como medida de prevenção ao colapso dos sistemas municipais e estaduais de saúde, ante a expansão da pandemia, tem o objetivo de transferir a governadores e prefeitos a responsabilidade pela crise econômica. Ao mesmo tempo, como o STF garantiu a manutenção das políticas estaduais e municipais, há, em tese, a chance de que a curva de difusão epidêmica seja controlada (“achatada”), o que livraria o presidente de ter de responder pela tragédia sanitária e lhe permitiria capitalizar o resultado, se Bolsonaro o apresentasse -e haveria cinismo suficiente para fazê-lo- como demonstração de que sua avaliação estava certa: não se tratava, afinal, ele diria, de nada tão sério, não passava mesmo de uma “gripezinha”. O risco para o presidente é que a magnitude das duas crises sobrepostas, econômica e sanitária, transforme a pandemia em catástrofe e aniquile seu apoio popular.

8

Chegamos, então, a uma das bases fundamentais do governo Bolsonaro, em diferentes sentidos e dimensões. O que se depreende do comportamento das polícias até o momento em que registramos essas reflexões? Desde logo, sua politização. Ocorre que a politização dos policiais não começou com Bolsonaro, nem se esgota entre os militares. É notória a presença de muitos ultra-direitistas militantes nas polícias civis e federais. E não se trata apenas de afinidades eletivas entre espíritos conservadores e instituições que portam a marca histórica de culturas corporativas conservadoras. Há bem mais que isso e o que há não é óbvio. A rotina policial -e aqui não generalizamos a análise, refirimo-nos apenas aos segmentos (e são numerosíssimos) infectados pelo bolsonarismo, em todo o país- põe em marcha uma vida de militância e ativismo, sem dizer

seu nome. A prática policial desses segmentos corresponde a um verdadeiro ativismo político contínuo. Ela se dá sob a forma de reafirmação de um crivo de leitura da história, ideologicamente enviesado, que foi viabilizado (legitimado) pela continuidade institucional e valorativa das polícias, fruto da transição política negociada, sem ruptura, que prevaleceu no Brasil. Trata-se ao mesmo tempo de leitura do passado e construção do presente à sua imagem e semelhança. A história do Brasil racista e classista tem sido escrita todos os dias, exaltada, celebrada e rememorizada, pela violência policial. A história no que ela tem de essencial e inercial, como se fora menos um fluxo e mais uma condição ontológica reposta, reencenada, reinstalada. A prática desses segmentos policiais tem escrito e reescrito a história na pele, no corpo (e no espírito) dos escravos, no dorso da sociedade (dorso pobre e negro) - a imagem é de Kafka, em seu conto magnífico, Na Colônia Penal.

O que move os agentes policiais bolsonarizados (que já pressentiam Bolsonaro no lusco-fusco da democracia, já ansiavam pela era Bolsonaro, já preparavam o terreno para o advento do messias, já ensaiavam, diariamente, o novo sebastianismo como profetas da barbárie) não é a paixão pela ordem, a lei, nem o ardor corporativo. Eles não se reconhecem nas instituições nem nas leis, nem na República, seja como ideia, seja como valor e muito menos como prática - o cinismo mais cáustico prepondera, nenhum respeito à política, o "sistema" é rechaçado. Só podem crer em si mesmos, em seus colegas, em sua missão tal como a entendem e experimentam, auto-atribuída. É o exercício da força que confere poder aos agentes que só se identificam com o poder auto-conferido, ou seja, que emana da arma, da intimidação, da violência. O grupo é autorreferido, o agente ancora, solipsisticamente, em si mesmo e na fratria a autoridade da qual deriva a justificativa (o valor e a legitimidade) da própria autoridade. Sendo assim tão instável a autoridade, o que resta é a força, sem a qual nem poder esses grupos policiais mobilizariam. Autoridade autorreferida é violência ilegítima, mesmo uniformizada. Mas deixa de sê-lo, quando as instituições abençoam esse processo de extravio institucional, e a sociedade, parte dela, aplaude e enaltece os "heroísmos".

...

Que papel cumprirão as polícias caso a crise se aprofunde? Por que será que o presidente revogou portarias do ministério da Defesa, relativos ao controle de armas e munição? Melhor encerrar esse inventário de lições com uma pergunta, que convida à reflexão e à ação pela vida, pelos direitos humanos e pelo que nos resta de democracia.

CAPÍTULO 6

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Ataque aos servidores públicos sob o COVID-19: orçamento de pessoal em questão

Gênesis de Oliveira Pereira⁴⁵

As políticas neoliberais implementadas por mais de três décadas, ampliaram, por um lado, o subemprego, a informalidade e a precarização, e, por outro, intensificaram, nos termos de Mandel (1985), a supercapitalização, isto é, a permeabilidade do capital por todas as áreas da vida social, transformando direitos em mercadorias. A chegada do COVID-19 evidencia que o vírus mais perigoso espalhado por todo planeta é, efetivamente, a articulação entre a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais que fragilizaram o trabalho e desmontaram os direitos sociais mundo afora. Como bem sinalizou Harvey (2020), as medidas de isolamento social têm provocado profundas rupturas na produção, distribuição, consumo e reinvestimento, o que, por sua vez, vem aprofundando a crise econômica mundial, já posta desde 2008 acirrada pela guerra comercial entre os EUA e a China.

Desde a chegada dos efeitos da crise de 2008 no Brasil, temos acompanhado uma rearticulação do bloco dominante e um avanço ultraneoliberal fomentado pelo golpe de 2016, momento em que os rumos temerários, tornam-se obscurantistas. Vivemos um período de aprofundamento contrarreformista que incide sobre o ajuste permanente da economia dependente, cujas formas de transferência de valor se pautam, cada dia mais, pela punção do fundo público operada por meio da articulação entre as burguesias nacionais e internacionais e do prevailecimento das frações financeiras. Esse processo leva a uma expropriação de direitos sociais como forma de ampliar a utilização do fundo público para o pagamento da dívida, estabelecimento de superávits primários, financiamento de projetos capitalistas e tantas outras funções alheias aos interesses da classe trabalhadora. Os estudos de Behring (2017; 2018), Boschetti (2016);

45 Doutor em Serviço Social pela UERJ. Professor Adjunto na Escola de Serviço Social da UFRJ.

2017), Fontes (2010), têm revelado importantes caminhos para a compreensão da articulação entre a expropriação dos direitos sociais a partir das disputas orçamentárias em curso no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Contudo, nossos estudos têm sinalizado que o desmonte das políticas sociais está articulado ao desmonte do trabalho na esfera pública, onde o capital tem requerido maior parte do butim destinado ao pagamento de pessoal (PEREIRA, 2019).

Antes mesmo de aparecerem no Brasil os primeiros casos de coronavírus, a contrarreforma Administrativa, estava para ser encaminhada pelo Governo Federal visando, basicamente, promover um profundo ataque aos direitos dos servidores públicos através das anunciadas medidas de revisão de salários iniciais, redução do número de carreiras, aumento do prazo para alcançar a estabilidade e flexibilização da mesma para alguns cargos.

Paralela à contrarreforma Administrativa, a PEC Emergencial (PEC 186/2019) tramita no Senado e prevê a redução dos salários e jornada de trabalho dos servidores em 25%, congelamento de reajuste salariais, de concursos e de contratações por dois anos. Estas medidas podem ser acionadas caso o Governo Federal descumpra a regra de ouro⁴⁶. Estados e municípios poderão acioná-las quando as dívidas chegarem a 95% das despesas obrigatórias.

A disseminação massiva do vírus e a adoção de medidas de isolamento social têm reavivado esses ataques. A ampliação dos gastos com os trabalhadores, seja por meio da ampliação de recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), seja por meio de criação de benefício assistencial, tem sido feita por meio da decretação do estado de calamidade pública, sem a derrubada do teto dos gastos públicos instituídos pela EC 95. Sob o argumento de maior segurança jurídica, foi aprovada na Câmara dos Deputados a PEC 10/2020⁴⁷, conhecida como orçamento de guerra, que permite criar um orçamento paralelo durante a pandemia, ou seja, uma flexibilização temporária do ajuste fiscal por motivo de força maior. Esses elementos nos permitem avaliar o aprofundamento da crise de 2008, com aumento do desemprego, da informalidade, e, ao mesmo tempo, acirrando as políticas de austeridade com ampliação do socorro a bancos e

46 Mecanismo que impede o governo de tomar empréstimos para pagar a despesa corrente.

47 O Partido Novo apresentou as emendas 4 e 5 cujo objetivo consistia em atacar os vencimentos dos servidores, embora a proposta não tenha sido aprovada no texto final, a luta contra o confisco dos salários não parece ter terminado.

empresários já em curso. Isso significa uma ampliação da disputa orçamentária, uma maior dependência do fundo público para reprodução do capital.

Esse contexto suscita novas ondas de ataques aos trabalhadores, cuja viabilidade de concretização será traçada no âmbito da luta de classes. Contudo, estamos seguros que essa onda de ataques passará centralmente pela parcela do orçamento destinada ao pagamento de pessoal, sustentado no falacioso discurso de Estado inchado, que gasta demais com força de trabalho. Cenário este que não surge com o COVID-19, mas que tende a se acirrar sob a pandemia, o que requer o esforço em compreendermos as despesas de pessoal da União, bem como, o impacto das disputas orçamentárias para operacionalização do trabalho na esfera pública.

A disputa em torno do orçamento de pessoal: os impactos para o trabalho na esfera pública

Temos, desde a década de 1990, a retórica de gastos excessivos com funcionalismo público, principalmente nos momentos de crise do capital. Dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015)⁴⁸ revelam o contrário, o emprego público no Brasil representa 12% do total de ocupações, média menor que nos países Europeus e cerca 1% acima do Chile, país com ampla tradição liberal. O orçamento da União nos permite identificar que os gastos excessivos não se concentram na despesa com servidores. No ano de 2017, o governo destinou ao pagamento de pessoal e encargos sociais 284,5 bilhões de reais. No mesmo ano, segundo relatório do TCU, a União deixou de arrecadar 354,7 bilhões em isenções de impostos dados à iniciativa privada.

O orçamento de 2020 prevê 1,603 trilhões de reais para pagamento de juros e amortização da dívida, parcela esta que corresponde a mais de 45% do orçamento total da União, estimado em 3,36 trilhões de reais. No mesmo ano, o governo irá gastar 337,9 bilhões com servidores públicos⁴⁹, parcela essa que representa 9,4% do total do orçamento da União. Quando observamos o gasto com os servidores, frente aos gastos com juros e amortização da dívida, percebemos que os gastos com funcionalismo representam apenas 21,1% dos gastos com a dívida e seus encargos, ou seja, o gasto com a dívida pública é cerca de 400% maior que o gasto com o funcionalismo público.

48 Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/government-at-a-glance-2015/employment-in-the-public-sector_gov_glance-2015-22-en Acesso realizado em: 14/03/2020.

49 Nos limites desse trabalho, os dados orçamentários contemplam os trabalhadores dos três poderes e o serviço militar.

As cifras orçamentárias até aqui apresentadas correspondem ao Orçamento Bruto de Pessoal (OBP), isto é, contemplam os valores revertidos na forma de vencimentos e vantagens⁵⁰ e os encargos sociais que incidem diretamente nas contribuições previdenciárias e nos benefícios pagos a aposentados e pensionistas.

Nesta direção, a contribuição patronal, embora apareça como gasto no orçamento, é revertida na forma de receita para Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), não se configura, portanto, como saída de caixa para União. O mesmo acontece com a tributação dos salários dos servidores que, embora apareçam como gastos, retornam como receita para União. Nesta direção, a despesa com pessoal deve levar em conta a subtração de receitas oriundas de tributos e contribuições de trabalhadores e empregadores.

De acordo com dados sistematizados pela Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (CASALECCHI, 2019), em 2018 o governo gastou 119 bilhões com vencimentos e vantagens de servidores civis na ativa⁵¹ e no mesmo ano o OBP foi de aproximadamente 302 bilhões de reais. Esses elementos são centrais para desmistificar os gastos com pessoal, uma vez que os mecanismos de comunicação reduzem, propositalmente, o OBP ao salário de servidores da ativa, não apresentando os outros gastos e receitas que compõem esse valor.

No âmbito do OBP a contrarreforma da previdência incidiu diretamente no aumento da contribuição do trabalhador ao RPPS, reduzindo o salário dos servidores sem aumentar seus benefícios previdenciários, ampliou, portanto, as receitas da União a partir da taxação dos salários, reproduzindo a lógica da tributação regressiva que marca o Estado brasileiro (BEHRING, 2010). Após avançar sobre a dimensão contributiva (EC 103/2019), o governo pretende atacar a parcela destinada ao pagamento dos vencimentos e vantagens, através do confisco do salário e gratificações dos servidores públicos (PEC 186/2019 e PEC da contrarreforma Administrativa), e, portanto, alcançar seu objetivo de aumentar suas receitas reduzindo gastos em vencimentos.

Em tempos de propaganda do confisco salarial como forma de ampliar a capacidade de enfrentamento do COVID-19, o governo escamoteia a verdadeira paralisia orçamentária cuja fonte se encontra no pagamento da dívida e seus encargos, essa

50 Aqui se inserem o 13º salário, férias, abono de permanência, gratificações, vencimentos e salários, etc.

51 Parte desse valor volta para União na forma de receita oriunda dos tributos sobre os salários.

parcela segue intocada sob a pandemia, mantendo o ajuste fiscal permanente do Estado brasileiro. Os gastos com vencimento e vantagens representam a maior parcela do OBP, mas uma pequena, para não dizer ínfima, parcela do orçamento da União. Não há dúvida de que o confisco de salários dos servidores tem um impacto direto para a economia, afetando o consumo de milhares de famílias, contudo, acreditamos que a defesa salarial não deve passar apenas pela economia, mas pela qualidade dos serviços prestados à população e pela luta contra a precarização do trabalho.

A redução das jornadas de trabalho e dos salários aliada à suspensão dos concursos públicos, das progressões funcionais, das carreiras, traz, sem dúvidas, profundas alterações para o trabalho dos servidores que atuam no atendimento das diversas necessidades sociais acirradas pela pandemia. A política de redução da jornada de trabalho vem articulada, por um lado, à tentativa de desmonte do Regime Jurídico Único (RJU) com contratos de trabalhos cada vez mais flexíveis, e, por outro, a uma política de intensificação da exploração do trabalho, com recurso a mecanismos como teletrabalho, metas de atendimento, digitalização do processo de trabalho ampliando a produtividade do servidor.

Estamos diante de um processo de intensificação do trabalho na esfera pública, cujo objetivo não consiste na ampliação da taxa de lucro, mas sim numa maior punção da parcela do OBP pelo capital. Esse cenário tende a aumentar as filas e o tempo de espera nas instituições públicas, dificultando acesso a serviços e direitos, ampliando a sobrecarga de trabalho dos servidores da ativa e diminuindo a qualidade dos serviços prestados. Estas medidas não afetam apenas os servidores públicos, mas o conjunto de trabalhadores que dependem ou virão a depender das políticas sociais e dos serviços prestados pelo Estado.

Considerações Finais

A chegada do COVID-19 ocorre sob um cenário de aprofundamento do neoliberalismo que se expressa não somente no desmonte das políticas sociais, mas também do trabalho que as operacionaliza. No presente momento, o ataque aos servidores públicos direciona-se para a parcela do OBP destinada ao vencimento e vantagens dos servidores. Em nossa compreensão, a punção desta parcela do orçamento da União se dá por meio da expropriação de direitos trabalhistas consolidados no âmbito do RJU, centrais para salvar o capital do aprofundamento de sua crise.

As contrarreformas em curso já sinalizavam um ataque coordenado em algumas frentes: ampliação da contribuição previdenciária dos servidores, de modo a ampliar as receitas da União (EC 103/2019); precarização por meio da fragilização dos contratos de trabalho através da adoção de regimes mais flexíveis para novos servidores (PEC contrarreforma Administrativa); confisco salarial dos trabalhadores inseridos no RJU (PEC 186/2019). Essas frentes articuladas provocam profunda alteração no OBP, promovendo, por meio das expropriações de direitos trabalhistas e previdenciários, uma punção de parte do orçamento que passa a ser disponibilizado para o capital, na forma de pagamento de juros, superávit primário, socorro a empresários e tantas outras funções alheias aos interesses dos trabalhadores.

A conjuntura contemporânea permite identificar que os ataques irão se reapresentar em novas tentativas de projetos de leis e emendas à Constituição buscando confiscar o salário dos servidores. Caso as tendências de desmonte do funcionalismo público se concretizem teremos um enfraquecimento da capacidade de combate do COVID-19 a médio e longo prazo, uma vez que o funcionalismo público está na linha de frente nas mais diversas áreas de enfrentamento à pandemia.

A tendência de retração na economia mundial aprofundará a dificuldade de recuperação da economia brasileira, incidindo no aumento da demanda dos serviços públicos, sob um governo que busca reduzir os custos com servidores. Neste contexto, temos o apelo à subcontratação, à terceirização, ao trabalho voluntário e ao teletrabalho promovendo uma intensa precarização dos contratos e condições de trabalho, o que tende a recair de forma mais dura sobre os trabalhadores do executivo.

Estamos seguros de que o enfrentamento ao aprofundamento da crise em tempos do COVID-19 passa pelo fim da EC 95, da Desvinculação das Receita da União, pela taxação das grandes fortunas, pela suspensão imediata do pagamento da dívida, e, também, pela recomposição dos quadros de servidores por meio do RJU, isto é, pelo aumento do Orçamento Bruto de Pessoal.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, I. *A assistência no capitalismo contemporâneo e tensões no trabalho de assistentes sociais*. São Paulo: Cortez, 2016.
- . Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917), v. 1. Niterói: NIEP-MARX, 2017. p. 13-24. ANAIS...
- BEHRING, E.R. *Fundo Público: um debate estratégico e necessário*. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/eV039g>>. Acesso em: 06.mai.2019.
- . Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917), v. 1. Niterói: NIEP-Marx, 2017, p. 1-18. ANAIS...
- . *Fundo público, exploração e expropriação no capitalismo em crise*. In: *Expropriação e*

- direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). *Emenda Constitucional no 95 de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 01.mar.2020.
- Constituição (1988). *Emenda Constitucional no 103 de dezembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 20 de mar.2020.
- *Proposta de Ementa à Constituição nº 186 de 2019*. Altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702>>. Acesso em: 20 de mar.2020.
- *Lei Orçamentária Anual. Lei nº 13.414 de 10 de janeiro de 2017*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2017/Lei/Lei13414-2017.pdf>>. Acesso em: 21 de mar.2020.
- *Lei Orçamentária Anual. Lei nº 13.978 de 17 de janeiro de 2020*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2020/Lei/Lei13978-2020.pdf>>. Acesso em: 21 de mar.2020.
- CASALECCHI, A. Retrato das despesas de pessoal no serviço público federal civil. Parte 1. In Estudo Especial no 11. Instituto Fiscal Independente, Senado Federal, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566654/EE11.pdf>>. Acesso em: FONTES, V. *O Capital Imperialista – teoria e história*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ – EPSJV e UFRJ, 2010.
- HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- PEREIRA, G.O. *Fundo Público e crise do capital: expropriação e flexibilização dos direitos dos servidores públicos*. Tese de doutorado. PPGSS / Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 7

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Sobre a premência do debate da dimensão da tecnicidade no trabalho da(o) assistente social

Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira⁵²

O problema social da morte é especialmente difícil de resolver porque os vivos acham difícil identificar-se com os moribundos. A morte é um problema dos vivos.

Norbert Elias

Diante do cenário de pandemia global (reconhecida pela OMS – Organização Mundial da Saúde, em 11/03/2020) em razão da disseminação do *coronavirus* – COVID-19, o planeta parece agonizar frente aos números oficiais, divulgados em 20/04/2020: 2.472.259 casos confirmados e 169.986 mortes e 40.743.00 casos confirmados e 2.587 mortes, no mundo e no Brasil, respectivamente⁵³. Trata-se de uma experiência trágica e sem precedentes na história dos homens. Trágica não apenas porque pessoas estão morrendo, mas sobretudo porque tem desafiado a ciência nos domínios da filosofia, da medicina, da sociologia, da política, da psicologia, da tecnologia etc.

Atualmente, diferentes manifestações da chamada questão social têm permanecido no centro das grandes discussões sobre o *futuro* das relações humanas. Concordamos com Konder que “em toda realidade humana existe notoriamente um tempo com três dimensões: o passado, o presente e o futuro” (2009, p. 67). Assim sendo, também destacamos a importância da construção de “análise prospectiva”, nos termos de Netto (1996, p. 88), inclusive concordando com os possíveis equívocos por ele identificados (“fuga para o futuro” e conversão da prospecção em especulação), para analisar a conformação de políticas públicas consequentes e, principalmente para viabilizar a construção de estratégias e táticas de intervenção profissional.

52 Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ.

53 Acesso realizado no site El Pais, em 21/04/2020.

Iluminar o caminho da “prática profissional” é abrir o campo de possibilidades para decifrar as armadilhas do real, penetrar em suas múltiplas determinações e capacitar profissionais assistentes sociais para atuarem na reversão do quadro sistemático de negação dos direitos sociais.

Esta *capacitação* exige rigor teórico-metodológico, já adensado nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social, para decifrar as armadilhas da chamada questão social em tempos de “capital fetiche”, às quais vêm sendo denunciadas por autores expressivos na literatura do Serviço Social. Constatamos que as relações sociais estão, progressivamente, se coisificando e, para isso a análise de Iamamoto (2015) é rica e preñe de possibilidades para fortalecer os fundamentos da formação profissional em Serviço Social e, qualificar o *trabalho (vivo)* do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, no contexto do capitalismo financeiro, ou seja, em sua configuração mais nefasta às conquistas da classe trabalhadora.

Fenômenos como desemprego, violência e precarização das condições de reprodução social e aprofundamento do ideário neoliberal vêm desafiando o conhecimento, a vontade política na busca pela consolidação da democracia e a garantia do acesso a direitos sociais para amplos segmentos de trabalhadores, em escala planetária.

A busca por “explicações”, para estes e outros fenômenos supracitados, exige a identificação das temporalidades históricas onde emergem. Assim, qualquer fenômeno social a ser tratado – analítica e interventivamente – deve inscrever-se na dinâmica dos processos de produção de reprodução das relações sociais, cujo conteúdo e a natureza expressam a pluralidade de projetos societários, cotidianamente, em disputa por hegemonia. Dada a pluralidade de projetos societários em disputa, insistimos na defesa de uma formação profissional que privilegie o trato da “instrumentalidade”, mas o faça por meio de uma leitura crítica e histórica das relações sociais (relações entre pessoas, dotadas de necessidades materiais e espirituais, e não entre coisas, como bem salienta Iamamoto (2015)).

Aqui, seguimos, novamente as pistas de Konder (2009), pois sabemos que, no conjunto das atribuições e competências profissionais, a(o) assistente social possui a capacidade de elaborar projetos, avaliar políticas públicas, enfim, interferir na dinâmica das relações sociais. Pois, como profissional crítico e competente, ao atuar nas equipes interdisciplinares, pode imprimir um sentido novo à história, ao fazer escolhas éticas consonantes com as diretrizes da formação profissional em Serviço Social, pois “o futuro, por sua vez, é inevitavelmente vago

e nebuloso; só conseguimos pressenti-lo (ou, em determinados instantes, entrevê-lo)” e, aqui, ousamos tomar a rica colocação do filósofo Leandro Konder para iluminar o debate sobre a instrumentalidade/tecnicidade e as escolhas ético-políticas da categoria profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Este artigo traz reflexões que vêm sendo construídas no exercício da docência em Serviço Social. A publicização desses insumos reflexivos no “tempo presente” é movida pela inquietação frente aos desafios dirigidos às disciplinas da dimensão “técnico-operativa”. Tal inquietação, agravada pelas “incertezas”, cotidianamente, adensadas pela pandemia do *COVID-19*, nos impõe o debate sobre o *instrumental e os procedimentos da ação/trabalho* profissional da(o) assistente social, pois fortalecer a sua atuação profissional e consolidar a relevância do Serviço Social, na luta pela garantia do acesso aos direitos sociais, é questão imperiosa.

Reconhecemos o debate já adensado sobre os desafios da *instrumentalidade* no trabalho da(o) assistente social (Forti, V. & Guerra, Y., 2010; Santos, C. M., 2011; Santos, C. M., Backx, S. & Guerra, Y. (Org.), 2012, dentre outros). Neste artigo, socializamos nossa reflexão sobre a dimensão técnica-operativa do trabalho da(o) assistente social, para contribuir para o fortalecimento da formação profissional em Serviço Social.

O Serviço Social possui uma dimensão eminentemente “prática”; sua atuação vincula-se à dinâmica das relações sociais e seu significado altera-se a partir das transformações histórico-culturais. A dimensão “técnico-operativa” articula-se às duas outras dimensões – “teórico-metodológica” e “ético-política” – constitutivas da profissão e é objeto de problematização na disciplina obrigatória de Técnicas Interventivas (com carga horária semestral de 60 horas) do curso de graduação em Serviço Social da ESS-UFRJ. A ementa e o objetivo no Currículo Pleno (2001) são: “Instrumentos e técnicas de intervenção social: implicações políticas. Principais técnicas de contato individual e grupal: Técnicas de educação e organização populares. Produção de informações e, propiciar o conhecimento do instrumental técnico para intervenção profissional no trato com indivíduos, grupos, comunidades e movimentos populares”.

O programa para disciplina (ministramos a disciplina em 2015 e 2016; a distância formal da disciplina não nos afasta da reflexão sobre a “tecnicidade” na formação profissional) orienta-se pela Teoria Social Crítica e, prioriza as categorias de *totalidade concreta* e *história* (Marx, 1857; Kosik, 1995) para identificar o conjunto dos instrumentos e técnicas/procedimentos utilizados

pelos assistentes sociais, cotidianamente. Além disso, privilegia a abordagem do cotidiano, enquanto dimensão da existência humana *insuprimível*, nos termos de Heller (2000, p. 18), pois

é em grande medida heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Como Heller, Lefebvre (1991) nos fortalece para encararmos o cotidiano "rotineiro, repetitivo e enfadonho" (característico da "prática imediatista") e, com competência teórico-prática e condições materiais e espirituais de trabalho e de vida, sermos capazes de revelar o que está obscurecido nas relações coisificadas pela hegemonia do capital. Assim, insistimos no potencial latente na dimensão cotidiana, que precisa ser histórica e criticamente decifrado, por meio da sistematização do trabalho do assistente social, "precisamente porque em última instância a vida cotidiana julga a sabedoria, o conhecimento e o poder" (LEFEBVRE, 1991, p. 18).

A dimensão cotidiana da existência humana, enquanto campo de limites e possibilidades, de aprisionamento e de emancipação deve ser perseguida na abordagem da "instrumentalidade/tecnicidade/procedimentos" do trabalho do assistente social. Já há autores na literatura do Serviço Social que têm identificado na noção de cotidiano um caminho fecundo para a análise crítica e a sistematização da prática profissional. Destacamos o trabalho pioneiro de Netto e Falcão (1987) sobre o cotidiano e suas implicações no Serviço Social. Porém, destacamos que ainda há um caminho teórico-conceitual a ser percorrido, inclusive buscando o aprofundamento de autores que dispensam contribuição fundamental ao cotidiano, como G. Luckács; H. Lefebvre e A. Heller. O olhar atento às formulações desses autores, como parte constitutiva das disciplinas conformadoras do chamado eixo dos "fundamentos do trabalho profissional do assistente social", pode sugerir interfaces com os princípios fundamentais da formação profissional em Serviço Social.

Do conjunto dos 11 princípios que fundamentam a Formação Profissional (Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, Cadernos ABESS, 1997), destacamos, apenas, três princípios a serem apreciados e, submetidos à reflexão coletiva, respeitando os limites desse artigo.

Princípio 2: “Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e da reprodução da vida social”.

Destacamos a necessidade de fortalecer a instância formativa, enquanto espaço do *pluralismo* por excelência, entendido, nos termos de Coutinho (1991). Mas, além disso, coloca-se como maior desafio: “decifrar a realidade”. Esta “tarefa” (“decifrar a realidade”) possui uma envergadura considerável. Trata-se, desse modo, da necessidade imediata de “instrumentalizar” os estudantes em “várias frentes”. Isso não significa, recortar a formação e segmentar a leitura da realidade social e inclusive a leitura do próprio Serviço Social. O que seria retroceder nas abordagens reducionistas da questão social e da profissão, já superadas no discurso hegemônico da categoria profissional. Entretanto, sabemos que, ao priorizarmos a noção de cotidiano para buscar apreender as múltiplas determinações do universo da produção e da reprodução da vida social, devemos ficar atentos e vigilantes contra as armadilhas das interpretações conservadoras que instrumentalizam a razão e impõem soluções imediatistas aos problemas e desafios cotidianos.

A identificação das amarras da cotidianidade é condição para a construção de estratégias de ultrapassagem das relações de dominação, constitutivas da Ordem do Capital. Aqui, destacamos que o cotidiano do trabalho da(o) assistente social é, indiscutivelmente, determinado pelas condições objetivas dos processos de trabalho na contemporaneidade. Ou seja, a(o) assistente social está tão vulnerável às determinações da ideologia do capital quanto, os usuários de seus serviços. Aqui, o primeiro desafio reflexivo se coloca.

Princípio 3: “Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”. A hegemonia assumida pela orientação da Teoria Social Crítica na formação em Serviço Social nos coloca em posição privilegiada para construir insumos teórico-analíticos para melhor apreender a totalidade social, em movimento. Por outro lado, as cristalizações conservadoras que ainda fazem parte do cotidiano do trabalho do assistente social nos tencionam cotidianamente. Assim, reiteramos a importância no fortalecimento deste referencial teórico-metodológico, e principalmente, destacamos que as *categorias fundamentais* do Método do Materialismo Histórico e Dialético (como *totalidade concreta, universalidade, particularidade e singularidade*) precisam ser mais bem

trabalhadas no conjunto das disciplinas estruturantes da formação profissional. Aqui, estamos apresentando um esforço reflexivo. Sabemos que a realidade contém muito mais do que a aparência imediata e, exatamente por isso, não queremos permanecer na aparência imediata. Ou seja, decifrar criticamente o cotidiano das relações sociais, inclusive aquelas dos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, pode ser uma “ferramenta” fundamental para realizar procedimentos técnico-operativos que contribuam para a reversão da desigualdade e à emancipação humana. Eis o segundo desafio teórico-reflexivo.

Princípio 5: “Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade”. Deste princípio, destacamos que a “desejada” síntese dialética entre teoria e prática somente ganha concretude através da aproximação ao pensamento crítico. Mas, reconhecemos que numa sociedade fraturada socialmente e profundamente desigual, o acesso à razão crítica talvez seja o maior obstáculo a ser vencido, que aqui reconhecemos nos limites dessa contribuição, como o terceiro desafio reflexivo.

A título de comentários finais, apoiamo-nos em N. Elias: sim! A morte é problema dos vivos... e por isso, devemos nos fortalecer para juntos mantermos viva a nossa energia e a nossa resistência política e teórico-analítica para viabilizar o acesso aos direitos sociais, sobremaneira, a garantia do direito à vida!

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In. Ensino em Serviço Social. *Cadernos Abess* nº4, São Paulo: Cortez, 1991, p. 5-17.
- ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- IANNI, O. A Questão Social. *Revista USP*, set/out/nov/ de 1989. Textos USP: São Paulo.
- KONDER, L. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MARX, K. *Introdução à Crítica da Economia Política (1857)*. Coleção os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1986, p. 109-131.
- NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50, São Paulo: Cortez, 2001, p. 87-132.
- VV.AA. *Formação Profissional: Trajetórias e Desafios*. In. *Cadernos Abess* nº7, São Paulo: Cortez, 1997.

PARTE II

EM TEMPOS DE PANDEMIA

Propostas para a defesa
da vida e de direitos sociais

POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 8

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Sistema Único de Assistência Social: entre o desmonte e a condição de serviço essencial no contexto da pandemia

Mossicleia Mendes da Silva⁵⁴

Introdução

A crise pandêmica desencadeada pelo novo coronavírus colocou o mundo em situação de emergência pública de caráter internacional. No Brasil, as medidas adotadas pelo governo e autoridades sanitárias culminaram na decretação de calamidade pública, com determinações para isolamento social, demandando paralização de vários serviços, com exceção daqueles considerados essenciais. Processo este nada harmônico, mas fortemente tensionado pelo discurso negacionista do governo federal, que expressa a preocupação do governo Bolsonaro diante da crise da pandemia: priorizar o lucro e não vidas (CARNUT, 2020).

Entre os serviços considerados essenciais estão incluídos a assistência social e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade, conforme decreto presidencial nº 10.282/2020. Nisto se seguiu uma série de normatizações entre Portarias, Notas Técnicas e Orientações do Ministério da Cidadania para organizar e dá suporte aos Estados e municípios na condução de benefícios e rede socioassistenciais, para fazer frente às demandas em função da pandemia. Também foram significativas Notas Públicas e Recomendações de Instâncias Colegiadas de pactuação, como o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), o Fórum Nacional de Secretários/as de Estado da Assistência Social (Fonseas), Fóruns de Trabalhadores do SUAS (nacional e estaduais), bem como de Conselhos Profissionais, cujas classes compõem as equipes de referências dos serviços de assistência social.

54 Assistente Social. Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS).

A própria Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada em 2009, já determinava que os serviços da Proteção Social Especial, sobretudo de alta complexidade, seriam considerados essenciais em contextos de calamidade pública e emergência. Por outro lado, é certo que o SUAS nunca havia enfrentado algo de tamanha magnitude. A questão que motiva, portanto, esse breve ensaio é como uma política social de institucionalidade recente e fragilizada face aos atuais ataques, desfinanciamento e desmonte, pode responder às demandas de proteção social, quando o país vê desmoronar o tímido sistema protetivo alcançado com a Constituição Federal e com as leis e direitos trabalhistas?

Desenvolvimento

No Brasil, assim como em praticamente todo mundo, são muitas as análises que apontam a pandemia da COVID -19 como causa da crise econômica global e da recessão profunda que se avizinha. No entanto, desde uma perspectiva marxista, compreendemos que, embora as condições de paralisação econômica, ocasionadas em função das demandas de contenção da pandemia, seja um potencializador imediato da crise, de nenhum modo é sua causa fundamental. Esta se localiza nas próprias contradições da produção e valorização do valor, na sociabilidade regida sob a lógica da acumulação capitalista.

O país vem procurando responder a crise – que é estrutural e se aprofunda desde 2008 – com uma intensificada ofensiva contra a classe trabalhadora, num contexto de escalada do conservadorismo e aprofundamento do ajuste fiscal, com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (2016), Contrarreformas como a Trabalhista (2017) e Previdenciária (2019), acopladas a outra série de medidas reacionárias, que acentuaram os níveis de pobreza, desemprego e precarização do trabalho. É nesse contexto que precisamos situar a política de assistência social e sua inserção no sistema protetivo. Para isso, vale recuperar brevemente os processos que transformaram as feições e o *modus operandi* da política de assistência social brasileira.

Desde 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a política em questão passou por transformações importantes. Seguiu-se uma espécie de “choque de gestão” (BEHRING, 2009), que consolidou um importante arcabouço político-normativo e institucional para o SUAS. Este viabilizou um formato de gestão com comando único e descentralização político-administrativa, com a constituição dos

Fundos Nacionais, estaduais e municipais de assistência social que permitiu, pela via do cofinanciamento federal, expandir a rede de serviços.

A organização dos serviços se dá em função de níveis de proteção social: a proteção social básica (PSB), e tem como equipamento social os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); e a proteção social especial (PSE), que engloba serviços que podem ser de média complexidade, comumente executados pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREASs); Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Centros-dia de Referência para Pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias; e alta complexidade, que compreende serviços que envolvem um aparato institucional mais complexo, como: casa-lar, Abrigo Institucional, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, etc.

Na década que compreende o período de 2004 a 2014, durante os governos petistas, a assistência social brasileira consolidou um movimento importante de institucionalização, normatização e regulamentação. Mesmo considerados os avanços, os tensionamentos da centralidade do corte focalista e seletivo dos programas assistenciais de alívio à pobreza, centrado na transferência de renda, foram expressivos. O que se elucida facilmente nas tendências orçamentárias dentro da Função 08 do Orçamento da Seguridade Social, na qual se identifica uma centralização dos recursos para programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por outro lado, a rede de serviços do SUAS seguiu um movimento de expansão com dificuldades tangentes quanto à infraestrutura, condições de trabalho, recursos humanos, qualidade das atividades e atendimentos e uma forte dependência da rede conveniada – as chamadas entidades de assistência social – maiores responsáveis pelos serviços da proteção social de alta complexidade, como os acolhimentos.

A partir do governo Temer, é possível observar retrocessos na política de assistência social, que já tinha muitos problemas, com a criação o Programa Criança Feliz. Este programa tinha como espécie de embaixadora Marcela Temer, esposa do presidente, reavivando o fantasma do primeiro-daminismo no campo da assistência social. Ademais, os investimentos públicos na política de assistência começam a minguar, com fortes cortes

orçamentários a partir de 2017 e que se aprofunda em 2018 face à intensificação do ajuste fiscal e da ofensiva ultraconservadora do capital em direção às políticas sociais.

Com a chegada de um governo de extrema direita ao governo federal, o processo de desmonte da já frágil estrutura do SUAS segue curso, intensificando o desfinanciamento. De acordo com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 2019, o valor orçamentário aprovado por Resolução do CNAS foi de R\$ 2.739,858 bilhões, enquanto que o que foi efetivamente autorizado pelo governo federal foi R\$ 1,6 bilhão. Para 2020, o orçamento previsto pela LOA, para o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), R\$ 1,34 bilhão, é pelo menos 15% menor que o valor aprovado no ano passado.

A Portaria nº 2362 do Ministério da Cidadania (publicada em 20 de dezembro de 2019) tem efeito destruidor sobre o SUAS e praticamente inviabiliza a manutenção de serviços em muitos municípios, principalmente os de porte 1, haja vista a profunda dependência do cofinanciamento federal. Visa promover a equalização dos repasses realizados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social municipais, estaduais e distrital, priorizando o repasse de recursos limitados ao exercício financeiro vigente, conforme a disponibilidade financeira.

De acordo com Nota do Congemas (2020), as implicações são graves sobre o SUAS, principalmente, em função de efeitos de “não pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores; pelo repasse condicionado à célere execução dos recursos, desconsiderando-se os ritmos e processos inerentes ao ciclo da política nas demais esferas de governo” (CONGEMAS, 2020, p. 2). A portaria implica ainda no não pagamento de dívidas relativas a exercícios orçamentários anteriores (2017-2019) e, para o exercício de 2020, a redução de repasse de parcelas do cofinanciamento para alguns municípios chega a 40%.

Mesmo para o Bolsa Família, que tem séries históricas de crescimento orçamentário, há previsão de corte de R\$ 3 bilhões. A PLOA previa o atendimento de 13,2 milhões de famílias, uma redução de 400 mil famílias em relação a 2019. De acordo com Neri (2020), em termos líquidos, cerca de 1,1 milhões de famílias foram desligadas do programa entre maio de 2019 e janeiro de 2020. Segundo Paiva (et al, 2020), o PBF possui uma fila estimada de aproximadamente 1,7 milhão de famílias.

Parece muito improvável que o SUAS possa manter a continuidade de serviços e atendimentos, afiançando provisões de segurança e acolhimento, assegurando condições de saúde dos seus trabalhadores e dos usuários face os riscos

de contaminação do novo coronavírus, considerando as já conhecidas fragilidades da rede de serviços socioassistenciais. Ademais, os ataques recentes à sua institucionalidade, o desfinanciamento contínuo, ao mesmo tempo em que já vinham sendo insufladas as demandas sobre a política de assistência social, em função do aumento da pobreza, do desemprego, do trabalho precário e das perdas de direitos trabalhistas e da proteção social atinentes ao emprego, agudizam os problemas. Se acoplarmos a este cenário, o agravamento exponencial que a pandemia cria sobre as condições de vida das camadas mais empobrecidas e precarizadas dos trabalhadores, parece muito provável que também o SUAS possa colapsar.

Bastou a crise sanitária fazer vir à tona, sem possibilidades de camuflagem, às mais profundas mazelas do capitalismo dependente brasileiro, expondo o contingente de trabalhadores em trabalho informal e sem garantias trabalhistas, a pobreza absoluta de pessoas que sobrevivem através das atividades mais precárias, instáveis e espoliativas, a fragilidade de rendimentos de indivíduos que sobrevivem da autoexploração intensiva e de seus familiares, glamourizados sob o mantra do empreendedorismo, terceirizados, artistas, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, trabalhadoras domésticas, trabalhadores de aplicativos de toda sorte e uma miríade de tantos outros que compõem o fenômeno da uberização do trabalho.

A Pandemia desvela a própria barbarização da vida que o capitalismo opera na tentativa de garantir sua reprodução ampliada, mas como afeta – ainda que não da mesma forma – setores médios e altos da burguesia – a crise sanitária requer do Estado e da sociedade medidas que possam mitigar os estragos mais nefastos. A política de assistência social que vem, no Brasil, assumido funcionalidade nos últimos anos para dá conta de demandas da reprodução da classe trabalhadora, sobretudo sua fração mais empobrecida ou, para usar termos do Marx, aquele contingente que compõe a superpopulação relativa estagnada (MARX, 2013), é requisitada a intensificar suas ações.

Neste sentido, a “carrera” estatal para garantir medidas de contingenciamento da pandemia passa a tentar “remediar” em dias, o estrago dos últimos 4 anos, permitindo, por exemplo, o uso de saldos de contas dos Fundos municipais de assistência social e flexibilizando a alocação dos recursos para facilitar compra de suprimentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (Portaria Conjunta Nº 1 /2020, Ministério da Cidadania). Nessa mesma linha, a Secretaria Nacional de Assistência Social

(SNAS) informou⁵⁵ que foi designado um Crédito Extraordinário - Enfrentamento do coronavírus, no valor de R\$ 2,550 bilhões sob Medida Provisória N° 953, de 2020.⁵⁶

De acordo SNAS, o recurso poderá ser aplicado tanto na PSB como na PSE, podendo ser usado na contratação de pessoal, no pagamento de alimentação complementar de usuários e equipes, pagamentos de serviços de terceiros, incremento aos benefícios eventuais, como contratos funerários, (sic), contratação de cuidadores, gasto com custeio, comprar EPIs, contratação de serviço de comunicação, melhorar e adequar infraestrutura para garantias de segurança quanto ao contágio, equipamentos de ventilação, eletrônicos, ampliação ou instalação de rede de internet etc. A prioridade inicial será para melhorias nas unidades de acolhimento, públicas ou da rede conveniada, dando ênfase às situações decorrentes da população em situação de rua. A transferência de início se dará mediante ranqueamento, em função da quantidade de pessoas em situação de rua nos municípios.

Em suma, o crédito especial procura "tapar buracos". Não que o SUAS possa dispensar esse recurso. Entre a vida e a morte de milhões de pessoas, é preciso fazer o que for possível. O que evidenciamos é que políticas protetivas não se estruturam do dia para noite e que paliativos não resolvem as fragilidades que o SUAS vem carregando. A autorização para uso do crédito provisório nos itens elencados, com exceção do incremento ao auxílio funerário – que sinaliza para a tragédia humana da pandemia – são todos eles demandados pelos serviços socioassistenciais desde sempre.

A contratação de pessoal temporário é urgente e acentuada pelo novo contexto, mas as equipes de referência sempre foram defasadas e cada vez mais reduzidas no último ano. A ausência de concurso público, as contratações temporárias e precarizadas dos trabalhadores implicam em alta rotatividade profissional, o que inviabiliza continuidade de projetos e ações, bem como limita o conhecimento da abrangência territorial e suas particularidades.

Enquanto as tramitações correm na esfera federal, o solo concreto onde o SUAS acontece, isto é, os municípios, segue em atropelos, arranjos e desespero das equipes e, por vezes, desmandos das gestões locais. Fóruns Estaduais de

55 Em live no Canal da Conferência Nacional de Municípios, no youtube no dia 17/04/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g9V4sE_YwhE. Acesso realizado em: 04/2020.

56 Até a finalização desse texto a MP ainda estava em tramitação.

Trabalhadores do SUAS, como o FETSUAS-RJ, fazem denúncias sobre as condições de trabalho dos profissionais que estão na linha de frente para gerir “o caos” e manter serviços e atendimentos, sem plano de contingências, protocolos de atendimentos ou informações sobre uso de EPIs, quando há. Filas nos CRAS com demandas por cestas básicas, para viabilização de documentos e dúvidas sobre o auxílio emergencial,⁵⁷ cadastramento no Cadastro Único; situações de violência doméstica infantil e de gênero (intensificadas com o isolamento social); visitas domiciliares; superlotação das unidades de acolhimento, aglomerações nos centros POP, condições insalubres nos abrigamentos provisórios, falta de regulamentação dos Benefícios Eventuais – o que não é mero descaso dos municípios, mas a possibilidade de uso clientelista dessa modalidade de benefício.

Fazemos as críticas necessárias à política de assistência social brasileira e procuramos explicitar suas contradições, que são insuperáveis no marco do capitalismo. Mas também defendemos, junto aos seus trabalhadores e usuários, o quão fundamental é esta política para garantia da sobrevivência de vários segmentos dos trabalhadores neste país. Sempre dissemos que ela é um serviço essencial, ainda que não possa erradicar a desigualdade social. E, padece do sucateamento resultante dos ataques ultraneoliberais, única forma possível para o desenvolvimento capitalista na atualidade, que não comporta sistemas protetivos públicos e expõe os trabalhadores a níveis cada vez mais bárbaros de exploração. Essa mesma lógica de acumulação que destrói recursos naturais e avança sobre ecossistemas, produzindo doenças e contribuindo para disseminação de vírus cada vez mais nocivos, como o novo coronavírus. A política de assistência social que defendemos prioriza a vida e as necessidades humanas. Ela será fundamental durante a Pandemia, mas precisa ser fortalecida agora e depois dela, com investimento massivo público, com a valorização dos trabalhadores e com respeito às suas instâncias de controle social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. Notas para um Balanço Crítico do SUAS: a título de Prefácio. In: *Revista Em Foco* Nº 05. Conselho Federal de Serviço Social. Rio de Janeiro: 2009. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 2019.

57 Sobretudo para garantir o acesso ao Auxílio Emergencial aprovado pelo Congresso Nacional, no valor de R\$ 600, 00 por trabalhador, podendo abranger até duas pessoas por domicílio, desde que não recebam nenhum benefício assistencial ou previdenciário, exceto Bolsa Família. Nos limites deste breve texto não é possível problematizar as questões que atravessam a aprovação e garantia de recebimento do auxílio pelos trabalhadores.

- BRASIL. *Decreto nº 10.282/2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
- CARNUT, Á. M. Lucro ou vidas? Coronavírus e o voto de Minerva. *In: Revista Movimento*. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/lucro-ou-vidas-coronavirus-e-o-voto-de-minerva/>. Acesso em: 19/04/2020.
- Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. *Posicionamento do CONGEMAS acerca da Portaria nº 2.362 de 20 de dezembro de 2019 do Ministério da Cidadania*.
- FÓRUM ESTADUAL DE TRABALHADORES DO SUAS/RJ (FETSUAS/RJ). *Nota do FETSUAS-RJ sobre o trabalho na política de assistência social e a pandemia do COVID-19*. Rio de Janeiro, 2020.
- NERI, M. *FGV Social comenta os cortes no Bolsa Família e o aumento da extrema pobreza no Brasil*. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 28/03/2020.
- MARX, K. *O capital* – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Portaria Conjunta Nº 1 /2020*. Dispõe acerca da Utilização de recursos do Cofinanciamento Federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao coronavírus (Covid-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Portaria nº 2362/2019*. Dispõe sobre acompanhamento do cofinanciamento do SUAS.
- PAIVA, L. H.; SOUZA, P. H. G.; BARTHOLO, L.; SOARES, S. Evitando a Pandemia da pobreza: possibilidades para o Programa Bolsa Família e Para O Cadastro Único em resposta à Covid-19. *In: Nota Técnica/IPEA*. 2020.

CAPÍTULO 9

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O Cadastro Único na pandemia do coronavírus: panorama da (des)proteção social

Daniel de Souza Campos⁵⁸

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, chegou ao Brasil em 25 de fevereiro de 2020, quando o Ministério da Saúde (MS) registrou o primeiro caso da doença em um homem de 61 anos de idade. Até o dia 22 de abril de 2020, o país contabilizava 45.757 casos confirmados da COVID-19 e 2.906 óbitos, de acordo com os dados oficiais do MS. A maior parte das notificações do Brasil está em São Paulo, que concentra 15.914 casos confirmados e 1.134 mortes. O segundo estado com mais casos é o Rio de Janeiro, que tem 5.552 confirmações e 490 óbitos. Todos os estados brasileiros já registram casos e mortes por coronavírus (BRASIL, 2020).

Enquanto, cientistas do mundo inteiro estudam melhores tratamentos e vacinas para o COVID-19, algumas estratégias de prevenção vêm sendo priorizadas nos diversos países, de acordo com as recomendações da organização Mundial de Saúde (OMS), como a higienização das mãos com água e sabão ou álcool gel, além dos cuidados em lugares públicos até o isolamento social ou quarentena das pessoas em suas casas. Estratégias fundamentais para conter o aumento exponencial dos casos da doença e sobrecarga no serviço de saúde.

Contudo, diante da maior crise sanitária mundial da nossa época, é preciso também assegurar que a proteção social de mulheres e homens em situação de vulnerabilidade social estejam no centro da resposta dos governos frente à urgência vital dos efeitos sociais da pandemia. Não podemos esquecer que as consequências da COVID-19 são agravadas de acordo com a renda, a localização, o gênero e a raça/cor das pessoas. Nesse contexto, é fundamental assegurar a suspensão dos pagamentos das contas de água, luz e gás, bem como as prestações dos financiamentos habitacionais, como por exemplo, as parcelas do Programa Minha Casa Minhas Vida e Minha Casa

58 Assistente Social e doutorando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor substituto da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Melhor, distribuição de alimentos e itens de higiene e limpeza para famílias vulneráveis, ampliação dos valores repassados às famílias através do Programa Bolsa Família (PBF) e garantir que pessoas em situação de rua tenham condições adequadas emergenciais, neste momento, de habitação.

Entretanto, no Brasil, ainda precisamos enfrentar o (des) governo de Jair Bolsonaro, que proclama em alto e bom som que é mais importante garantir as atividades econômicas que investir na proteção social das milhares de pessoas que vivem na informalidade e em situação de vulnerabilidade social, sem poder se beneficiar das medidas protetivas do distanciamento social.

Assim, ampliar o escopo analítico no campo da proteção social, com base na atenção sobre as condições de vida dos sujeitos é determinante na estruturação das medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus. Tal concepção, sem sombras de dúvidas, precisa ir além da Renda Básica Emergencial. Sancionado, no dia 1º de abril de 2020, com vetos, o projeto de lei que criou a Renda Básica Emergencial no valor de R\$ 600,00 até R\$ 1.200,00 aos/às trabalhadores/as informais e trabalhadores/as autônomos/as, durante três meses da crise provocada pela COVID-19. De acordo com as regras estabelecidas pela lei, para receber o auxílio, a pessoa precisa ter mais de 18 anos, não ter emprego formal, ser de família com renda mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3.135), além de não ter tido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R\$ 28.559,70 (ou seja, que não precisou declarar imposta de renda em 2018).

No máximo duas pessoas por família podem receber o auxílio emergencial de R\$ 600. Já às mulheres chefes de famílias monoparentais têm direito a receber o benefício em dobro, ou seja, R\$ 1.200. Quem é beneficiário do PBF receberá o pagamento conforme o calendário habitual do Programa.

Neste ensaio, tomo como reflexão a realidade escancarada pela renda básica emergencial. O quantitativo de mais de 39,1 milhões de brasileiros que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos de renda mensal total que estavam excluídos da base de dados do Cadastro Único. A partir desse contexto, este ensaio é uma reflexão não acadêmica com o intuito de colocar nesse debate público da pandemia do novo coronavírus algumas questões que fazem referência à base de dados do Governo Federal, até então, só conhecida pelas famílias beneficiárias dos programas sociais existentes, sobretudo do PBF.

Proteção social e Cadastro Único: possibilidades e contradições no mapeamento das famílias em situação de vulnerabilidade social em tempos de coronavírus

Com a Constituição Federal de 1988, a assistência social ganha status de política pública de Estado, destinada aos que dela necessitarem (art 203 e 204). Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) regulamenta os artigos constitucionais, mas diante do recrudescimento neoliberal as mudanças receberam adensamento apenas nos anos 2000 com a organização da assistência social sob a forma de Sistema Único (SUAS).

Com a instituição do SUAS, várias alterações foram introduzidas na Política de Assistência Social, dentre elas, a sua organização em diferentes níveis de proteção social, conforme definido no Art. 6º- A da Lei Nº 8.742/1993, com alterações introduzidas pela Lei Nº 12.435/2011 (BRASIL, 2011).

As ações preconizadas pelo SUAS são organizadas seguindo as referências de vigilância social e são ofertadas através da rede socioassistencial articulada em torno da proteção social que se divide em proteção básica – voltada a ações de prevenção e convivência familiar e comunitária - e especial – com serviços especializados para atendimento à violação de direitos e diversas formas de violência - e deve prever a existência de serviços, programas, benefícios e projetos. Essas ações devem garantir seguranças de acolhida, de convívio familiar e de sobrevivência, rendimento e autonomia.

A oferta da proteção social básica e especial e a organização do SUAS estão apoiadas em eixos estruturantes e subsistemas fundados na matricialidade sociofamiliar; na descentralização político- -administrativa; na territorialização; nas novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; no financiamento; no controle social; no desafio da participação popular e dos usuários; na política de recursos humanos e na informação; e no monitoramento e avaliação.

Cabe recordar, que a investida do Governo Federal na elaboração de um Cadastro Único data de 2001, por meio do Decreto nº 3.877, que criou o Formulário de Cadastramento Único para programas sociais do Governo Federal, quando os programas de transferência de renda começaram a ser implementados no Brasil. Entretanto, na prática esta integração só aconteceu com a criação do PBF, em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência condicionada de renda existentes na época.

Assim, o Cadastro Único passou a ser compreendido como importante instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, visto que sua base de dados permite identificar a composição familiar; endereço e características do domicílio; acesso a serviços públicos de água, saneamento e energia elétrica; despesas mensais; e pertencimento a grupos populacionais tradicionais e específicos. Tal ferramenta ainda contempla as características de cada um dos componentes da família; destacando informações sobre escolaridade; situação no mercado de trabalho; pessoas com deficiência; documentação civil; rendimentos, entre outros.

É importante apontar que o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que regulamenta o Cadastro Único, permite também o cadastramento de famílias com renda superior aos três salários mínimos de renda mensal total, desde que a inserção no Cadastro esteja vinculada à participação em programas sociais implementados pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal.

O Cadastro Único possui cinco objetivos: um de curto prazo, que busca identificar e caracterizar os segmentos socialmente mais vulneráveis da população; e quatro de longo prazo, que visam a constituição de uma rede de promoção e proteção social que articule as políticas existentes nos territórios; construção de instrumento de planejamento e implementação de políticas públicas voltadas às famílias de baixa renda; criação de indicadores que reflitam as várias dimensões de pobreza e vulnerabilidade nos diferentes territórios; e fomentar a convergência de esforços para o atendimento prioritário das famílias em situação de vulnerabilidade (MDS, 2017).

É no epicentro da pandemia da COVID-19, que o Cadastro Único ganha proeminência nos discursos de representantes do governo (Federal, Estadual e Municipal) como ferramenta que garante o mapeamento rápido das famílias em situação de vulnerabilidade social. No entanto, se hoje não faltam falas valorizando o Cadastro Único como importante ferramenta de articulação de políticas sociais, aqui reside um dos pontos de conflito aberto com a realidade social brasileira.

A atual crise capitalista se reflete e é refletida no número expressivo de trabalhadores informais que não estão inscritos nos cadastros oficiais do governo e que pleiteiam receber a renda básica emergencial.

A Caixa Econômica Federal informou no último dia 22 de abril de 2020⁵⁹, que foram realizados 39,1 milhão de cadastro no aplicativo da instituição para pagamento da renda básica emergencial. Desse total, o governo já cruzou dados de 23 milhões que fizeram o cadastro entre os dias 07 e 10 de abril. Os restantes 16,1 milhões ainda serão analisados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

Neste contexto, é importante recordar que o IBGE publicou em 2019 um informativo, identificando que em relação à população desocupada e à população subutilizada no Brasil, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas estavam substancialmente mais representadas, elas formavam cerca de 64,2% dos desocupados e 66,1% dos subutilizados. Ao todo, foram contabilizadas 38,8 milhões de pessoas na condição de informalidade no Brasil.

O mesmo estudo nos permite problematizar sobre a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro que é a maior do Brasil, e atingiu 11,8% da população, em 2019. O número ultrapassa a taxa nacional que foi de 11,6%.

Os dados aqui reunidos ilustram de forma significativa questões que tangenciam o *acesso* e *não acesso* de parcela significativa da população que precisa, tem vínculos trabalhistas fragilizados e/ou inexistente, mas não foram absorvidos pela política de assistência social. Neste contexto, é importante sublinhar a importância do Cadastro Único para avaliação dos requerentes. Contudo, conforme apontado anteriormente, boa parte da população em situação de vulnerabilidade social não estava cadastrada no Cadastro Único.

Ainda que esse processo de cadastramento se distancie das práticas adotadas pelos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é necessário refletir se os critérios de avaliação dos requerentes para concessão do auxílio emergencial têm sido adequados aos objetivos da proteção social.

Reportagens de mídias sociais e internet, mostram que o auxílio emergencial, tem sido menos emergencial do que deveria ser. Entre as queixas relatadas está o descompasso entre a demora para receber uma resposta do pedido e dificuldades de acesso nos canais disponibilizados para tirar dúvidas. Cumpre registrar que quando o programa foi lançado, a Caixa Econômica e o

59 Disponível em: <https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/20774/mais-de-28-milhoes-de-pessoas-se-cadastraram-para-receber-o-auxilio-emergencial>. Acesso realizado em: 22/04/2020.

Mistério da Cidadania informaram que o beneficiário receberia o depósito na conta em até cinco dias úteis, após a aprovação. Os trabalhadores, porém, afirmam que a espera tem sido maior.

Assim, em meio a emergência sanitária, assiste-se a negligência com a vida de milhares de trabalhadores brasileiros que não possuem acesso à internet para realizarem o cadastro, enfrentam instabilidades nos sistemas da Caixa Econômica Federal, código de confirmação que não chega, CPF constando como inválido, aplicativo com horário restrito de atendimento e constantes bloqueios. Tal realidade, tem colocado em risco a vida de milhões de brasileiros que têm formado fila na porta de agências bancárias com o intuito de conseguirem resolver as pendências e terem acesso ao recurso.

Não há dúvida de que o país necessita ampliar urgentemente a reflexão sobre a proteção social de trabalhadores autônomos, desempregados e empreendedores que perderam a renda durante o isolamento social por causa da pandemia do coronavírus. Esta proteção social favorecerá a que mais indivíduos em situação de vulnerabilidade social possam ter acesso a direitos instituídos agora e pós pandemia. Nessa perspectiva, entendo ser fundamental os seguintes passos:

1. Garantir agilidade no atendimento via telefone e WhatsApp com profissionais que possam retirar dúvidas sobre as dificuldades enfrentadas para acessar o sistema de cadastro da poupança social digital Caixa;
2. Garantir agilidade para que as pessoas inscritas no Cadastro Único e que não recebem o Bolsa Família, tenham acesso rápido aos recursos da renda básica emergencial sem a obrigatoriedade de baixar o aplicativo Caixa Tem (Visto que, o mesmo tem apresentado uma série de problemas e famílias não conseguem acessar os recursos que já se encontram disponíveis desde o dia 14 de abril);
3. Garantir que idosos, deficientes e homens que criam filhos sozinhos, também tenham direito a receber os R\$: 1.200.
4. Garantir e reconhecer a Assistência Social como responsabilidade pública do Estado.

Espero que este ensaio tenha dado maior visibilidade ao problema, e consiga tornar pública a necessidade vital de proteção social de mulheres e homens em situação de vulnerabilidade social em tempos de pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casos Confirmados de coronavírus. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46742-brasil-registra-30-425-casos-confirmados-decoronavirus-e-1-924-mortes>. Acesso em 22 abr 2020.

- Decreto nº 3.877 de 24 julho de 2001: Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm. Acesso em 22 jun. de 2020.
 - Decreto nº 6135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm. Acesso em 20 abr 2020.
 - Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Brasília, 2017.
 - Sistema Único de Assistência Social. Governo do Rio de Janeiro. Secretaria de Assistência Social, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Notas técnicas 4ª edição/Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAPÍTULO 10

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Projeto neoliberal, coronavírus e Auxílio Emergencial: o desmonte da assistência social

Gláucia Lelis Alves⁶⁰Luana de Sousa Siqueira⁶¹

O presente ensaio objetiva problematizar, mediante a conjuntura, a relação entre o projeto neoliberal e a conformação de seus princípios em tempos da pandemia da COVID-19, como a crise estrutural do capital combinada à crise sanitária contribuem para explicitar e agravar a reprodução da pobreza e seus processos de criminalização e o papel ideológico do programa emergencial, como *pseudo* proposta de política social no Brasil, para a “contenção” de seus efeitos.

Parte-se do entendimento histórico e crítico de que a crise econômica não se deflagrou a partir do estouro da pandemia, muito ao contrário a precede e que a expansão mundial do coronavírus desvela de modo mais intensificado o processo de autodestruição a que esse modelo de sociometabolismo impõe à humanidade. Por outro lado, considerando a particularidade sócio-histórica brasileira, desvela ainda que, a pandemia exerce uma funcionalidade ideo-política para a justificação de medidas um tanto quanto obsoletas, porém muito eficazes, de resgate do projeto burguês, no que se refere à contenção do custo

60 Graduada em Serviço Social pela PUC de Goiás (2000). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LEPECNC-UFRJ). Pesquisadora do Laboratório sobre Marx e a teoria marxista da dependência (LEMARX-TMD/ESS-UFRJ) e do Núcleo de Estudos e pesquisas marxistas (NEPEM-ESS/UFRJ). Coordenadora do projeto de pesquisa e extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha.

61 Pedagoga formada pela UERJ (2002), Assistente Social formada pela UFRJ (2003), pós-graduada em ergonomia pela COPPE-UFRJ, mestre em Ensino de Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2005), mestre pelo programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (2006), Doutora em Serviço Social pela UERJ (2011). Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC), do Laboratório sobre Marx e Teoria da Dependência (LEMARX-TMD) e do Núcleo de Estudo e Pesquisas Marxistas (NEPEM). Coordenadora da Pesquisa “Mulher, superexploração, pobreza, violência e resistência”. Coordenadora do projeto de pesquisa e extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha.

social produzido pela COVID, a exemplo disso, o chamado ao voluntariado, as propostas “mirabolantes” travestidas de solidariedade/filantropia empresarial, e, junto a isso, as medidas “emergenciais” de combate à pobreza completamente desvencilhadas do conjunto dos programas e benefícios sociais já preconizados e “conquistados” no âmbito da política de assistência social.

Na contramão dessas estratégias, entra no pacote de contenção o conjunto de justificativas para a flexibilização dos contratos de trabalho, a demissão de trabalhadores, a revisão das cargas horárias de trabalho e *home office*, bem como a aceleração da “sanha” em rever e reduzir salários de trabalhadores/servidores públicos nos diferentes níveis de governo. Desse modo a centralidade recai novamente sobre os diferentes e amplos setores que compõem a classe trabalhadora e ameaçam a manutenção de suas precárias condições materiais e subjetivas de vida.

Daí a necessidade, ainda que a celeridade da conjuntura e da correlação de forças nos desafie, de refletir e desvelar as contradições acerca das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, sobretudo no que se refere aos seus desdobramentos em relação a política de assistência social e se levarmos em conta que o Brasil é o país latino-americano que apresenta o maior número de casos de coronavírus confirmados e o maior número de mortes, assim como, em decorrência disso, o maior número de subnotificações, isso não se explica única e exclusivamente por sua extensão territorial, mas, e por essa razão, pelos posicionamentos do governo federal em flexibilizar as medidas de distanciamento e isolamento social aliadas ao progressivo desmonte do Sistema Único de Saúde e a falta de condições adequadas para atendimento e realização de testes em toda a população, a despeito de que todas as saídas plausíveis e coerentes de atendimento/pesquisas que vem sendo desenvolvidas serem comandadas e capitaneadas por unidades públicas de saúde.

Breves apontamentos sobre o coronavírus, a extrema pobreza e o auxílio emergencial no Brasil recente

O coronavírus ironicamente parece apresentar aos meios de comunicação e a população geral de que a extrema pobreza vulnerabiliza a todos: seja pela rápida proliferação do vírus, suas condições de moradia, muitos familiares morando em menos de 30 metros quadrados, em casas sem janelas e sem água e esgoto, assim como trazem as evidências de suas condições de trabalho, renda abaixo do mínimo necessário e a

total desproteção social que torna impossível sua sobrevivência sem as atividades laborais precárias ou esmoladas. Assim, foi apresentado pelo Ministério da Cidadania o Auxílio emergencial de R\$ 600,00 oferecidos por três meses aos trabalhadores informais ou desempregados.

O que é o auxílio emergencial?

O projeto de lei n. 873/2020, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, altera a Lei n. 10. 835/2004 e institui a Renda Básica de Cidadania Emergencial tendo em vista “ampliar” benefícios aos inscritos no Programa Bolsa Família e aos cadastrados no CadÚnico, em casos de Epidemia e pandemias. Foi publicada, em edição extra do DOU dia 2 de abril, a lei que prevê o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores de baixa renda prejudicados pela pandemia do coronavírus. Estando o início do pagamento articulado à regulamentação do Poder Executivo, o senhor presidente da república.

A lei do auxílio emergencial poderá receber mudanças. Segundo informações do Senado, antes mesmo da sua sanção, a Casa havia aprovado, na quarta-feira, 1, projeto de lei para expandir o alcance da medida. O PL 873/20 inclui explicitamente categorias profissionais como agricultores familiares, caminhoneiros, diaristas, garçons, catadores de recicláveis, manicures, camelôs, artistas, pescadores e taxistas. Também foram incluídos no programa os sócios de empresas que estão inativas e as mães adolescentes.

Com relação aos vetos, ressalta-se que, ao sancionar a lei 13.982/20, o Executivo decidiu vetar três pontos da proposta. Um deles permite o cancelamento do auxílio antes do prazo de três meses para quem deixasse de atender aos pré-requisitos. Para o governo, o dispositivo contraria o interesse público e geraria o trabalho inviável de conferir, mês a mês, cada benefício pago. Também foi vetada uma restrição às contas bancárias que serão criadas para o recebimento do auxílio. Elas só poderiam ser usadas para o depósito de benefícios sociais. O Executivo entendeu que essa regra limitaria a liberdade dos beneficiários.

Como o nome já anuncia é um auxílio pequeno e de curta duração para trabalhadores com mais de 18 anos, sem emprego formal e sem qualquer proteção social, dentre elas: sem benefício previdenciário e assistencial, ter renda per capita familiar mensal de 522,50 reais e não ter recebido rendimento tributável em 2018 de 28.559,70. Os requisitos estabelecidos compreendem os microempreendedores individuais (MEI), contribuinte individual do regime geral da Previdência Social e desempregados. É importante ressaltar que esse auxílio

está restrito a dois membros da família, substituirá qualquer benefício de transferência de renda em que apresentar ser mais vantajoso e as mulheres que forem provedoras de suas famílias monoparentais receberão o valor de R\$1.200.00. Esse auxílio, tem como referência o CadÚnico, que teve sua implementação em 2003 para fundamentalmente cadastrar as famílias para a participação de programas sociais e transferência de renda.

O auxílio emergencial é de fato de extrema necessidade, mas sua demanda superou ao previsto no cadastro único, pois o corte de renda a princípio adotado não contemplava trabalhadores informais que conseguiam atingir a renda de um salário mínimo, tais quais eram previstos no Programa Bolsa Família, outro fator importante é que o cadastro único pode ter sofrido importantes desatualizações pelos cortes dos usuários do PBF desde a admissão de Temer em 2016. A inscrição para solicitar o auxílio é por via do site auxilio.caixa.gov.br ou pelo aplicativo para celular Caixa Auxílio Emergencial informando o seu CPF. As indicações são: acessar o aplicativo, clicar em "Realizar Solicitação", informar os 4 dados básicos para consulta para receber a informação se o benefício encontra-se em Análise, Aprovado ou Reprovado. Neste primeiro acesso o primeiro problema os CPF inativos, principal relação dívida eleitoral. Se o auxílio é emergencial, porque articulá-lo ao CPF?

No primeiro instante, 16 de abril, em que a Caixa Econômica Federal liberou o aplicativo, 9 milhões de brasileiros se cadastraram e muitos ficaram impossibilitados por conta do CPF. Não surpreendentemente as filas na receita federal engrossaram e subverteram a ordem do isolamento social. Ao todo, hoje, já estão cadastradas 36,7 milhões de pessoas. Quem já tinha inscrição no CadÚnico começou a receber no dia 9 de abril.

Os problemas e empecilhos não param por aí, o repasse do auxílio é realizado pela Caixa ou pelo Banco do Brasil, os solicitantes receberão um código que deve ser utilizado para acesso à conta Poupança Digital aberta pelo banco para a realização do pagamento. Mais uma vez as filas e aglomerações de pessoas acontecem e se repetem por dias sucessivos. No site da Caixa econômica há uma explicação de que o acesso e a movimentação da poupança digital serão por meio de outro aplicativo, o app Caixa Tem, disponível nas lojas de aplicativos *Google Play* e *App Store*. "Para utilizar o aplicativo, basta que o usuário se cadastre utilizando o CPF. Além de movimentar a poupança, será possível consultar FGTS, PIS, Bolsa Família, entre outros serviços."⁶²

62 Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/caixa-libera-auxilio-de-r-600->

O dinheiro disponível para os requerentes pode ser utilizado para pagar contas e estará disponível para o saque a partir do próximo dia 27 de abril e para "evitar aglomerações" as retiradas poderão ser feitas na lotérica e na Caixa respeitando o calendário referente ao aniversário. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, 3,5 milhões de pessoas do total de 9 milhões receberam o depósito de R\$ 600 no dia 16 de abril; 1,5 milhão, no dia 18 de abril; e 4,2 milhões de pessoas, que não tinham conta em banco, teriam o depósito até o dia 20 de abril. Uma nova versão do aplicativo para cadastramento em 20 de abril, possibilitaria que pessoas com problemas no CPF em função de pendências eleitorais pudessem fazer o cadastramento normalmente.

Ao todo, já foram feitos 36,7 milhões de cadastros e pagamento será realizado em três parcelas de R\$ 600 até 29 de maio. A medida para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável por causa do impacto econômico da pandemia do novo coronavírus apresentou furos e expôs parte importante da população à contaminação. Os noticiários apresentam que esse calendário não foi cumprido e que pessoas que apresentam seu cadastro aprovado, em um primeiro instante tem o dinheiro na conta e depois é retirado, serão esses casos contabilizados como pagamento feito?

Em frente aos problemas e as exigências iniciais, conta nos bancos especificados, cpf em dia e cadastro único, foi anunciado pelo ministro da Cidadania que os benefícios seriam adiantados. Com 48 horas depois de anunciar que iria antecipar, governo recua e não vai mais adiantar a segunda parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 aos trabalhadores informais, conforme havia dito a Caixa Econômica Federal. O Ministério da Cidadania informou que faltam recursos no orçamento para antecipar o benefício e que será preciso aprovar um crédito suplementar. As três parcelas do auxílio vão exigir um desembolso de R\$ 32,7 bilhões cada uma e que já foram transferidos para a Caixa R\$ 31,3 bilhões. Além disso, um contingente de 12 milhões de trabalhadores ainda não recebeu a primeira parcela. O cronograma de pagamento da segunda parcela, previsto para começar nessa quinta-feira (23) até quarta-feira (29), só será anunciado em maio, segundo nota do Ministério da Cidadania. A pasta menciona ainda que foi alertado pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre a questão orçamentária.

para-9-milhoes-veja-como-receber-16042020. Acesso realizado em 23/04/2020.

Os podres poderes

Com amplo apoio da Casa, deputados aprovaram de forma simbólica, sem a contagem de votos, a ampliação do auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais durante a crise da COVID-19. A medida aprovada foi uma versão modificada do que o Senado havia aprovado, por isso, depois de concluída a análise dos destaques, a medida terá de retornar para nova análise dos senadores. Só depois poderá ir à sanção presidencial.

O deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), retirou trecho que ampliava o alcance de um amparo permanente para a baixa renda, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a um custo de R\$ 20 bilhões ao ano. Ele também eliminou todo um artigo que criava o programa de auxílio ao emprego. A proposta autorizava o Poder Executivo a pagar parte dos salários de trabalhadores (até o limite de três mínimos) para que não fossem demitidos no período seguinte à pandemia.

Os pagamentos ocorreriam durante todo o estado de calamidade pública. A projeção era a de que o impacto dessa medida seria de R\$ 114 bilhões. O texto aprovado pela Câmara cita mais categorias aptas a receber o auxílio emergencial, como artistas, silvicultores, esteticistas, “o vendedor de pipoca que trabalhava em frente à escola” e “o vendedor de cachorro quente que ficava na frente da igreja”. Na prática, no entanto, essas e as demais profissões informais já estariam contempladas na versão dos senadores. O relator manteve a autorização para que o pagamento das parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para que sejam suspensas entre dois e quatro meses e a proibição para corte de aposentadorias, pensões e do BPC enquanto durar o período de calamidade pública, exceto em caso de morte.

Algumas considerações

O “auxílio covid” ou “covid voucher” é o auge do processo de supercapitalização e extermínio populacional. O que garantem os 600 reais? A mediação é completamente bancária e por um aplicativo na internet. Inicia-se a destruição da assistência social como política, amplia financeirização (BEHRING, 2006) inclusive das políticas sociais, intensifica-se tecnocracia e a exclusão tecnológica, criminalização do pobres com as fiscalizações e conferências das condicionalidades rigorosas, o combate às fraudes e a reatualização do clientelismo, relacionando o benefício às condições eleitorais tacitamente trocando favores.

No decorrer das formas de enfrentamento da pandemia mostra a aposta da regulação “natural” do exército industrial de reserva, na superpopulação relativa descartável. A ideia

de que as guerras, a fome e as pragas biológicas controlam o excesso populacional desconsidera o seu descontrole também. Uma *praga biológica* ocorre quando a população de uma dada *espécie* tem alta *taxa de natalidade* e baixa *taxa de mortalidade*, de modo que o número de indivíduos cresce, pressionando os recursos naturais a ponto de desequilibrar o meio ambiente. Essa *superpopulação* pode ser reduzida por doenças ou por *predadores* dessa população. Se os predadores e *parasitas* (*pestes*) não aparecerem, o descontrole continua até que escasseiem os *alimentos* disponíveis no *ambiente*, gerando *competição* intraespecífica e o controle populacional se dá pela fome. No caso da população humana, segundo Malthus (1982), a peste, a fome e a guerra atuariam como dispositivos de controle da *explosão demográfica*.

O trabalho é fundamental para acumulação e, portanto, quem o realiza. A pressão para a retomada das atividades laborais, do comércio e das atividades diárias é o resultado do desespero em retomar a "normalidade", a preocupação não é com quem precisa trabalhar, mas com quem está deixando de acumular. Doentes e mortos produzirão o que? Com que intensidade e para quem? Para atender a quais necessidades e de quais classes e setores? Ao mesmo tempo em que há grande parcela de trabalhadores informais seguindo com sua rotina de trabalho em plena quarentena, tendo em vista a necessidade da garantia de sua sobrevivência e de seus familiares, as precárias condições de moradia impondo-lhes aglomeração e ausência de condições adequadas ao isolamento social. Dinâmica essa que evidencia o caráter de classe, raça e gênero que assume a pandemia.

O pano de fundo das ações de urgência para o enfrentamento do vírus nefasto aparece como um cenário oportuno para que se efetive em sua totalidade o desmonte da seguridade social, na saúde as posturas imediatistas de investimentos em hospitais de campanha temporários, cheios de fraudes e atrasos com os prazos, o que nos faz pensar em composição de caixa 2 para salvar empresários; na previdência social com a aprovação da carteira de trabalho verde amarela correspondente a idade produtiva dos trabalhadores, a isenção de pagamento do INSS pelos empregadores; no tocante à política de assistência social, a substituição automática e/ou voluntária dos programas de transferência de renda temporários, por um período de 03 meses, por conta de uma diferença ínfima em seu valor, ou seja, o auxílio emergencial de R\$ 1.200,00 é maior que o Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa medida contraria ainda o previsto na própria estrutura da política de assistência social no que se refere aos

princípios e diretrizes de controle social e gestão dos serviços e benefícios, pois negligenciou e ignorou a sua própria estrutura quanto a atenção básica via CRAS e o trabalho desenvolvido por assistentes sociais no que se refere ao estudo da realidade e perfil das usuárias/os da referida política.

O mesmo pacote não é adotado, obviamente, para à sustentação dos setores da burguesia, sobretudo no que se refere ao capital bancário/financeiro, haja vista a PEC do orçamento de guerra e o conjunto de medidas para sustentar os bancos, a autonomia e afrouxamento dados ao Banco Central do Brasil. Dentre as medidas estão a redução dos impostos compulsórios, aumento de empréstimos, a garantia de R\$ 1,2 trilhões ao mercado financeiro, de recursos do fundo público, ou seja, "o governo se compromete a assumir as carteiras dos bancos, repletas de ativos podres, em um movimento que, ao mesmo tempo, realiza os lucros dos especuladores financeiros e passa os riscos e prejuízos para a sociedade como um todo" (MIRANDA, 2020)⁶³ Os elementos aqui evidenciados, apenas para início das reflexões, expressa que a crise econômica agravada com a crise sanitária intensificam ainda mais os níveis de superexploração do trabalho, redimensionam e reatualizam medidas extremamente conservadoras de (des)proteção social mistificadas pelo viés do empreendedorismo, voluntarismo e superassistencialização da cobertura aos mais empobrecidos combinada ao extermínio da população e ao estímulo aos setores não produtivos da burguesia via apropriação do fundo público, estratégias "requeentadas" da velha política por meio do ultraneoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E. et alii. Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006. Disponível também em: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em dezembro de 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Lei 10.835 de 08 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.
- Senado Federal. Projeto de Lei n. 873/2020. Altera a Lei n. 10.835/2004, para instituir a Renda Básica de Cidadania Emergencial e ampliar benefícios aos inscritos no Programa Bolsa Família e aos cadastrados no CadÚnico, em casos de epidemias e pandemias.
- MALTHUS, Thomas Robert. Economia. São Paulo, Ática, 1982.

63 MIRANDA, Flávio. Bancos e bilionários primeiro: a operação resgate do governo do capitão. In: Esquerda On line. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/09/bancos-e-bilionarios-primeiro-operacao-resgate-do-governo-do-capitao>. Acesso realizado em: 20/04/2020.

A produção dos nossos alimentos em tempos de pandemia

Elaine Martins Moreira, Leile Teixeira & Maristela Dal Moro⁶⁴

Introdução

Sempre que uma situação de calamidade nos atinge, segmentos da população correm aos supermercados e feiras, para fazer estoques de produtos e alimentos. Observamos isso agora, com a chegada dos casos da COVID-19 no Brasil, e, também em 2018 durante a greve dos caminhoneiros. Porque isso ocorre? A resposta envolve questões objetivas e subjetivas. Ficaremos com os determinantes objetivos, por nossa formação profissional. Psicanalistas certamente estão se dedicando à outra dimensão. De pronto afirmamos que no âmbito alimentar temos problemas seríssimos, com ou sem pandemia. Obviamente, com ela tudo se agrava.

O Brasil já passou por longos períodos de carestia. As crises econômicas provocadas pela lógica de reprodução do capital são seguidamente jogadas na conta da classe trabalhadora, que a vivência de diversas formas, inclusive no aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade como nossa comida, inviabilizando o acesso aos mesmos; isso ocorreu anteriormente, e também pode ser notado nessa pandemia, ainda sem nenhuma perspectiva de falta real de abastecimento alimentar, os preços dos alimentos já aumentaram significativamente nos supermercados. Mas superado o auge da pandemia como as coisas vão ficar? Será tudo diferente depois dela? Alguns comentaristas têm afirmado isso diariamente na TV. Será que algo muda para melhor? Com a tendência a aumentar o desemprego faltará recursos financeiros para as famílias da classe trabalhadora garantirem o mínimo de acesso à alimentação, mas o abastecimento tem mais problemas, antes de tecer comentários sobre essas questões vamos colocar mais água no feijão!

64 Professoras da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadoras do Laboratório Questão Agrária em Debate (QADE). Email: grupoqade@gmail.com

Acesso a terra e produção de alimentos no Brasil

Pensar em abastecimento alimentar não é apenas saber se as pessoas terão dinheiro para comprar comida, ou se o Estado conseguirá garantir recursos da assistência social para as pessoas mais pobres se alimentarem. Existem bens, produtos, serviços que ainda que satisfaçam importantes necessidades humanas, podemos seguir longos períodos sem eles, não é o caso da alimentação. Sem produção de alimentos a tragédia do abastecimento alimentar atinge fortemente os laços de coesão social, levam à violência, revoltas e morte. É necessário que a comida exista!!! Mas será que temos problemas com a produção de alimentos?

A resposta passa pela maneira como os alimentos são produzidos. Vamos nos deter ao Brasil, mas trata-se de um padrão mundial de produção, no qual cada país capitalista tem uma requisição específica. A nossa é ofertar matérias primas, também noticiadas como “*commodities*”. Essa condição permanece na economia brasileira desde a chegada dos portugueses e a ocupação do nosso território. Entra um ciclo, sai outro, mas a foto ilustra um cenário parecido: grandes propriedades de terra e monocultura. Antes trabalho escravizado (por séculos), agora trabalho análogo à escravidão; ou meeiros, arrendatários, bóias-frias, jornadas degradantes para trabalhadores assalariados, péssimas condições de vida e de produção para a agricultura familiar e camponesa. O modo de produção se modificou completamente, a produção de alimentos está completamente integrada ao Sistema Agroalimentar; mas as condições de vida para trabalhadores rurais e camponeses, seguem muito aquém das existentes na cidade.

O acesso à terra está indubitavelmente na raiz desse problema que se apresenta como um dos mais agudos quando tratamos da realidade agrária na contemporaneidade, mas só o explicaremos se buscarmos suas origens históricas. Diferente de vários países que realizaram a revolução burguesa pela via clássica e efetivaram de alguma forma a reforma agrária, o Brasil desde cedo negou a possibilidade de acesso à terra a todos aqueles que não fossem brancos, católicos e puros de sangue – leia-se pertencentes da aristocracia rural – que se especializa em fornecer produtos agrícolas para o mercado externo fundando, com isso, o tripé: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo (PRADO Jr., 2011). Essa característica acompanhará o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em nosso país.

O latifúndio, que tem suas raízes nesse processo, vai se solidificando e ganhando novos contornos nos anos subsequentes, sempre amparado na violência e no controle e apoio estatal inviabilizando completamente a realização da reforma agrária e negando, com isso, o acesso e permanência dos/as camponeses/as à terra.

Esse quadro se agrava ainda mais a meados de 1960 e no decorrer da década de 1970 quando se concretiza a modernização da agricultura pautada no “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambas com o setor externo, [...] subvencionada pela política agrícola e comercial do período”. (DELGADO, 2001, p. 164), em um contexto de forte repressão do Estado ditatorial. E mais ainda, com a consolidação do agronegócio a partir da década de 1990, em plena ascensão do neoliberalismo no Brasil o qual passa a orientar o tratamento dado às políticas públicas ao mesmo tempo em que estabelece uma relação orgânica com as grandes empresas multinacionais produtoras de insumos agrícolas e processadoras de alimentos.

O golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro dão novo impulso a esse modelo e apontam para a ampliação da concentração da terra, o aprofundamento expropriação dos/das camponeses/as e para o agravamento das crises alimentar e climática. A oposição a esse modelo é realizada a partir do protagonismo dos movimentos sociais que se organizam em torno da luta pela terra e na defesa dos/das camponeses/as. Embora essa luta esteve presente em todos os momentos da história de nosso país, pode-se afirmar que ela se expressa de forma mais contundente a partir de finais dos anos 1950, e se fortalece significativamente nos anos mais recentes, momento em que se gesta uma nova concepção de agricultura que preserve a biodiversidade e garanta a produção de alimentos saudáveis e de qualidade.

A disputa entre esses dois projetos aponta algumas questões do que pode vir a ocorrer com o abastecimento alimentar no Brasil no contexto de pandemia do coronavírus.

Brasil concilia fome com excesso de produção agrícola.

Onde está o erro?

Como é possível conciliar fome com excesso de produção agrícola? A hegemonia do agronegócio na produção de alimentos coloca o Brasil como um dos maiores produtores agrícolas mundiais. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 2019 a produção de grãos esteve em torno de 245,8 milhões de toneladas em um aumento de 3,9 milhões de toneladas, se comparado com a produção de 2018. Porém, ao

analisarmos os principais produtos agrícolas produzidos vemos que o campeão é a soja, que, segundo o IBGE em 2017 aportou em torno de R\$ 104 bilhões em um total de R\$ 308 bilhões em valores de produtos vegetais. Segue essa tendência, a cana-de-açúcar, o milho e a produção de eucaliptos, todos voltados especialmente para exportação o que contradiz a assertiva dos *senhores* do agronegócio de que produzem alimentos para os brasileiros. Vale a advertência feita por Teixeira (2013), ao se referir ao agronegócio. Para ele, as virtudes econômicas deste modelo se voltam unicamente para o lucro dos capitais correspondentes, ignorando interesses nacionais estratégicos, o que nos leva a afirmar que o que está em jogo não é a produção dos alimentos, mas os interesses dos grandes grupos econômicos, tanto nacionais, como internacionais, vinculados à produção de insumos e máquinas agrícolas, no processamento dos alimentos e ao mercado financeiro de *commodities*.

Isso nos permite afirmar, então, que o agronegócio não produz alimentos, mas sim mercadorias e, portanto, é completamente incapaz de resolver o problema da fome no Brasil. Mas mais do que isso, é esse modelo o responsável por várias mazelas que assolam o país, dentre as quais podemos citar a profunda concentração de terras. Soma-se a isso, a ampliação do uso de sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos, a utilização de hormônios e antibióticos, os quais incidem diretamente sobre o meio ambiente e seguem destruindo os conhecimentos tradicionais dos/das camponeses/as e dificultando a produção de alimentos, a reprodução dos povos da terra e a construção da soberania nacional (CARVALHO, 2013).

Esse modelo, inclusive, é imposto aos/as camponeses/as via a cooperação "à *la Sadia ou Souza Cruz*", via agropecuárias e publicidade e, especialmente, via o escasso crédito a esse público, o qual é orientado a seguir o mesmo padrão - monocultura, insumos químicos, transgênico, veneno. Tentando transformar a agricultura camponesa num "*agronegocinho*" como tem sido chamado.

Cabe nos perguntar com as importações de alimentos prejudicadas pela pandemia, quando grande parte da produção mundial será afetada, como o agronegócio irá alimentar a população brasileira com soja, milho, cana e carnes produzidas com excesso de hormônios e antibióticos?

Isso nos leva à agricultura camponesas a qual pratica uma forma de agricultura diversificada, esta sim, é responsável pela alimentação da população, pois com todas as restrições à sua capacidade produtiva, ainda consegue garantir o mínimo de diversidade da mesa da população; de forma que é necessário

compreender que sem a produção de alimentos voltados para as necessidades alimentares da população o abastecimento alimentar pode estar completamente comprometido. Sempre que se fala em fome e alimentação, portanto, não se pode perder de vista as condições de produção dos alimentos.

Mas o que nós podemos fazer?

A alimentação é um ato econômico, social, nutricional, cultural, mas também político. Já disse Bertold Brecht: "o custo de vida, o aluguel, o feijão, o peixe, a farinha (...) tudo depende de decisões políticas". No diálogo com a população urbana precisamos destacar o caráter político que envolve sua alimentação. O que isso quer dizer? Significa dizer que sem conhecimento, apoio e envolvimento de todos, só os movimentos sociais e as famílias camponesas não conseguiram resolver o problema do abastecimento alimentar. Se você já ouviu falar, leu ou assistiu algo sobre o uso transgênicos, agrotóxicos e adubos químicos, por exemplo, entendeu que são prejudiciais a saúde humana e ao meio ambiente é importante que você organize sua forma de acessar seus alimentos de modo que não reforce essa forma de produção. O mesmo exemplo serve para os alimentos ultraprocessados. Não basta ter constatado o problema. É necessário incluir na sua rotina, nos seus hábitos e de sua família essa "pré-ocupação" com a origem e os meios que envolvem aquilo que chega até sua mesa e chamamos de comida. Isso significa apenas uma responsabilização individual? Não. Já vamos chegar na segunda parte da conversa. Há junto disso uma mediação coletiva.

A ideia é que sua decisão de se alimentar melhor venha acompanhada do desejo de todas as pessoas no mundo tenham acesso a alimentação saudável. Para isso, necessitamos generalizar um outro modo de produção de alimentos e das demais necessidades humanas, uma produção de alimentos pautada na agroecologia, na soberania alimentar, na autonomia política, econômica e financeiras das pessoas – na livre associação de produtores livres. O que ocorre é que isso é uma construção que precisa iniciar hoje, ou já devia ter iniciado. Reverter essa realidade alimentar criada pelo modo capitalista de produção não é fácil! Mas, certamente precisa combinar ações individuais e coletivas. Que se realizam no âmbito doméstico e fora dele, no campo e na cidade, que envolvam os pequenos produtores, os trabalhadores e classes médias urbanas, mulheres e homens, mediados por movimentos coletivos que vão gestando outras relações sociais e econômicas e políticas pautadas no poder popular. Ou seja, outra agricultura orientada

pela agroecologia, relações sociais orientadas à superação da desigualdade entre homens e mulheres e do racismo e organização comunais de produção.

Os movimentos sociais do campo, que desde a década de 1980, vem apontando a necessidade de realização da reforma agrária, têm dado passos significativos tanto no debate, na produção de conhecimentos e na produção e distribuição de alimentos saudáveis. Só para ficar em alguns exemplos do estado do Rio de Janeiro: O Movimento dos Pequenos Agricultores tem o projeto da Cesta Camponesa que distribui alimentos diretamente da/o produtor/a calcado nesses objetivos desde 2015. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior produtor de arroz orgânico da América Latina, tem Armazéns em algumas capitais do Brasil para distribuir a produção agroecológica, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife. Ambos os movimentos têm incorporado a discussão de gênero. O MST tem um coletivo LGBT e sua coordenação é paritária entre homens e mulheres. São diversas essas experiências pelo país. Em meio à pandemia, as/os camponeses têm prestado solidariedade e distribuído toneladas de alimentos.

Por fim, o objetivo fundamental deste texto é fazer um convite. Convidar você que nos lê para assumir o lado político do ato humano de se alimentar e contribuir na construção de Poder Popular. Não vamos te iludir: dá trabalho, exige reorganização da vida, do tempo, da sua relação com o consumo, envolve uma ampla “reeducação alimentar”. Àqueles que têm um tempo maior de vida cabe também informar a todos sobre os hábitos alimentares que estavam em maior sintonia com os ciclos da natureza e com a saúde das pessoas. Aos mais jovens: conhecer mais, se desafiar a experimentar outras coisas, pesquisar a origem da sua comida, cozinhar. Para todas/os: apoiar a produção local, as experiências camponesas que lhe cercam e fortalecer as ações que os movimentos sociais fazem.

Não dá para esperar a “utopia” se realizar para a mudança começar.

Convite feito. Você vem?

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. Informalidade cai, mas atinge 38 milhões de trabalhadores. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/informalidade-cai-mas-atinge-38-milhoes-de-trabalhadores>. Acesso realizado em: 19/04/2020.
- CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*. São Paulo, julho de 2013.
- CNN. PIB pode cair 7% e desemprego chegar a 23,8%, diz estudo do Ibre/FGV. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/04/13/economia-pode-encolher-ate-7-em-2020-por-coronavirus-diz-estudo-do-ibre-fgv>. Acesso realizado em: 19/04/2020.

- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Primeiro levantamento da safra 2019/20 de grãos indica produção de 245 milhões de toneladas*. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>.
- DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. São Paulo, *Revista Estudos Avançados*, vol. 15, n. 43, Set/Dez -2001. disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013
- IBGE. Censo Agropecuário de 2017, Brasília, 2019.
- PRADO JR. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.
- POLLAN, M. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- TEIXEIRA, G. A Sustentação da Política e Economia do Agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. São Paulo, julho de 2013.

CAPÍTULO 12

VOLTAR AO SUMÁRIO

“A carne mais barata do mercado é a carne negra”: saúde da população negra em tempos de COVID-19

Rachel Gouveia Passos⁶⁵

No dia 31 de março de 2020, os Ministros da Saúde e do Conselho Nacional de Justiça emitiram uma portaria conjunta que autoriza procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos no período de pandemia de COVID-19. A portaria permite que ocorra sepultamento e cremação sem a emissão do atestado de óbito. Além disso, diz que se a morte ocorrer por doença respiratória suspeita para o novo coronavírus, não confirmada por exames, a causa mortis deve ser descrita como sendo “provável para COVID-19” ou “suspeito para COVID-19”. Esse tipo de ação pode reforçar as subnotificações que estão ocorrendo e ocultando a real quantificação de casos e mortes provocados pelo vírus.

Em reportagem publicada no dia 07 de abril, pelo site *El Pais*, identificou-se que no compilado elaborado e disponibilizado pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - que representa os cartórios de registro civil no país, responsáveis pelo recebimento dos atestados de óbito - existe um déficit em relação aos dados das mortes. Os números levantados pela Associação são mais alarmantes do que os do Ministério da Saúde⁶⁶ e demonstram a subnotificação dos casos.

Já pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Brasília (UNB) apresentaram no dia 14 de abril, através do portal COVID-19 Brasil, uma análise que sinalizava que os casos ultrapassavam mais 313 mil até o dia 11 de abril⁶⁷. Tais

65 Assistente Social, pós-doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

66 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-07/748-mortes-ligadas-ao-coronavirus-registradas-em-cartorios-no-brasil-mais-um-indice-da-defasagem-nas-estatisticas-oficiais.html?outputType=amp>. Acesso realizado em: 09/04/2020.

67 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/numero-de-casos-de->

dados demonstram que o número de casos é 15 vezes maior do que o divulgado pelo Ministério da Saúde no mesmo período. Para os pesquisadores, a baixa quantidade de aplicação de testes está promovendo a subnotificação.

Não podemos esquecer que o procedimento de subnotificação não é novidade, já que atinge também os índices de mortalidade e homicídios ocorridos no Brasil. Como vivemos em um país que tem como base o colonialismo, o classismo e o racismo, torna-se possível afirmar que a violência faz parte das estratégias reproduzidas pelos indivíduos, pelas instituições e pelo Estado. Abdias Nascimento em sua publicação "O genocídio do negro brasileiro" nos mostra como foi forjado esse projeto de nação calcado na aniquilação de parte de sua população que tem o fenótipo como marca.

Essa marca étnico-racial molda a sobrevivência e as condições de vida da população brasileira. Pensando na sobrevivência, podemos identificar que uma parcela da população negra (pretos e pardos) é morta diariamente. Segundo a "Pesquisa nascer no Brasil", realizada pela Fiocruz, as mulheres negras representam 65,9% daquelas que sofrem violência obstétrica (LANSKY *et al.* 2014), tendo no município do Rio de Janeiro os índices de óbitos maternos uma das taxas mais altas, "superando a média do país, que gira em torno de sessenta mortes por 100 mil nascidos vivos" (ASSIS, 2018, p. 560). No caso dos adolescentes negros, "a primeira causa de morte são os homicídios, seguida de acidentes (incluindo acidentes de trânsito), neoplasias malignas e o suicídio" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, p. 5). E, por fim, o Atlas da Violência de 2019, mostra que em uma década (2007 a 2017), a taxa de homicídios em relação aos negros cresceu 33,1%, enquanto a de não negros obteve um pequeno aumento de 3,3%.

Como uma das estratégias do Ministério da Saúde para o combate do COVID-19, optou-se por utilizar a testagem apenas nas pessoas que apresentam sintomas mais graves e que forem internadas, além de apostar no isolamento social para promover proteção e o achatamento da curva de crescimento. Infelizmente temos visto que os testes não são suficientes para os casos suspeitos, o que vem ocasionando um crescente nas mortes. Alguns casos já estão sendo denunciados como negligência e omissão de socorro dentro de hospitais.

Salientamos que a estratégia de isolamento social vem sendo bastante contestada pelo atual presidente que alega que há atitudes exageradas nas medidas tomadas por alguns

covid-19-no-brasil-e-15-vezes-maior-que-o-oficial-diz-estudo,b622426245e7246d8f89f dc20733c6020lz2k3gw.html. Acesso realizado em 22/04/2020.

governadores e prefeitos, além de dizer que o COVID-19 é apenas uma "gripezinha". O presidente afirmou em pronunciamento que apenas os idosos devem ter cuidado e que está ocorrendo uma histeria coletiva. Como justificativa vem afirmando a necessidade de todos voltarem a normalidade e rotina de trabalhos para não prejudicar a economia. Sua defesa não está na vida e, sim, nos interesses do mercado, dos empresários e dos bancos. Destacamos que no final do mês de março, o governo anunciou um pacote de medidas para salvar os bancos maior do que o movimentado na crise de 2008.

Apesar das contradições existentes na cúpula do governo federal no que diz respeito às estratégias de controle da propagação do coronavírus, torna-se importante destacar que os rebatimentos tanto da doença quanto das medidas econômicas atingem diretamente a população mais pobre e vulnerável, ou seja, a população negra. Vivemos em um país que está estruturado na desigualdade social e racial aonde temos 11,9 milhões de pessoas desocupadas, o que representa 11,2% e 40,7% da população ocupada em situação informal, somando um contingente de 38,3 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2020)⁶⁸. Entretanto, o fenômeno da pandemia está demandando respostas imediatas não apenas para a prevenção, tratamento e cura da doença, mas tem provocado uma maior atenção para a população mais pobre que está desocupada e na informalidade no mercado de trabalho. Com o isolamento social, está ocorrendo a suspensão dos transportes públicos, proibição de funcionamento de serviços não essenciais e estímulo à permanência em casa.

Além disso, é essa população que acessa o Sistema Único de Saúde (SUS) e sente os efeitos da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 anos os gastos públicos para a saúde e a educação. Os rebatimentos dessa contenção estão atingindo diretamente a população mais pobre que acessa as políticas sociais e já vinha sofrendo com o sucateamento processual da saúde pública. Cabe destacar que quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra⁶⁹, sendo que ao mesmo tempo que acessa é a que mais sofre violência nos estabelecimentos de saúde.

68 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26978-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-23-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2020>. Acesso realizado em 22/03/2020.

69 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/> Acesso realizado em 01/04/2020.

Não se pode deixar de afirmar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que já é negligenciada e pouco difundida e propagada pelas três esferas dos poderes, o que apenas revela a força do racismo institucional nas estruturas do Estado brasileiro. Podemos identificar esse apagamento no número de Comitês Técnicos Estaduais e Municipais de Saúde da População Negra. Tais comitês fazem parte dos esforços para fortalecer as ações de monitoramento e implementação da PNSIPN, além de fortalecer as gestões no processo de enfrentamento às iniquidades raciais em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

Em relação a própria saúde da população, a ONU Brasil⁷⁰ alerta que negros possuem maior incidência de problemas de saúde evitáveis no país. Entre os problemas de saúde são encontrados: mortalidade de recém-nascidos antes dos seis dias de vida, infecções sexualmente transmissíveis, mortes maternas, hanseníase, tuberculose, diabetes tipo II e cardiopatia. Isso significa que o não acesso a moradia digna, a uma alimentação adequada, ao saneamento básico e etc., vão acarretar em um processo de adoecimento físico e, possivelmente psíquico.

Ao tratarmos da saúde da população negra, não podemos esquecer da doença falciforme. O Ministério da Saúde estima que pelo menos cerca de 50 mil pessoas tenham a doença falciforme no Brasil, em sua maioria são pessoas negras (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Em nota emitida recentemente⁷¹ pela Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH), existe uma significativa preocupação nesse momento com indivíduos com doença falciforme, pois eles apresentam “alta utilização de serviços de emergência por febre, sinais e sintomas de pneumonia ou STA [síndrome torácica aguda] em evolução, bem como crise algica aguda que requer terapia parenteral”. Portanto, é possível que ocorra “desafios específicos de diagnóstico, tratamento e logística para atender às necessidades de saúde dessa população em meio à pandemia de COVID-19”.

Nesse caminho, objetivamos chamar atenção para as desigualdades existentes no país e que atingem diretamente o processo de propagação, atendimento e morte das vítimas do COVID-19 e que vêm sendo relativizadas pelo bem-estar do mercado, dos bancos e da economia neoliberal. Destacamos que

70 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/> Acesso realizado em 01/04/2020.

71 Disponível em: <https://abhh.org.br/wp-content/uploads/2020/03/GLOBULOS-VERMELHOS.pdf>. Acesso realizado em: 01/04/2020.

diversos movimentos sociais e comunitários estão organizando ações e mobilizando atores para promover a prevenção nas favelas e nos bairros periféricos, pois há uma enorme preocupação com a chegada do coronavírus nesses espaços.

Na cidade do Rio de Janeiro, na favela Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo, moradores resolveram por conta própria desinfetar ruas, becos e vielas, já que até o momento o Estado não se fez presente. Segundo informações do site *Voz das Comunidades*⁷², até o dia 21 de abril, foram confirmados casos de coronavírus nas seguintes favelas: Rocinha (46), Mangueiras (9), Mangueira (9), Complexo da Maré (9), Cidade de Deus (8), Acari (8), Vidigal (5), Jacaré (4), Complexo do Alemão (4), Vila Kennedy (1), além dos 18 óbitos ocorridos até essa data.

Em nota publicada no dia 22 de março de 2020, a Coalização Negra por Direitos⁷³ - frente que agrega mais de 150 coletivos, entidades e instituições - apresentou algumas propostas de medidas para serem adotadas pelos gestores, afim de tentar minimizar os efeitos catastróficos da pandemia na vida da população negra:

1. *Adoção imediata de medidas de proteção da população negra e demais outras afetadas ou em vulnerabilidade ao coronavírus (COVID 19).* Reivindica-se a revogação da PEC 95/2016, educação pública de qualidade, congelamento nos preços dos alimentos e produtos de limpeza, a proibição do corte de energia elétrica, água e outros serviços e assegurar o fornecimento de água potável, a suspensão por tempo indeterminado do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais ou mesmo extrajudiciais, motivadas por reintegração.
2. *Cuidados com pessoas infectadas.* Reivindica-se maior atenção e cuidado com as pessoas infectadas, a exemplo dos idosos, domésticas, cuidadoras e diaristas, ambulantes, população de rua e encarceradas e encarcerados; apoio com recursos e assistência aos familiares e às comunidades das vítimas do coronavírus também deve ser uma prioridade; favelas e bairros negros e pobres devem ser alvo de campanhas de distribuição gratuita de produtos básicos de limpeza e proteção.

72 Disponível em: <http://covid.vozdascomunidades.com.br/>. Acesso realizado em 22/04/2020.

73 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nota-da-coalizacao-negra-por-direitos-sobre-o-covid-19/>. Acesso realizado em 05/04/2020.

3. *Medidas de Prevenção, Promoção e Atenção à Saúde.* Reivindica-se que medidas de prevenção e promoção da saúde devem ser acionadas e intensificadas em favor de comunidades e territórios negros e pobres; os Quilombos, as Comunidades Tradicionais e os Povos Indígenas devem ser protegidos da infecção do coronavírus; domésticas, cuidadoras e diaristas também precisam de ações preventivas de urgência; para a população encarcerada, é preciso estabelecer medidas que incluam: distribuição de produtos de higiene pessoal; incremento na alimentação; atendimento médico regular.
4. *Assistência Social.* Reivindica-se a garantia de renda mínima para as pessoas desempregadas, trabalhadores informais e pessoas com a infecção, enquanto durar essa crise; apoio aos pequenos comércios e empreendimentos locais, bares, quitandas, lojinhas, barracas de vendas informais, profissionais autônomos e MEIs, com auxílios "a fundo perdido", enquanto durar a crise; garantir o abastecimento de alimentação a população oferecendo suporte técnico e financeiro a produção da agricultura familiar, agroecológica, quilombola e tradicional; para a população de rua, é necessário assegurar: espaços para higienização (banheiros públicos abertos e gratuitos com torneiras e sabão para higienização do corpo e das mãos); entrega regular de água potável em garrafas descartáveis; manter restaurantes populares abertos com horário mais amplo e entrega do alimento em sacolas; e material informativo/educativo, de preferência ilustrado, com as informações para prevenção e locais de atendimento no caso de pessoas com sintomas de contaminação.

Em 08 de abril, o Coalizção Negra por Direitos e o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) protocolaram cartas endereçadas ao Ministro da Saúde reivindicando que a pasta e as secretarias de saúde dos estados divulgassem informações sobre gênero, raça, etnia e território das pessoas infectadas e dos óbitos provocados pelo coronavírus⁷⁴. Dois dias depois, o Ministério da Saúde publicou pela primeira vez no Boletim Epidemiológico dados com o quesito raça/cor que apontou que os negros possuem maior probabilidade de morrer. Em outros países, como nos Estados Unidos, já está sendo

74 Disponível em: https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2020/04/coalizaonegra_lai_mortesnegrascovid19_ms_final.pdf. Acesso realizado em: 09/04/2020.

denunciada a situação de vulnerabilidade da população negra, que tem sido a mais atingida pela doença devido às desigualdades existentes.⁷⁵

Por fim, a publicação “Painel de Indicadores do SUS nº10”, do Ministério da Saúde, e que trata da saúde da população negra como tema, chama a atenção para a relação do processo saúde e adoecimento com os processos sociais, econômicos, culturais e históricos que são determinantes para o acesso a bens e serviços. Portanto, para pensarmos o bem-estar físico e psíquico, é preciso identificar e assumir o racismo como um dos determinantes sociais da saúde, o que demonstra a necessidade de atentarmos para os impactos diretos e indiretos provocados pela proliferação do COVID-19 na saúde e na vida da população negra.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, J. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n° 133, p. 547-565, set./dez, 2018.
- IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019.
- LANSKY, S. Pesquisa nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2014.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012-2016. Brasília/DF, 2018.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS*. 3ª edição, Brasília/ DF, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel de Indicadores do SUS nº10: Saúde da População Negra*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Articulação Interfederativa, v. 7, Brasília/DF, 2016.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2016.

75 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/negros-enfrentam-indices-alarmanetes-de-contaminacao-pelo-coronavirus-nos-eua.shtml>. Acesso realizado em: 09/04/2020.

CAPÍTULO 13

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Considerações preliminares sobre a visibilidade das favelas no contexto da pandemia do COVID-19 no Rio de Janeiro

Lenise Lima Fernandes⁷⁶

O primeiro semestre letivo de 2020 estava prestes a pautar a rotina do corpo técnico-administrativo, docentes e discentes da UFRJ quando, ante o reconhecimento da pandemia do COVID-19 pela OMS em março de 2020, as atividades acadêmicas foram parcialmente suspensas, seguindo as orientações estabelecidas na Portaria nº 2562, de 1º de abril de 2020, emitida pela Reitoria da UFRJ – tornando público o Plano de Contingência para enfrentamento da disseminação da doença no âmbito da UFRJ –, por sua vez apoiada no Decreto do Governo do Estado nº 46.966/2020, bem como nas recomendações da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e dos Ministérios da Educação e da Saúde, divulgados até então.

Com a indicação de ficarmos em casa o máximo possível, a atenção aos noticiários televisivos e às mensagens trocadas via diversos meios de comunicação se tornou hábito frequente para grande parte da população. Imersa nesta experiência, e estimulada pelo convite do Conselho Diretor da Escola de Serviço Social da UFRJ feito as/os técnicas(os) e docentes para a formulação de pequenos textos sobre as relações sociais neste contexto de pandemia, considerei pertinente compartilhar algumas das questões que têm me instigado neste período.

Olhar talhado pelo campo de estudo a que tenho me dedicado desde a graduação, notei que – pelo destaque à necessidade de reclusão domiciliar e de intensificação das práticas de higiene pessoal para enfrentar a disseminação da doença – a ênfase dada às condições de vida nas favelas girou da violência urbana para o aumento da mobilização social em prol do suporte aos moradores destas áreas, na cidade do Rio de Janeiro. Confesso que, num primeiro momento, isto me soou como alento diante da

76 Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania na ESS/UFRJ.

enxurrada de notícias contraditórias e altamente preocupantes. Entretanto, num país atravessado por embates políticos acirrados tanto pela progressiva negação do compromisso do Estado em manter e garantir direitos sociais legitimamente conquistados, quanto pelo aumento de condutas anti-democráticas, parece que a solidariedade expressa se mantém apartada de inspirações genuinamente igualitárias. Com esta perspectiva, me apóio em informações provenientes da mídia e de outros canais de contato com profissionais e moradores das favelas para compartilhar estas reflexões, de modo que, ao término do isolamento social estabelecido, possamos aprofundar debates e ações que nos permitam ultrapassar a “normalidade excludente” que nos trouxe ao quadro atual.

As favelas em “períodos de normalidade”

Nos registros de diversos órgãos da administração pública e de instituições de pesquisa, nacionais e internacionais, as favelas integram a categoria dos chamados *aglomerados subnormais*⁷⁷. Embora o conceito se encontre em permanente debate, com distintas definições, o ponto comum entre elas aborda as precárias condições gerais de vida dos moradores destes locais. Consideradas *inadmissíveis para o desenvolvimento social e econômico* (NADALIN, 2016), elas devem ser alvo das políticas públicas em suas diferentes escalas. Na medida em que tais condições podem ser registradas e quantificadas, pesquisadoras(es) conseguem estimar e localizar a distribuição das pessoas que residem nestes assentamentos, em um determinado território.

Segundo publicação do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (2018), 548 cidades no mundo já possuíam pelo menos 1 milhão de habitantes em 2018, sendo que o número de cidades com este contingente habitacional poderá chegar 706 em 2030. Em estudo apresentado por NADALIN, et al. (2016), no Brasil, quase 75% da população residente em

77 Conforme Cavallieri (2016, p. 413), o documento Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Ipea e Brasil, 2007) adaptou à realidade brasileira o conceito geral de assentamentos precários, anteriormente definido pela UN-Habitat, em 2002. No documento brasileiro, o indicador referente à inadequação do domicílio passou a considerar aqueles com ao menos uma das seguintes características: “(...) ausência de abastecimento de água por rede geral, ausência de esgoto por rede geral ou fossa séptica, ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, teto e paredes não duráveis, adensamento excessivo (mais de três pessoas por cômodo utilizado como dormitório), não conformidade com os padrões construtivos (aglomerados subnormais) e irregularidade fundiária urbana (Ipea e Brasil, 2007, p. 116).” Já quando se trata da Política Nacional de Habitação (PNH), o conceito destaca as categorias consideradas mais representativas do fenômeno no Brasil: cortiços; favelas; loteamentos irregulares e clandestinos de moradores de baixa renda; conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, em situação de irregularidade ou de degradação.

aglomerados subnormais se situam ao redor das metrópoles. Essa informação complementa os dados oficiais produzidos a partir do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010 existiam, apenas na cidade do Rio de Janeiro, 763 favelas que abrigavam cerca de 22% da população carioca (1.393.314 habitantes). Vale lembrar: isso, há 10 anos.

Os números aqui rapidamente apresentados são, sem dúvida, impactantes. Deveríamos, então, nos perguntar: como chegamos a isso? Se o contingente populacional vivendo em tamanha precariedade é tão significativo, porque isto, por si só, é *normalmente* insuficiente para alavancar o consenso político necessário para suplantar os processos que engendram tal fenômeno? Fato é que esta realidade tende a ser naturalizada, como se fosse pragmaticamente estabelecida. A banalização, o imediatismo e o individualismo, entre outras formas de lidar com o mundo, mantêm grande parte de nós em um *permanente isolamento social*, numa *cegueira cotidiana*, como sugerido na brilhante crítica romanceada por Saramago (1995).

No entanto, volta e meia somos sacudidos e forçados a importunar a nossa idolatrada *normalidade*: durante a pandemia, diante de catástrofes socio-ambientais como a de Mariana (MG), nas chuvas e deslizamentos *típicos do verão* nas cidades brasileiras, ou mesmo em tempos de guerra, entre outras tantas situações. Pensando bem, de modo geral, esses eventos são até bastante recorrentes. Por que, então, ansiar pelo *retorno da normalidade*, quando ela é, ao mesmo tempo, tão alienante e voraz da nossa própria humanidade? Para caminharmos na superação desta miopia social precisamos, sim, lidar com os números e nos mobilizarmos perante as tragédias que nos sensibilizam. Porém, é fundamental irmos além disso.

Na maior parte dos países, a formação das favelas está essencialmente vinculada à dinâmica de produção da cidade e da vida urbana no desenvolvimento histórico desse modo de produção, sendo dialeticamente funcional ao mesmo (HARVEY, 2006). Nas cidades se materializam as formas de valorização do capital e as contradições inerentes às relações sociais por ele engendradas (ENGELS, 2010; LEFEBVRE, 1999): estão, ali, a exploração e a dominação, assim como a visibilidade concreta das disparidades resultantes da concentração de renda (como indica o próprio documento do IPEA, já citado) e de poder, não raramente tensionadas por segmentos mais contestadores.

Enquanto parte visceral da cidade, as favelas⁷⁸ também são atravessadas por estas contradições, sendo a elas somadas características e particularidades definidas pelas estruturas das sociedades em que elas se constituem. Conforme Ianni (1989), os processos implicados na formação social, política e econômica do Brasil estruturaram desigualdades e antagonismos que remontam ao período colonial e que ainda perpassam a “questão social” brasileira. Neste sentido, considerar a condição da população favelada em cidades como o Rio de Janeiro, mesmo hoje – e para além da pandemia –, exige reconhecer que o perfil da maioria destes moradores não se define apenas por sua condição enquanto integrantes da classe trabalhadora (estando economicamente ativos ou não), mas também pela herança étnico-racial que carrega.

As considerações acima se tornam essenciais para que se possa colocar em evidência o que nos interessa ressaltar aqui: a *normalidade* que caracteriza a vida nas favelas está muito distante da possibilidade de um cotidiano tranquilo, que garanta aos seus moradores a livre circulação nesses espaços, no acesso a outras áreas da cidade e a um conjunto amplo de direitos, aparentemente suspensos pela famigerada pandemia do COVID-19.

Sobre a “visibilidade” das favelas no contexto da pandemia

Embora meu otimismo tenha sido diluído ao longo das últimas semanas – na medida em que uma profusão de informações repercutiu sobre os desdobramentos da pandemia no mundo e, especialmente, sobre a população brasileira –, de forma alguma caberia menosprezar a relevância das diversas campanhas solidárias para os segmentos já pauperizados. A distribuição de cestas básicas e de produtos de higiene pessoal, a confecção e doação de máscaras caseiras, a socialização de informações para democratizar o acesso à solicitação dos auxílios públicos por quem já estava sem renda ou perdeu seu espaço de trabalho em decorrência dos impactos da pandemia na economia, todas estas e tantas outras iniciativas vêm sendo fundamentais para quem delas se beneficia.

Entretanto, é fundamental que a visibilidade alcançada pelas profundas desigualdades e contradições que marcam a sociedade brasileira nos projete para uma efetiva e crescente

78 De acordo com Cavallieri (2016, p. 414), o município do Rio de Janeiro adota, para seu uso, a mesma definição do termo *favela* contida no Art. 147 do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (Lei Complementar no 16/1992): “área predominantemente habitacional, com ocupação por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas em desconformidade com os padrões legais”.

conscientização social. Precisamos superar os limites das ações solidárias que se dispõem a ver nos *menos favorecidos* pessoas que merecem ajuda, mas que não as reconhecem como cidadãs portadoras de direitos. Precisamos desmascarar medidas, inclusive pautadas pelo próprio poder público, que se estabelecem de forma emergencial apenas como expressão do eterno medo das *classes perigosas*, sem qualquer compromisso a médio e longo prazos para rever as bases do pacto entre Estado, sociedade e mercado, responsável pelo aprofundamento da pobreza, de um lado, e da concentração de riqueza, de outro.

A negação progressiva e cumulativa de direitos perpassa desde sempre, e todos os dias, a vida da população residente em favelas. Este segmento, que despertou a empatia do restante da população quando teve a oportunidade de denunciar em rede nacional que não tinha água para lavar as mãos e manter condições mínimas de higiene que o protegesse do contágio pelo COVID-19, é o mesmo que denuncia o genocídio do povo negro pelos confrontos policiais, sem encontrar a implacável solidariedade dos *mais afortunados do asfalto*. As famílias que habitam unidades domiciliares pequenas, que não raramente observam o aumento da violência doméstica e ainda dividem este espaço com mais de 1 núcleo familiar, são as mesmas que recebem de forma perplexa as orientações do poder público para que garantam a continuidade do ensino, na modalidade à distância (EAD), às suas crianças, enquanto as escolas não podem ser reabertas. É também a estas famílias, geralmente com grau de escolaridade bastante reduzido, que os representantes dos governos se dirigem para que estudem com suas(seus) filhas(os) em casa, de modo que elas(es) possam acompanhar, sem prejuízos, o calendário mantido para o ENEM 2020.

Curiosamente, diante destas e tantas outras situações aguçadas pela pandemia, não observei qualquer movimento de solidariedade ou de indignação por parte de quem vive em melhores condições. Além disso, salvo algumas poucas e rápidas entrevistas feitas com lideranças de favelas, que aproveitaram para denunciar a dimensão histórica da condição excludente em que vivem, o espaço predominantemente garantido aos favelados foi o dos que *pedem e recebem ajuda*, embotando tanto o potencial e as trajetórias já acumuladas de lutas, quanto o lugar de fala legítimo dos que se organizam e se fazem representar.

Muitos anseiam que tudo volte à *normalidade*. No entanto, ao que parece, caminhamos globalmente para um grau de conflito extremo. Como analisou Harvey (2020),

Em muitas partes do suposto mundo 'civilizado', os governos locais e as autoridades regionais, que invariavelmente formam a linha de frente da defesa em emergências de saúde e segurança pública desse tipo, tinham sido privados de financiamento graças a uma política de austeridade projetada para financiar cortes de impostos e subsídios para as empresas e os ricos.

Se é fato que as políticas sociais sempre foram úteis à reprodução capitalista – mesmo ante o desmonte sofrido pelas diretrizes neoliberais –, elas tendem a voltar a ser aclamadas como alternativa para conter os impactos dos processos de exploração no cotidiano daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho (BOSCHETTI, 2018), especialmente em tempos de tamanha incerteza. Ou, quem sabe, outras possibilidades, com maior impacto de transformação, serão engendradas numa direção de ruptura do processo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011) que sustenta a própria (re)produção do capital.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: Expropriação e Direitos no capitalismo. Cortez: São Paulo, p. 131-165, 2018.
- CAVALLIERI, F. *et al.* Caracterização e Tipologia dos Assentamentos Precários Brasileiros: o caso do Rio de Janeiro. In MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleando; LIMA NETO, Vicente Correia (Edit.). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: IPEA, p. 411-463, 2016.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo: São Paulo, 2010.
- HARVEY, David. *Política anticapitalista em tempos de coronavírus*. Tradução Cauê Seigner Ameni. Disponível em <https://jacobin.com.br/2020/03/politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- IANNI, O. A Questão Social. *Revista Ciência & Trópicos*, Recife, v. 117, n° 2, p. 189-202, jul/dez., 1989.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IPEA. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: Ipea; MP, 2007.
- LEFEBVRE, H. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NADALIN, V. G. *et al.* Distribuição de Aglomerados Subnormais na Rede Urbana e nas Grandes Regiões Brasileiras. In MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (Edit.). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: IPEA, 2016, p. 77-93.
- SARAMAGO, J. *Ensaio Sobre a Cegueira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *The World's Cities in 2018 - Data Booklet* (ST/ESA/SER.A/417). 2018. Disponível em: https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf

CAPÍTULO 14

VOLTAR AO SUMÁRIO

Sistema prisional brasileiro em contexto da pandemia da COVID-19

Fernanda Kilduff⁷⁹

Em vez de construírem moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia. Jogam na prisão os desempregados decorrentes da desindustrialização [e] da globalização do capital (...). Livre-se de todos eles. Remova essas populações dispensáveis da sociedade.

Ângela Davis

No Brasil, em tempos de pandemia da COVID-19, a decisão de manter o super encarceramento por parte do Ministro da Justiça e Segurança Pública reforça a estratégia negacionista de Bolsonaro que insiste em burlar a recomendação da comunidade científica internacional que afirma, enquanto não houver vacina comprovadamente eficaz, o distanciamento social como principal medida para evitar e retardar a curva de contágios.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem recomendado a redução drástica da população prisional, porém, Sergio Moro, declarava publicamente, em março deste ano "a falta de dados oficiais" que justificassem tomar alguma decisão neste sentido⁸⁰. Países como Turquia, Irã, alguns estados de Estados Unidos e Portugal, dentre outros, avançaram com o desencarceramento como política necessária em tempos de COVID-19, adotando medidas importantes com reduções significativas do número de presos⁸¹.

79 Doutora em Serviço Social/PPGSS-UFRJ. Professora Adjunta do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da UFRJ.

80 No fim de março de 2020, Sergio Moro declarou que "por falta de dados oficiais não haveria nenhum motivo para promover a libertação generalizada de presos". Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/prisoas-coronavirus-e-solturavirus/> Acesso realizado em: 20/04/2020.

81 "Por conoronavírus, Portugal aprova mecanismo que pode libertar até 15 % da população carcerária" Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/para-reduzir-risco-de-covid-19-parlamento-de-portugal-aprova-libertar-presos.shtml> Acesso realizado em: 20/04/2020.

Contrariamente às recomendações das autoridades sanitárias, o Brasil mantém o superencarceramento como política de Estado, apesar do grave risco para a vida e a saúde das pessoas privadas de liberdade. Cabe a pergunta: por quê?

Ignorar os efeitos dramáticos da entrada e proliferação deste novo vírus em um sistema prisional já superlotado, precário, insalubre e responsável por todo tipo de violações aos direitos humanos, faz parte de uma estratégia silenciosa para continuar, e agora de forma mais acelerada, com a política de eliminação de corpos de homens e mulheres, principalmente de jovens pobres e negros, considerados descartáveis em um país marcado, até hoje, pela sua herança escravocrata.

Em 2017, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017), Brasil deixou de ser o quarto, para tornar-se o terceiro país do mundo com maior população penitenciária, com mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade. Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), informa que o número ascendeu a 812 mil⁸², situação dramática e reveladora da elevada taxa de encarceramento no país. Segundo dados do Departamento de Informações Penitenciárias (DEPEN, 2017), 64% da população prisional é negra. São principalmente jovens, com baixa escolaridade, desempregados/as e moradores/as das periferias das grandes cidades.

Do mesmo modo, em um dos países que mais mata mulheres no mundo, o superencarceramento no Brasil, revela-se também como um problema classista, racial e de gênero⁸³. Segundo o Infopen Mulheres (2018), no país, a população carcerária feminina passou de 5.601 para 42 mil entre 2000 e 2016. Esse dado é revelador porque demonstra que, em que pese o Brasil ocupar o quarto lugar em números absolutos com maior quantidade de mulheres presas no mundo, apenas atrás de Estados Unidos, China e Rússia; entre 2000 e 2016, as taxas de encarceramento desses países cresceram em proporções bem diferentes. Enquanto a taxa de Estados Unidos nesse período não chegou a 20%, a de China subiu em 105% e a de Rússia diminuiu em 2 %, a de Brasil cresceu 455%.

Com isso queremos dizer que, nos últimos anos e até hoje, o Brasil é o primeiro país no ranking mundial pela velocidade com a que encarcera as mulheres de seu país. Mas, quem elas são?

82 “CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5 % não têm condenação”. G1-Brasília 17/7/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml> Acesso realizado em: 15/04/2020.

83 “A curva ascendente do encarceramento feminino”, Revista Práxis nº 103/Ano 2020/CRESSRJ, p.16 Acesso realizado em: 16/04/2020.

Boiteux (2016, p.18), analisa o perfil das mulheres presas no Brasil e observa que 80% são mães, jovens (50%), solteiras (57%), negras (68%), com baixa escolaridade (50% com ensino fundamental incompleto), desempregadas ou inseridas em empregos precarizados, em prisão preventiva (32%) ou condenadas principalmente a penas entre 4 e 8 anos (35%), em regime fechado (45%).

O delito de tráfico de drogas é o responsável por mais de 60% das detenções. A Lei 11.343/2006, chamada lei de Drogas, é o marco legal que possibilitou esse aumento exponencial da taxa de encarceramento feminino no Brasil. A mencionada lei abre brechas para interpretações subjetivistas e racistas que habilitam juízes a determinar sentenças como “usuárias” ou “traficantes”, segundo a procedência social da acusada. Por ser considerado crime hediondo, as mulheres condenadas por tráfico praticamente não recebem indulto e as penas implicam praticamente sempre na privação da liberdade, apesar desses delitos, a maioria das vezes, serem cometidos sem violência. A taxa de mulheres presas no país é superior ao crescimento masculino, o que revela que a seletividade penal se alicerça na desigualdade de classe e gênero e na opressão étnico-racial.

A relação que normalmente se pressupõe no discurso popular e acadêmico é que o crime gera castigo. Ângela Davis convida a dissociar essa vinculação que se estabelece como óbvia e natural. É menos o delito e sim a origem de classe e de raça o que determina quem vai e quem não vai à prisão:

Castigo pode ser conseqüência de outras (...) [determinações], e não (...) conseqüência inevitável do crime. (...) Independentemente de quem cometeu ou não cometeu um crime, a punição, em síntese, pode ser vista como conseqüência da vigilância racial (DAVIS, 2019, p.39).

A mesma autora sustenta como hipótese que a prisão é uma instituição profundamente conectada com a manutenção do racismo. O sistema carcerário torna natural a violência decretada contra as minorias raciais ao institucionalizar uma lógica circular viciosa: os negros estão presos porque são criminosos, e, se estão presos, é porque mereceram. E “se mereceram” por que haveria agora que dar-lhes algum tipo de “privilégio” que autorize o desencarceramento em contexto da pandemia da COVID-19?

Não é novidade que a população prisional vive sistematicamente seus direitos violados e práticas de tortura, como pena, permanecem. Neste sentido e com os dados acima elencados: “seria possível falar em democracia racial ou negar racismo como pilar das desigualdades sociais no Brasil”? (BORGES, 2018, p.17).

Não há dúvida que são jovens negras e negros, o foco da ação genocida do Estado no Brasil. Essa seletividade punitiva (que é histórica) demarca com precisão quem são e continuarão sendo as principais vítimas fatais da COVID-19 no sistema, caso não se adotem medidas para conter a expansão da pandemia no interior dos presídios.

Mas, por que este governo de corte fascista se importaria com a vida e a saúde de presos e presas? Acaso recentemente o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, não disse aos investidores que reduzir mortes por coronavírus era pior para a economia⁸⁴? Não assistimos a demora e os entresves burocráticos do governo para que trabalhadores/as que perderam seus ingressos pela pandemia recebam o auxílio emergencial de R\$ 600 reais, e, enquanto isso, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, já garantiu mais de R\$ 1,2 trilhões ao mercado financeiro⁸⁵?

A prioridade do governo é salvar os lucros e não a vida de trabalhadoras/es, ainda muito menos de pessoas presas, consideradas por grande parte da sociedade, indesejáveis. Em contexto de pandemia, nada tem se modificado com relação às já existentes (péssimas e inumanas) condições de detenção no Brasil.

A precária assistência à saúde de presos e presas pela falta de medicamentos e de profissionais contratados, a existência de doenças preexistentes como tuberculose e HIV que hoje é responsável por mais de 60% das mortes⁸⁶, a escassez (e sempre duvidosa qualidade) dos alimentos, a inatividade forçada, o intenso sofrimento emocional (registram-se altas taxas de suicídios nas prisões), a falta de leitos e colchões, a falta de luz elétrica e água potável em unidades de detenção superlotadas e sem adequada ventilação, entre outros determinantes, fazem com que o coronavírus encontre condições muito favoráveis para uma rápida proliferação.

84 “Presidente do BC diz a investidores que reduzir mortes por coronavírus é pior para a economia”. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/16/banco-central-presidente-coronavirus-economia/> Acesso realizado em: 14/04/2020.

85 “Bancos e bilionários primeiro: a operação resgate do governo do capitão”. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/09/bancos-e-bilionarios-primeiro-operacao-resgate-do-governo-do-capitao/> Acesso realizado em: 14/04/2020.

86 Informação obtida no texto do projeto de lei 978/2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870313 Acesso realizado em: 19/04/2020.

Embora este quadro de situação se encontre registrado, provado e denunciado pelos organismos de direitos humanos⁸⁷, o governo e parte importante da sociedade civil, parecem ignorá-lo.

Enquanto isso, sabemos que existem casos de COVID-19 nos presídios brasileiros, porém, a maioria deles, subnotificados. Cria-se desta forma a falsa sensação que o problema "está controlado" com o impedimento da entrada dos familiares para a realização de visitas.

Embora a estratégia política negacionista do governo, casos de COVID-19 registraram-se oficialmente desde o início do mês de abril em distintos estados de Brasil. Primeiro no sistema prisional de Pará, logo em Ceará, e somente o dia 12 de abril, a Administração Penitenciária do Distrito Federal confirmou 18 agentes penais e 20 presos infectados com a doença, fato que prova a subnotificação nos presídios⁸⁸.

O dia 16 de abril foram registrados cinco casos de agentes infectados pelo coronavírus no Estado de Rio de Janeiro. Entre os dias 17 e 18 de abril do corrente, e em menos de 24 horas de diferença, morreram dois detentos no sistema penitenciário fluminense com suspeita de COVID-19, sendo um deles, uma pessoa de 73 anos⁸⁹. Por ser considerado dentro do grupo de risco: o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) não poderia ter concedido a prisão domiciliar para evitar esse contágio e morte?

Precisamente um mês antes dessas mortes, dia 17 de março, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Recomendação nº 62, emitia orientação a tribunais e magistrados para adoção de medidas preventivas à propagação deste novo vírus no sistema prisional e socioeducativo:

(...) Sugere-se a reavaliação de prisões provisórias, especialmente quanto a grupos mais vulneráveis (como mães, portadores de deficiência e indígenas) ou quando o estabelecimento estiver superlotado ou sem atendimento médico. Recomenda, ainda, reavaliação de prisões preventivas com prazo superior a 90 dias ou que resultem de crimes menos graves, além de indicar que novas ordens de prisão devem respeitar 'máxima excepcionalidade' (...) Recomenda a opção pela prisão

87 Documentos emitidos pelo Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) sobre os impactos da pandemia no sistema prisional. Disponível em: <http://mecanismorj.com.br/relatorios/>.

88 "Covid-19 chegou às prisões e o resultado pode ser trágico para toda a sociedade". Disponível em: <https://ponte.org/artigo-covid-19-chegou-nas-prisoas-e-resultado-sera-tragico-para-toda-sociedade/> Acesso em 21 de abril de 2020.

89 "Primeira morte de preso pela Covid-19 no Brasil é registrada no Rio de Janeiro". Disponível em <https://ponte.org/primeira-morte-de-presos-pela-covid-19-no-brasil-e-registrada-no-rj/> Acesso em 22 de abril de 2020.

domiciliar aos presos em regime aberto ou semiaberto ou quando houver sintomas da doença, assim como suspensão da obrigatoriedade de apresentação em juízo pelo prazo de 90 dias nos casos aplicáveis. (Recomendação CNJ 62/2020)⁹⁰.

O preso de 73 anos falecido no Rio de Janeiro dia 17 de abril, apresentava sintomas de COVID-19 desde o dia 9 de abril e estava alocado em uma prisão superlotada, então, segundo a Recomendação CNJ 62/2020, poderia ter sido desencarcerado.

Atualmente, partidos e organizações políticas vinculados à defesa de direitos humanos demandam a aprovação de um projeto de Lei (Lei n. 978 de 2020), de autoria do Deputado Federal Glauber Braga e da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ), que busca reduzir o número de pessoas presas como medida urgente para prevenir o contágio da COVID-19 no sistema prisional e socioeducativo.

Em nota oficial de apoio⁹¹, organismos de direitos humanos observam:

O PL 978/2020 propõe medidas concretas de redução da população prisional e de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, em consonância à Resolução n. 62 do Conselho Nacional de Justiça. A substituição da pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto, das medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade, ou mesmo da prisão provisória por prisão/internação domiciliar ou outras medidas cautelares alternativas à prisão para pessoas do grupo de risco, idosas, gestantes, lactantes e mães ou portadoras de doenças preexistentes, incluindo também casos que não envolvam violência ou grave ameaça, com penas inferiores a 4 anos, é factível e evitará que pessoas sob a tutela do Estado estejam expostas a maior risco de contaminação e agravamento da doença em razão das condições inconstitucionais a que são submetidas dentro do sistema prisional. O PL está em plena conformidade com o que o ordenamento jurídico e com recomendações internacionais, como a divulgada em 10 de abril de 2020 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁹².

90 "Covid-19: CNJ emite recomendação sobre sistema penal e sistema socioeducativo." Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/covid-19-cnj-emite-recomendacao-sobre-sistema-penal-e-socioeducativo/> Acesso em 20 de abril de 2020.

91 Assinam esta petição as seguintes organizações: MCPT/RJ, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec, Coletivo Arte Solidária, Autônoma e Militante – Coletivo ArtSam, Conectas Direitos Humanos, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, Instituto de Defensores de Direitos Humanos – DDH, Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD, Instituto de Desenvolvimento de ações sociais – IDEAS, Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, Justiça Global, entre outras.

92 Nota completa disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/324853/entidades-assinam-nota-de-apoio-a-pl-que-propoe-reducao-da-populacao-prisional> Acesso realizado em: 22/04/2020.

Faltando uma semana para finalizar o mês de abril de 2020, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) existem 96 casos confirmados, 3 mortos e 181 casos suspeitos de COVID-19 nas penitenciárias brasileiras, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados que lideram com 48 e 49 internos em investigação respectivamente. Por sua vez, dos casos confirmados, 75% concentram-se no Complexo Penitenciário da Papuda (DF)⁹³.

Ao invés de promover o desencarceramento, a pandemia tem sido utilizada para suprimir direitos, mais uma vez. Além da proibição da entrada de familiares em todos os estados da federação (se sabem fundamentais para levar artigos de primeira necessidade como alimentos e vestimentas que o Estado não oferece), 14 estados⁹⁴ e o Distrito Federal suspenderam o atendimento de advogados e defensores, profissionais que, muitas vezes, recebem as denúncias de falta de água, comida estragada, violência e torturas, etc e que neste momento, seu trabalho se torna ainda mais importante.

Para concluir, em contexto de COVID-19, considera-se fundamental como categoria profissional orientada por seu Projeto Ético-Político, investir em reflexões que possibilitem problematizar a pandemia buscando suas conexões (causas e desdobramentos) no movimento da totalidade social, destruindo as concepções fetichizadas que, por exemplo, atribuem a responsabilidade pelo contágio de seres humanos aos hábitos alimentares chineses.

Para Mézáros (1996), o modo de produção capitalista, pautado na busca incessante e crescente de lucro determina uma disjunção radical entre produção para a satisfação das necessidades humanas e produção para a auto-reprodução do capital. Existe uma completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor no interesse da auto-realização ampliada do capital, traço essencial do sistema do capital desde seus primórdios até os dias atuais.

Levanta-se como hipótese que o contágio de seres humanos com o novo coronavírus está relacionado aos desequilíbrios ambientais provocados pela forma irracional de organizar a

93 Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/papuda-concentra-75percent-dos-presos-infetados-com-covid-19-no-brasil/ar-BB134SD0>. Acesso realizado em: 23/04/2020.

94 Esses estados são: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Maranhão, Tocantis, Sergipe, Acre, Piauí e Matro Grosso (além do DF). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-17/sem-visitas-nem-acesso-a-advogados-presos-temem-coronavirus-primeira-vitima-morre-em-cadeia-do-rio.html>. Acesso realizado em: 23/04/2020.

produção e o consumo no capitalismo⁹⁵.

Considera-se, portanto, que as causas da pandemia estão conectadas a este modo de produção pautado na exploração e na superexploração da força de trabalho, no extermínio dos "sobrantes" e na apropriação predatória e no esgotamento dos recursos naturais disponíveis no planeta.

Chama-se a atenção sobre a tarefa fundamental que continuaremos a ter: aliar as reflexões teóricas com propostas concretas de trabalho profissional que fortaleçam as articulações entre a categoria de assistentes sociais e as organizações sociais e políticas de defesa de direitos humanos. Atividades profissionais interdisciplinares, intersetoriais e coletivas contribuem para dar visibilidade pública à violação dos direitos humanos e construir estratégias para reverter o cenário de barbárie capitalista que a pandemia intensificou.

REFERÊNCIAS

- BOITEUX, Luciana. *Encarceramento feminino e seletividade penal*. In: Rede de Justiça Criminal. Discriminação de gênero no sistema penal. Edição 9, Setembro de 2016.
- BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.
- DAVIS, Ângela. *A democracia da abolição*. Para além do Império, das prisões e da tortura. 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Difel, 2019.
- _____. *Estarão as prisões obsoletas?* 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN atualização - Junho de 2016. Brasília - DF: Ministério de Justiça e a Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.
- Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Mulheres, 2ª Edição. Brasília - DF, 2018.
- Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1996.

95 Jornal Página 12. "No le hechen la culpa al murciélago". [Diante a questão] *De donde proviene el virus?* [Pesquisadora uruguaia Silvia Ribeiro responde]: "todos los virus infecciosos de las últimas décadas están muy relacionados a la cría industrial de animales. Nosotros -del grupo ETC y de GRAIN-, ya habíamos visto con el surgimiento de la gripe aviar en Asia, y de la gripe porcina (que luego le pusieron A H1N1 para que sea un nombre más aséptico), también del SARS, que está relacionado a la gripe aviar, que son virus que surgen en una situación en donde hay una especie de fábrica de replicación y mutación de virus que es la cría industrial de animales". [Diante a questão] *¿Es posible ubicar a los responsables de esta pandemia?* [Pesquisadora uruguaia Silvia Ribeiro responde]: "Es el típico mecanismo del sistema capitalista, que crea enormes problemas que van desde el cambio climático hasta la contaminación de las aguas, de los mares, la crisis enorme de salud que hay en los países por la mala alimentación, pero también por los tóxicos a los que está expuesta, que producen una crisis de salud en los humanos. Por supuesto el sistema capitalista no lo va a revisar, porque para eso tendría que afectar los intereses de las empresas transnacionales que son las que acumulan, las que concentran tanto desde la cría industrial de animales, como los monocultivos, como incluso las empresas forestales y la deforestación hecha en forma comercial. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/256569-no-le-echen-la-culpa-al-murcielago> Acesso realizado em: 2/04/2020.

PARTE III

EM TEMPOS DE PANDEMIA

Propostas para a defesa
da vida e de direitos sociais

ESPAÇO, EXPERIÊNCIAS E SUJEITOS

CAPÍTULO 15

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Feitiço do espaço

Rosemere Maia⁹⁶

Não é necessário sair de casa.
Permaneça em sua mesa e ouça.
Não apenas ouça, mas espere.
Não apenas espere, mas fique sozinho em silêncio.
Então o mundo se apresentará desmascarado.
Em êxtase, se dobrará sobre os seus pés

Franz Kafka

Não por acaso, o título que atribuí a este artigo remete a um filme de 1993, dirigido por Harold Ramis, intitulado "Groundhog day" ("O dia da marmota", em tradução literal), que no Brasil recebeu o nome de "Feitiço do Tempo". Para aqueles que não o assistiram, trata-se de uma comédia (mas também poderia ser um filme de "terror" ou drama, se assumíssemos a perspectiva do protagonista), onde Phil, um jornalista um tanto quanto mal-humorado (interpretado por Bill Murray), chega a uma pequena cidade americana para a cobertura do Dia da Marmota.

Durante o referido evento, o simpático animal, assemelhado a um esquilo, tem como missão anunciar, ou não, a chegada prematura da primavera. Phil, nada satisfeito com a tarefa que lhe fora atribuída, deixa evidente, logo de imediato, seu desejo de terminar rapidamente a matéria jornalística e retornar ao seu "mundo". Entretanto, uma nevasca o obriga a pernoitar na cidade. O problema é que, ao acordar, lá está ele, novamente, em meio ao tal evento, na mesma data em que chegara à Punxsutawney, vilarejo da Pensilvânia. O tempo, por não avançar, obriga o protagonista a viver, por dias a fio, as mesmas situações – e o que é pior, com todas as lembranças em relação ao que ocorreu desde que pôs os pés naquele lugar. Por meio dessa experiência repetida, Phil vai, dia-após-dia, demonstrando outras facetas, outras perspectivas em relação a si e ao outro, tirando partido da previsibilidade.

Bem, a intenção não é dar *spoiler* sobre o filme, mas chamar a atenção dos leitores para o contexto atual, onde muitos de nós estamos diante de uma situação que talvez não tenhamos

96 Professora Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ.

vivenciado nem mesmo nos nossos piores pesadelos. A COVID-19, doença que assumiu um caráter pandêmico, vem, desde janeiro, levando-nos a dormir e acordar no “dia da marmota”, onde esperamos ouvir notícias que nos indiquem se a “primavera” chegará mais cedo, ou se ainda viveremos um longo “inverno”. No filme, Phil, embora acordasse no mesmo dia, tinha diante de si a possibilidade de circular pelas ruas, encontrar pessoas, ainda que o aprisionamento ao/pelo tempo lhe furtasse o poder de seguir em frente e viver um novo dia. E quanto a nós? Não só estamos aprisionados no tempo – com um sentimento de que estamos vivendo um NÃO ANO-, como estamos confinados espacialmente.

O coronavírus (SARS-COV-2) tem sido implacável e já vitimou mais de dois milhões de pessoas entre a data reconhecida oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como sendo aquela em que ocorreu o registro do primeiro caso (8 de dezembro de 2019, na China) e meados de abril, quando este artigo está sendo por mim escrito. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26 de fevereiro, em São Paulo. Desde então, em termos globais, quase duzentos mil mortos foram contabilizados e, como têm indicado os pesquisadores, ainda estamos distantes do alcance de medidas eficientes (sejam vacinas ou medicamentos), capazes de conter o avanço da pandemia e, conseqüentemente, de sua letalidade.

Diante do quadro atual, as recomendações feitas pela OMS, por infectologistas, virologistas e demais especialistas seguem, basicamente, numa mesma direção: a de que a contenção da COVID-19 - ou, pelo menos, o que se convencionou chamar de “achatamento da curva”- requer a adoção de medidas de distanciamento e/ou isolamento social, algumas mais brandas, outras mais radicais, a depender do contexto onde a doença se alastra.

“Confinamento” e “quarentena” tornaram-se lugares comuns no nosso cotidiano e, sob a orientação de permanência em casa, precisamos redimensionar ou subverter a nossa relação não só com o tempo (como já dito acima), mas também com o espaço. É aí que um novo feitiço se coloca nas nossas vidas.

Circunscritos ao universo da casa, somos levados a readequá-la em todos os aspectos. Passamos a perceber que ela não se configura, pura e simplesmente, numa edificação, numa estrutura arquitetônica. Fruto do sentido que a ela atribuímos, passa, desta forma, a ter “voz” e “alma”. Como expus em artigo anterior (MAIA, 2012), a casa reflete a dinâmica econômica, as desigualdades sociais. Transmuta-se em território e/ou lugar; torna-se lócus de afagos e dissensos. É, como sugere Lindón (2006, p. 24) espaço

**Figura 1**

A casa e
seus "feitiços"
Bárbara Maia

carregado de sentidos, de memória, de sonhos e fantasias. Segundo Vallejo (1975, p.77), "as casas novas estão mais mortas que as velhas, porque seus muros são de pedra ou de aço, mas não humanas. Uma casa vem ao mundo não quando a acabam de edificar, mas quando começam a habitá-la. Uma casa vive unicamente de homens".

É justamente essa percepção da casa como prenhe de significados que me fez, neste contexto de pandemia e de apelo ao "distanciamento social" – que, objetivamente, pode ser traduzido como confinamento-, desejar repensá-la como espaço capaz de alterar nossa forma de ver e experimentar o mundo; nossas relações sociais (familiares, amorosas e de amizade) e de trabalho; nossas estratégias de manifestação política; o consumo de bens e serviços; as expressões culturais. Muitos são os sentidos e usos assumidos pela casa no momento atual e, poderíamos dizer: muitos são os feitiços que ela nos lança, cotidianamente.

Nunca havia permanecido tanto tempo em casa e, devo confessar, não tem sido fácil manter a sanidade entre quatro paredes. Creio que tal sentimento seja partilhado por quase todas as pessoas do mundo que, hoje, vivenciam, de forma compulsória, situação semelhante. A rua teve que ser esvaziada, "abandonada", reforçando uma suposta dissociação entre ela e a casa que, em períodos de normalidade, talvez não exista. Da Matta, em sua obra "A casa e a rua" (1997, p. 56-57), demonstra a complexidade e as ambiguidades presentes na relação entre

estes dois espaços e, mais que isso, a possibilidade de um “tornar-se” o outro, em decorrência tanto de características objetivas, quanto de formas de apropriação simbólicas/ territoriais. Práticas que antes eram desenvolvidas no espaço público, em instituições, em empresas adentram o espaço doméstico, assim como de nossas janelas emanam protestos, expressões de afeto, ações solidárias.

A casa nunca assumiu, em outros momentos e em escala global, tamanha função de abrigo como nos dias hodiernos. Uma função que não se refere, exclusivamente, à proteção ante às intempéries ou -, como era para alguns, até bem pouco tempo atrás- à violência urbana ou a situações de guerra ou conflito. Hoje, buscamos em casa quase que uma apartação em relação ao mundo exterior, cujo maior vilão é invisível, mas nem por isso menos perigoso ou mortal. Inimigo cujas trancas, câmeras de segurança, cercas eletrificadas, guaritas ou quaisquer outros mecanismos não são capazes de evitar. Inimigo que pode invadi-la não de arma em punho ou arrombando a porta, mas driblando nossa vigilância ao pegar carona nas sacolas que chegam dos supermercados, nas roupas e calçados que usamos, nas nossas próprias mãos ou nas conversas desprotegidas (sem uso de máscaras) que entabulamos com vizinhos ou pessoas que nos prestam algum tipo de serviço. Pode chegar, também, através de algum familiar ou amigo que nos visite - daí o mais prudente, seja retirar da porta o famoso tapete de “boas vindas”. Nessa tentativa de transformação da casa num verdadeiro “bunker” (LINDÓN, 2006), deixamos claro o medo em relação ao que está fora- o contexto hostil-, sentimento este que pode gerar, segundo a mesma autora, condutas fóbicas, como a topofobia (aversão, preconceito, repulsa a determinados lugares, paisagens e regiões) e a agorafobia (medo de ficar em ambientes desconhecidos ou em meio à multidão).

Simmel (1996, p.12) sugere que, ao contrário da parede (que para ele é muda, inarticulada), a porta fala. Mesmo em tempos de pandemia, quando interpõe limites entre nós e o mundo exterior, ela mantém viva e desejada a possibilidade da abertura (daí deriva sua magia), pois, como diria o autor,

homem é de tal maneira um ser-fronteira que não tem fronteira. O fechamento de sua vida doméstica por meio da porta significa que ele destaca um pedaço da unidade ininterrupta do ser natural. Mas assim como a limitação informe toma figura, o nosso estado limitado encontra sentido e dignidade com o que materializa a mobilidade da porta: quer dizer com a possibilidade de quebrar esse limite a qualquer instante, para ganhar liberdade (SIMMEL, 1996, p.12).

Num momento em que as portas das casas vivem literalmente fechadas, as janelas tornam-se o principal contato com o que nos rodeia, resguardando-nos do risco de contágio pelo vírus. Através das janelas, temos visto nasceres e pores de sol; temos estabelecido algum tipo de relação com os vizinhos; temos observado o vai-e-vem de automóveis e de pessoas que, por opção ou por obrigação, rompem o isolamento. Talvez em nenhum outro período histórico, as janelas (assim como as varandas e sacadas) tenham sido tão apropriadas pela população.

Novas formas de interação comunitária, novos experimentos culturais, novos modos de fazer política surgiram desde a chegada do coronavírus. Vêm das janelas os frequentes painelaços em protesto às medidas insanas tomadas por governantes e, também delas, emanam os aplausos destinados aos profissionais de saúde que estão na linha de frente no combate à COVID-19. As janelas tornaram-se ágoras contemporâneas, lugar de manifestações. A partir delas são realizadas festas de aniversários, com participação de amigos que vivem num mesmo prédio ou condomínio. Pelas janelas, moradores assistem a filmes exibidos nas fachadas dos edifícios situados ao redor, assim como deleitam-se com o talento de vizinhos músicos, cantores; também aproveitam as sessões de ginástica oferecidas por algum personal trainer residente na localidade.

Outros instrumentos acabam igualmente transmutados (ou melhor, potencializados) em janelas. O computador e o smartphone têm favorecido nosso contato imediato com parentes e amigos. Associados à TV, colocam-nos a par das notícias sobre a propagação da pandemia - e, nesse campo, há um bombardeio de informações. São números de infectados e mortos que crescem exponencialmente, cenas que remetem a períodos de guerra, provocando-nos angústia e sentimento de impotência, ao mesmo tempo em que nos conscientizam de que a casa, e somente ela, será ainda, por muito tempo, o lugar mais "asséptico" e seguro para permanecermos.

Em tempos em que netos não devem visitar seus avós, onde relações amorosas foram suspensas, em que não pode haver aglomeração em determinados espaços, proliferam as *lives* de artistas, as chamadas por vídeo, o sexo virtual, as reuniões de trabalho, as defesas de tese e dissertações, as refeições de grau. Adentramos outras casas e permitimos que, através destes recursos, nossa privacidade de alguma forma seja também invadida. Nossos encontros não exigem tanta produção e investimento em artigos de vestuário. Se a ideia é comemorar o

aniversário com um amigo, basta um bolinho feito em casa e a convocação da turma para um brinde (cada um no seu quadrado, literalmente), onde o “zoom” coloca todos lado a lado para que se cante “Parabéns pra você!” E, mesmo que o aniversariante more num quarto e sala, a magia acontece. A depender do aplicativo usado, ele poderá ter na sua “festa” uma centena de convidados.

Através das videoaulas, crianças, adolescentes e jovens universitários têm mantido a rotina de estudos através da Educação a Distância (EAD), numa tentativa de redução dos danos provocados pela suspensão das atividades presenciais, atendendo às recomendações de distanciamento social. Nova realidade à qual toda a família precisa se adaptar, seja em função da necessidade de criação de uma ambiência adequada para tal, seja em decorrência das maiores demandas quanto ao auxílio na realização de tarefas que tendem a recair sobre os pais- nem sempre disponíveis (à medida que também se encontram envolvidos com um sem número de atividades domésticas), tampouco preparados em termos pedagógicos.

A casa, em tempos de pandemia, ficou sujeita aos feitiços derivados do mundo do trabalho. O *home office* chegou a muitos trabalhadores como a única alternativa de manutenção de emprego e dos rendimentos. Se, por um lado, o trabalho em casa isenta o trabalhador de horas gastas em deslocamentos até a empresa- tornadas ainda mais penosas por conta das condições do trânsito e dos transportes públicos-, por outro apresenta-lhe novos desafios e armadilhas, como a adequação do ambiente doméstico a esta nova realidade, e mesmo a ampliação de alguns riscos ergonômicos (esforço físico, postura inadequada, controle rígido de produtividade, situação de estresse, jornada de trabalho prolongada, dentre outros aspectos), o que pode gerar adoecimento físico e mental e interferir na dinâmica familiar. Em situação de *home office*, o trabalhador igualmente sofre prejuízos no que se refere ao sentimento de pertencimento a uma categoria profissional, o que traz impactos indelévels na formação de uma identidade e consciência de classe.

Dias e dias se sucedem, repetidamente, impondo-nos restrições quanto à circulação. Tempo e espaço, em plena sintonia, enfeitam-nos e nos deixam entrincheirados, caminhando de um cômodo ao outro de casa, buscando identificar os sons ao redor: do caminhão de coleta de lixo, de passos pelo corredor, de sirenes, de aviões, das conversas entre vizinhos; de músicas que, a depender do horário, podem nos alentar ou, quando tarde da noite, transformam-se em verdadeiros tormentos. Olhando através da janela, passamos a desejar a rua, como se ela lá não mais estivesse. Mas está! E por ela circulam muitos que não

tiveram, como nós, a mesma chance de buscar a segurança de uma bolha ou de um bunker. São eles que movem a economia (pois, como tem sido o mantra repetido pelas elites, ela não pode parar), e/ou estão na linha de frente do combate ao coronavírus. Há outros que também estão em casa. Sem qualquer proteção, sem trabalho e sem meios de sobrevivência, seguem em direção a dias ainda mais incertos que os nossos. E mesmo que a retórica seja a de que “o vírus é democrático, não escolhe classe social”, fica patente que é mais pernicioso em relação aos “sem-proteção”, aos “sem-casas”, aos “sem-máscaras”. E o que resta a nós e, principalmente, a eles é o *medo*, que segundo Bauman (2008, p. 8), “é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.”

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- DA MATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- LINDÓN, A. La casa búnker y la deconstrucción de la ciudad. *Revista Liminar. Estudios sociales y humanísticos. Tuxtla Gutiérrez*, año 4, vol. IV, núm. 2, p. 18-35, diciembre de 2006. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/pdf/liminar/v4n2/2007-8900-liminar-4-02-18.pdf> Acesso em 21 de abril de 2020.
- MAIA, Rosemere. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. *Revista Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 339-352, jul/dez. 2012.
- SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. *Política e Trabalho*, n. 12, p. 10-14, set. 1996.
- VALLEJO, César. *Obra poética completa*. La Habana: Casa de las Américas, 1975.

CAPÍTULO 16

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Pandemia, experiência e sociedade atual: Contribuições de Walter Benjamin

Rogério Lustosa Bastos⁹⁷Lizete Quelha de Souza⁹⁸

COVID-19, a experiência e a “Máscara da Morte Rubra”

Na sociedade do capitalismo atual, ainda que o homem siga com várias contradições que assinalam suas misérias e uma desigualdade absurda, Poe (1981) argumenta que toda manhã a luz no firmamento atinge os territórios mais pantanosos e obscuros do orbe. O curioso é que esse fenômeno não se dá apenas no firmamento, mas pode ser partilhado por cada homem, menos de forma metafísica e mais pela partilha de suas experiências.

Se, de um lado, podemos entender o COVID-19 como um vírus que está matando grande parte da população mundial, já que, até o momento, ainda não existe vacina, de outro, esse vírus também faz aflorar questões sociais que, agora sob a pandemia, ganham nítida visibilidade, causadas principalmente pela ordem neoliberal que rege os governos. Observa-se, sobretudo, que o “fique em casa”, embora seja a decisão certa, pois a taxa de letalidade diminui, encerra enormes contradições. Vejamos: há pessoas que moram na rua, outras residem em favelas cujo saneamento básico inexistente; há grupos que, diante do confinamento, ficam totalmente sem renda; e existe a elite endinheirada, que é radicalmente contra pagar imposto sobre grandes fortunas e lucros de aplicações. Então os governos buscam instituir leis para que quem “pague o pato” sejam os trabalhadores (privados ou públicos). Além disso, quando as pessoas ficam infectadas, o sistema público não tem leitos, nem respiradores suficientes e outros equipamentos de proteção,

97 Professor Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Marxismos, Teoria Crítica e Subjetividade (EMARCS-UFRJ). Foi Professor-Visitante na Universidade de Colônia (Alemanha) e publicou, entre outros livros, *O Pensamento de Marcuse versus o Capitalismo Tardio* (Rio de Janeiro: Azougue Ed., 2017).

98 Doutora em Memória Social pela UNIRIO. Professora Adjunta IV do Depto. de Saúde Coletiva da UNIRIO. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marxismos, Teórica Crítica e Subjetividade (EMARCS-UFRJ).

situação cruel que pode levar ao óbito tanto de pacientes quanto de profissionais de saúde. Isso sem contar que, em geral, o confinamento tende a aumentar os problemas domésticos, que não se reduzem apenas ao fator econômico. Assim, o que se observa é o aumento de violência doméstica, separações, depressões e diferentes conflitos.⁹⁹ Enfim, diante desse quadro, discutiremos aqui esses problemas, à luz da teoria crítica, em especial pelo viés da pobreza da experiência diante do capitalismo globalizado, conforme a perspectiva de Walter Benjamin.¹⁰⁰ Antes de desenvolvermos nosso tema, vejamos, mediante uma narrativa literária, uma caracterização do que Benjamin entende por *experiência*. Tomemos então o conto “A Máscara da Morte Rubra”, de Poe (1981b), cuja trama passamos a sintetizar e comentar a seguir.

Certo dia, em um determinado país, os homens foram atacados por um peste, que recebeu a denominação de “Morte Rubra”. Em poucos dias, a peste não só se espalhou por todo canto, mas também, como não havia um remédio eficaz para eliminá-la, estava levando muitos à morte. No país havia um líder: o Príncipe Próspero. Bastou que a peste aumentasse a taxa de letalidade do reino para Próspero mostrar seus propósitos: reuniu as pessoas mais bonitas e felizes do reino (bonitas e felizes – claro – de acordo com os valores dele) e foi com elas para uma espécie de paraíso particular. Próspero se mudou para uma espécie de redoma de vidro, cuja finalidade não era preservar a vida de todos, mas só as vidas de um número reduzido de eleitos. Assim, enquanto outros comuns não dispunham de medidas que realmente afastassem a “Morte Rubra”, somente esses eleitos, em aliança com uma liderança apequenada, viveriam em lugar seguro. Enfim, o líder foi para uma região cercada por uma muralha considerada intransponível. Além disso, colocou sua guarda de prontidão para impedir que tanto alguém entrasse no reino quanto pudessem sair os que lá estavam: “Com tais precauções, podiam os cortesãos desafiar o contágio. Que o mundo exterior se arranjasse por si. (Enfim) lá dentro, (...) segurança. Lá fora a *Morte Rubra*” (Poe, op. cit., p 282).

Marcuse (1986) sustenta que a arte tem potencial transformador não porque faz a revolução, mas por mudar a consciência; principalmente quando isso é feito de forma indireta, livre de todo julgamento moral, sem verdade única. Ora, trabalhar essa

99 Problemas decorrentes da pandemia vem sendo objeto de diversas matérias publicadas na grande imprensa, especialmente na *Folha de S. Paulo*, n^o *Globo* e no *Estado de S. Paulo*, particularmente a partir de 18 de março deste ano.

100 Para quem tiver interesse em estudar a pandemia segundo a perspectiva da luta de classes, sugerimos Davis (2020) e Harvey (2020).

consciência é nos agulhar pelo próprio protagonismo pessoal e coletivo, o que não depende de rei e/ou qualquer líder autocrático. Detalhe: a arte mostra, em geral, o mal triunfando sobre o bem, e que nem sempre há final feliz. Sim, a arte, em si, não muda esse estado de coisas; quem tem que fazê-lo é o próprio homem.

Em meados do 5º ou 6º mês, enquanto a Morte Rubra matava mais de 50% das pessoas, aconteceu algo dentro da redoma: Próspero, indiferente aos óbitos, promove uma festa de luxo só para os que viviam sob sua redoma, supostamente imune. A festa seria um baile de máscaras.

Quando o relógio do reino anunciou a meia-noite e os “eleitos” se deliciavam num carnaval privado, viram que entre eles havia um personagem bizarro: afora a roupa destoante, sua máscara parecia estar cobrindo um rosto de cadáver, e suas vestes continham sangue. Parecia estar fantasiado da Morte Rubra. Próspero, vendo aquele personagem assustando a todos, o advertiu de que, se continuasse com aqueles modos macabros, ele sentiria a sua ira. Mas, como o estranho continuou indiferente, inclusive às ameaças do príncipe, este ordenou aos guardas que o expulsassem dali. Como ninguém conseguiu fazê-lo, o próprio príncipe avançou com um punhal contra o sujeito. Ouviu-se um grito: o corpo de Próspero caiu morto. Então, os presentes avançaram sobre o mascarado cujo vulto parou ereto e imóvel. Tiraram-lhe a máscara. Surpresa: ali não havia nenhuma forma, ou melhor, tudo nele era pó...

Pandemia, sociedade consumista e a experiência em Benjamin

Benjamim (1986, 2011, 2011b) discute a questão da experiência na crítica à cultura capitalista, pois, ao mesmo tempo que ela apresenta progresso científico, tecnológico, financeiro, não faz a vida humana mudar de fato para melhor. De um lado, vamos analisar essa questão por três textos, que apresentam potencial para embasar a discussão: “Experiência e Pobreza”, “Sobre o Conceito de História” e “Destino e Caráter”. De outro, a questão será estudada com o apoio de Mitrovitch (2011, 2009), que faz leitura de Benjamin pela técnica do comentário, e de Larrosa (2017) e Konder (1988), que o estudam pela técnica de releitura.¹⁰¹

101 Podemos estudar um autor por essas duas técnicas de pesquisa teórica: comentário e releitura. A primeira consiste em o pesquisador tentar traduzir o texto o mais próximo possível aos argumentos do autor em questão. A intenção aqui é menos dizer algo inédito e mais apostar no que o mestre disse. Nesta modalidade, busca-se mais a objetividade e menos o acaso e qualquer ruído do novo. A releitura, por sua vez, além de diferir da técnica do comentário, e de não fugir do acaso e de algumas questões novas do tempo presente, não visa estudar um autor só para mostrar seu sentido literal. Evidentemente,

A partir dessas obras de Benjamin, Mitrovitch constata: (1) A experiência, no sentido de partilhar conhecimento que nos faça refletir criticamente sobre o que nos acontece e mudar de fato a existência, na atual sociedade capitalista, é algo que está em baixa. Daí nos vemos sob a pobreza dessa experiência. O porquê de tal situação, segundo o filósofo, entre outros fatores, se deve ao fato de que, sob o capitalismo atual, a narrativa de textos literários,¹⁰² que poderiam fazer pensar criticamente, perdeu sua importância. Hoje, no seu lugar, se prefere consultar o conhecimento científico, que nos apresenta a verdade sobre fatos com evidências. Não há problema algum nesse procedimento, mas, quando a perspectiva científica acaba se reduzindo apenas a um tipo de ciência aplicada e, no fundamental, só se valoriza o utilitarismo, então caímos na pobreza dessa experiência. (2) Constatando esse fato, qual o legado que se transmite para gerações futuras? Sim, a sociedade de domínio quer que se transmitam unicamente os valores de riqueza material, porém, quando esse pensamento único nos prende apenas ao consumismo, aumenta-se o vazio e a miséria da experiência, pois o homem nasceu para muito mais. Então, fica muito difícil subscrever uma formação cujo modelo é, no fundamental, um ser de sucesso, mas também um homem empobrecido. (3) Daí que, para o filósofo, sob esse contexto, é uma virtude assumir nossa pobreza de experiência: menos como algo necessariamente depressivo, mas como um canto de reconstrução na recusa a tais valores. Sim, assumir a nudez desse empobrecimento, pois, não obstante ruínas, perdas de sentidos e outros problemas similares, pode-se pensar num processo educativo em que “se ensine a sonhar, sonhos coletivos”. Isso nos exigirá, sobretudo, a reconstrução de um sujeito, uma subjetividade que não se reduza apenas ao individual (MITROVITCH, 2011, 2009).

A experiência em Benjamin, nas mesmas obras, sob a releitura, se desvela no seguinte: (1) Experiência não é propriamente tudo aquilo que nos acontece, mas sim aquilo que nos toca, desassossega e, principalmente, inspira reflexões e esforços para que realmente aconteçam mudanças significativas, tanto do ponto de vista pessoal quanto do ponto de vista coletivo (LARROSA, 2017). (2) A experiência não é excesso de informação

ambas essas técnicas possuem seu lugar na academia, sendo que a última, “Contrariamente ao comentário, se propõe não como reveladora, mas como transformadora, e [...] joga, sobretudo, com a textualidade do texto, e não com a mesmice do texto” (GARCIA-ROZA, 1994, p. 16).

102 Benjamin se refere aos livros da alta literatura (leitura dos “clássicos”), que, sem moralismos, ajudam a formar o homem, sua consciência crítica, mas também potencializam a construção e a reconstrução do protagonismo em nós, seja nas quedas, seja em outras situações extremas (PERRONE- MOISES, 1998).

e/ou acúmulo de tecnologia e avanços científicos. Não que a informação, os avanços tecnológicos e conquistas científicas não contribuam com o crescimento do humano. Mas é preciso desenvolver o pensamento crítico em relação a tais fatores, pois, do contrário, esses saberes, contraditoriamente, sob interesses de poderes autocráticos e obscurantistas, podem também nos fazer caminhar para a barbárie,¹⁰³ tal como aconteceu no nazismo e no stalinismo. (3) Se experiência é adquirir sabedoria, a qual nos faz sujeitos e não sujeitados do ponto de vista pessoal e coletivo, observa-se que a dor não necessariamente traz a experiência. Em outras palavras: se a dor e o sofrimento do homem têm como pano de fundo suas paixões; se estas têm relação com a pulsão de Eros (que agrega/constrói) e a pulsão de Tanatos (que desagrega/destrói), a questão aqui não é negar tais paixões que são inconscientes, mas trabalhá-las, a fim de que, na melhor das hipóteses, Tanatos seja posto a favor de Eros, e não o contrário. Ou seja: em tese, a dor faz parte da vida, mas a maneira de lidarmos com ela é que vai dizer se, longe de vitimização, estamos ou não colocando-a a serviço de nosso crescimento pessoal. Enfim, se não estivermos, infelizmente confirma-se a miséria da experiência, pois, como diz Benjamin, o destino não faz o homem, mas é o homem, com seus esforços, com seu caráter, que o escreve. (4) Como em geral, todos fracassamos, especialmente nessa luta de nos erguer com protagonismo, Benjamin deixa claro que assumir tal condição adversa e pobre de experiência é nos deparar com nossa nudez. Sob tal situação, vêm à tona vários equívocos que, para serem revistos, precisamos admiti-los, a fim de recriar outros modos de vida. Daí que a formação ou o processo educativo são vitais para a reconstrução de experiência mais rica, especialmente contra esses valores de uma cultura consumista que quer reduzir tudo e todos a mera mercadoria.

Principais conclusões

(1) A COVID-19, cuja letalidade abate vidas planetariamente e precisa ser enfrentada com evidências científicas, em alguns países como o Brasil trouxe à tona outro vírus que é também letal para vida social: é o vírus do neofascismo, bastante claramente caracterizado em pronunciamentos, ações e omissões de governos de diversas instâncias pelo País afora, muito especialmente no âmbito federal. O que está em curso,

103 Combatendo a barbárie fascista, Benjamin (1986, 1986b) tanto sustenta que não há documento de cultura que não seja um documento de barbárie, quanto sugere criar uma barbárie positiva: menos por armas e mais por ações de formações democráticas, dentro dessa cultura (KONDER, 1988).

no âmbito dessas movimentações políticas, pretende enterrar o estado de direito, mas de forma dissimulada: há demonizações contra o diferente, quer-se amordaçar a imprensa, perseguem-se intelectuais e pesquisadores, mas se busca manter aparências democráticas, sob uma militarização disfarçada. Sim, tudo lembra a narrativa de Poe: um “príncipe”, baseando-se unicamente na sua experiência apequenada, não toma nenhuma medida concreta contra a peste que invade seu reino; apenas toca harpa e festeja irresponsavelmente, enquanto a peste mata as pessoas. Benjamin escreveu “Pobreza e Experiência” por volta dos anos 1920 na luta contra o fascismo na Europa, quando Hitler chegou ao poder pelo voto... Pois bem: cem anos depois, faz-se necessário reagirmos coletivamente contra o vírus autoritário, desenvolvendo uma consciência crítica e histórica, o que é vital, como vimos, para a riqueza da experiência. Em outras palavras: se desenvolver a experiência é principalmente ser tocado por acontecimentos que despertem nossa crítica, neste instante é hora de a esquerda e a direita democráticas se unirem. Esta união se faz não só apoiando medidas sanitárias de acordo com a OMS, mas criando uma frente ampla, combatendo o forte pendor totalitário ora no poder, e que a cada dia avança numa cruzada de disseminação do ódio à democracia, com base em *fake news* (BUCCI, 2019).

(2) A dicotomia entre narrativas literárias e ciência foi estabelecida principalmente pelo fascismo, privilegiando apenas as ciências aplicadas, o que foi muito criticado por Benjamin, pois, à época, referendava a pobreza da experiência. Sim, Benjamin tem razão, sobretudo se pensarmos que, com o advento do nazismo nos anos 1920, havia uma ciência aplicada que usava do mito da neutralidade para esconder motivações políticas de cunho criminoso, tal como as pesquisas eugenistas feitas com seres humanos nos campos de concentração (CORNEWELL, 2003). Contudo, hoje, para combater esse vírus do novo fascismo, na luta contra a miséria da experiência, urge defendermos não a dicotomia entre ciência e arte, muito menos entre pesquisa aplicada e básica, mas sim uma ciência com consciência, o que poderá unir a ciência e arte, sobretudo na produção de textos que ampliem a compreensão do grande público e sua consciência histórica, contra todo tipo de totalitarismo.¹⁰⁴

104 Ora, se o neofascismo de hoje ganhou o poder pelo voto, não significa que a maioria que o elegeu referenda as mesmas ideias autocráticas, mas certamente essa maioria ainda não entendeu o papel vital para todos (todos...), do estado de direito. Assim, para nos opor a tal vírus autoritário, atualmente, podemos promover a divulgação científica, por exemplo, unindo ciência e arte para divulgarmos textos, vídeos etc., que se oponham ao conjunto de *fake news* que são emitidas. Esta é uma proposta, entre outras, que necessita ser pensada. A questão é que,

(3) O combate à pobreza de experiência mira, antes de tudo, o processo de formação educacional, mas este não se reduz apenas à instituição de educação. Isto significa que, de um lado, diante da cultura fascista de sua época, Benjamin sugere que possamos nos opor a ela, recriando-a por uma barbárie positiva, pois, para ele, vale lembrar, há um “e” e não um “ou” entre civilização e barbárie. De outro, este conceito se aproxima da crítica de Marcuse (1977) da cultura afirmativa. Em outras palavras, este último autor diz que, sob a ordem atual, há um pendor totalitário na nossa cultura que é disseminado na sociedade através das instituições (família, educação, saúde, religião, mídias, sindicatos etc.), criando um sujeito a favor desses valores. Para reverter tal quadro, urge repensar e modificar essa cultura, mas de dentro dela: recriando e aprimorando essas instituições de forma processual, com vistas a transformá-las em instituições mais democráticas. Sim, é bem possível que os frankfurtianos, especialmente Marcuse e Benjamin, sejam acusados de sonhadores. Konder (1988) diz que, a propósito, quando essa crítica era feita a Benjamin, ele lembrava do que dizia Ismênia a Antígona, na conhecida peça de Sófocles: “Estás correndo atrás do impossível? - Pois seja, respondia Antígona à irmã.”

REFERÊNCIAS

- BENJAMIM, W. Sobre o conceito de histórica. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- _____. Destino e Caráter. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.
- _____. Experiência e pobreza. In: *Documentos de cultura/documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: USP & Cultrix, 1986.
- BUCCI, E. *Existe Democracia sem verdade factual?* São Paulo: Estação das letras e Cores, 2019.
- CORNWELL, J. *Os cientistas de Hitler*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- DAVIS, M. Coronavírus é um mostro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e luta de classe*. Rio de Janeiro/ Brasil: Editora Sem Amos, 2020.
- GARCIA-ROZA, L. A. Pesquisa do tipo teórico. *Psicanálise e Universidade: Revista do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise da Pós-Graduação da PUC-SP*. 1º Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise, realizado em 1991. São Paulo, n 1, p: 9-32, fev. 1994.
- HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e luta de classe*. Rio de Janeiro/ Brasil: Editora Sem Amos, 2020.
- KONDER, L. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MARCUSE, H. *A dimensão estética*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. Sobre a caráter afirmativo da cultura. In: *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Volume I
- MITROVITCH, C. *Experiência e formação em Walter Benjamin*. São Paulo: UNESP, 2011.
- _____. Sobre o conceito de experiência de Walter Benjamin. In: BUENO, S. F. (Org.). *Teoria Crítica e Sociedade Contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2009.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas*. São Paulo: Cia das letras, 1998.
- POE, E. A. A máscara da morte rubra. In: *Ficção completa, poesia e ensaios*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1981.

agora, temos mais recursos para unir a ciência e a arte para ampliar a luta pela consciência crítica, o que é vital no combate à pobreza de experiência, pobreza que, infelizmente, faz alguns ainda apoiar os vários tipos de autoritarismos.

CAPÍTULO 17

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A Velhice (ainda) é somente uma palavra: COVID-19 e o envelhecimento no Brasil

Andrea Moraes Alves¹⁰⁵

Em entrevista publicada em português no ano de 1983¹⁰⁶, Pierre Bourdieu problematiza o entendimento da juventude como algo que possa ser delimitado utilizando-se, exclusivamente, o critério etário. Ele aponta para as disputas simbólicas que conformam os limites da juventude e a construção de direitos e deveres baseados na idade. Preocupado em entender o que chama de poderes simbólicos, esse autor nos leva a pensar sobre o caráter contingente da definição da juventude. Para ele, definir quem é jovem tem a ver com delimitar um campo de ações e de expectativas geracionais, distribuindo recursos e poderes entre a população. Segmentar por idade é uma forma de controle social.

Antes dele, Simone de Beauvoir escreveu um trabalho de fôlego problematizando o tema da velhice. *A Velhice*, de 1970, recolhe imagens sobre o envelhecimento na sociedade ocidental antes e depois do capitalismo e apresenta um quadro que mostra certa persistência da visão negativa da velhice ao longo do tempo e um recrudescimento dessa visão a partir do advento das modernas sociedades industriais. O tempo dessa sociedade marcado pela rapidez cronometrada da produção fabril em larga escala exacerbou a idéia da velhice lenta, improdutivo e, portanto, marginalizável. A forma mercadoria seria a metáfora perfeita para o descarte. A necessidade constante de renovação das forças produtivas geraria a preocupação com a obsolescência das coisas (e das pessoas).

Com esses dois exemplos, vemos que o tema da velhice não é novo no campo das ciências humanas e muitas contribuições importantes para pensá-la já foram feitas. Não é uma novidade dizer que a velhice é cercada de estereótipos e preconceitos e que esses são produtos de disputas de poder simbólico, como afirma Bourdieu, e se sustentam no tempo, como fala Beauvoir.

105 Professora associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

106 O título da entrevista é *A "Juventude" é apenas uma palavra*. Tomei esse título como inspiração para nomear esse artigo.

Diante disso, poderíamos dizer que o quê acontece agora com os idosos e as idosas diante da ameaça trazida pela COVID-19 nada mais é do que uma renovação dessa disputa e das discriminações que a acompanham. Em parte, sim. Mas, não é só isso.

Entre as primeiras formas de proteção social que surgiram no século XIX esteve fortemente presente o amparo ao trabalhador que envelhecia. A previdência social configurava-se como uma alternativa civilizatória de manutenção da vida daqueles e daquelas que se retiravam definitivamente do mercado de trabalho. Formas diversas dessa retirada do trabalho foram experimentadas ao longo da história e em contextos sociais distintos. Mas, a idéia fundamental da previdência como direito de cidadania residia (e ainda reside, apesar dos pesares) na noção de solidariedade geracional. Ou seja, vale o princípio de que embora segmentados por idade, fazemos parte de um mesmo conjunto. Os direitos de cidadania foram primeiro imaginados como direitos nacionais. Sendo assim, as gerações nos separam, mas a nacionalidade nos une. A previdência social como direito foi pensada nesse quadro de relação entre gerações de um mesmo país, baseada na noção de reciprocidade. No século XX, sobretudo a partir do pós-guerra, a mudança da pirâmide etária de muitos países foi apontada como razão para a erosão desse laço solidário entre gerações. O excesso de velhos seria um peso para os mais jovens¹⁰⁷. Ao mesmo tempo, foi esse mesmo século, com suas inovações tecnológicas no campo da saúde e da ampliação do acesso à educação, que permitiu não só a extensão do tempo de vida das pessoas como também a redução do número de nascimentos. Um paradoxo curioso! O ritmo dessas mudanças também obedeceu ao grau de desenvolvimento social e econômico dos países, ocorrendo primeiro nos países centrais do sistema capitalista e, posteriormente, avançando para outras partes do mundo. Em cada lugar, esse processo provocou resultados distintos.

Ao final do século XX assistimos ao desenho de novas maneiras de interpretar a velhice e o envelhecimento populacional. Alocada entre os 60 anos podendo chegar até os 100 anos em algumas sociedades, essa fase da vida passou a ser vista de forma diversificada e cada vez mais estratificada socialmente. Classe social, nacionalidade, sexo, cor/etnia, posição no ciclo doméstico¹⁰⁸ passaram a ser marcadores necessários para

107 Já foi apontado em vários estudos que reduzir o tema das reformas previdenciárias ao fator demográfico é uma falácia, não vamos entrar nesse mérito aqui. Mas, sugerimos a leitura de Denise Gentil (2019) pra quem quiser se aprofundar nessa discussão.

108 Posição no ciclo doméstico quer dizer lugar ocupado nas relações familiares e domiciliares. Por exemplo, se a pessoa tem filhos ou netos, se é casada, viúva ou separada,

classificar alguém como velho ou velha. A idade sozinha diz pouco e cada vez menos sobre o envelhecimento. Agora, na década de 20 do século XXI, o fantasma da homogeneização da velhice parece estar de volta. A COVID-19 nos fez voltar ao tempo da velhice unitária. Os slogans alertam para a alta letalidade entre os idosos e daí para as metáforas de fragilidade e dependência. No limite, até sugestões eugênicas são ensaiadas, como a escolha preferencial por salvar jovens e não idosos caso haja a hecatombe dos serviços de atendimento.

Um esclarecimento importante: do ponto de vista epidemiológico e do cuidado em saúde, como nos ensina Bourdieu, é necessário estratificar para controlar. Estabelecer fronteiras que separam os grupos populacionais de forma a fazer valer medidas eficazes de proteção. Para isso, é necessário conhecimento científico, ação pública e entes com autoridade para agir. O sistema de saúde pública precisa desses parâmetros gerais para existir. Por outro lado, também do ponto de vista do cuidado em saúde e de seus efeitos sociais, é preciso avaliar as diferenças internas aos grupos etários. Nesse sentido, aqueles marcadores que apontei acima: classe social, nacionalidade, sexo, cor-etnia, posição no ciclo doméstico têm papel relevante para qualificar de qual letalidade estamos falando, quem são os idosos e as idosas atingidos por ela.

Os dados em relação à pandemia no Brasil são frágeis, pois há subnotificação e ausência de testes. Além disso, nosso perfil demográfico não é igual ao de países como Espanha e Itália onde as faixas acima de 60 anos são mais presentes na população. Ainda somos um país relativamente jovem do ponto de vista demográfico, embora com crescimento constante do grupo etário com mais de 60¹⁰⁹. Não temos também a divulgação regular das estatísticas da pandemia por faixa etária. Mas, segundo o que foi notificado recentemente pessoas com mais de 60 anos e com pelo menos um fator debilitante (problemas de coração, pulmão ou diabetes) são a maioria das vítimas¹¹⁰. Não sabemos o que mais caracteriza esse grupo e em que medida essas características podem ajudar a entender melhor o perfil das vítimas mais velhas. Portanto, o que temos de informação disponível não permite qualificar de quais idosos estamos falando o que contribui para projetar uma imagem monolítica desse grupo.

se convive com filhos, netos ou cônjuge ou se reside só. Se a pessoa é ou não responsável pelo sustento financeiro da casa e/ou pelas atividades de manutenção da vida doméstica ou individual, tais como: alimentação, limpeza, entre outras tarefas relativas à reprodução da vida.

109 De acordo com dados da PNAD 2017, a população idosa brasileira é de 14,6%.

110 Disponível em: covid.saude.gov.br Acesso realizado em: 20/04/2020.

A população idosa brasileira, segundo o censo demográfico de 2010, é composta por 55,5% de mulheres e 44,5% de homens. A maioria está concentrada nas regiões Sul e Sudeste e em áreas urbanas. Em relação à cor, o processo de envelhecimento da população branca tem sido mais avançado do que o da população negra. A explicação para isso é a maior redução da fecundidade entre as mulheres brancas em comparação com as mulheres negras (IPEA, 2014). Segundo a PNAD Contínua de 2017 (IBGE, 2018), um reflexo da crise econômica no país expressou-se no aumento da participação dos idosos na força de trabalho. Mas, assim como os demais segmentos populacionais, a dificuldade de encontrar ou permanecer (em uma) ocupação também apareceu entre os mais velhos. A taxa de desocupação variou entre 1,9 em 2014 para 4,6 em 2017. Esse dado é importante, pois mostra o quanto essa população também depende da renda do trabalho para se manter. A pressão por voltar ao trabalho no contexto da COVID-19 e romper as regras mais restritivas de distanciamento social também pode se apresentar para esse grupo. De acordo com pesquisa da FGV com dados de 2018 do IBGE¹¹¹, 27,9% da população idosa brasileira (mais de 60 anos) se apresenta como responsável pelo domicílio onde vive e 71% deles ocupa a posição de pai, mãe, padrasto ou madrasta na casa em que reside¹¹².

O quadro mais amplo que podemos traçar sobre a população idosa brasileira indica que temos pessoas que ainda trabalham fora ou procuram trabalho, estão inseridas numa rede familiar próxima, muitas vezes convivendo no mesmo domicílio com parentes, cuidando e também sendo cuidados. Não é raro que tenhamos pessoas idosas responsáveis pelos cuidados diários de outras pessoas idosas. Nesse último caso, o maior número de mulheres entre a população idosa também aponta para a realidade daquelas que ainda realizam o trabalho reprodutivo em suas casas e em casas de terceiros, como é o caso das trabalhadoras domésticas, muitas delas com mais de 60 anos de idade. No entanto, esse quadro, com suas características, não indica que temos, em comparação com os outros grupos etários, uma fragilização maior dos mais velhos diante da COVID-19, a não ser pelo fato deles serem aqueles, entre a população em geral, que mais apresentam debilidades físicas acumuladas (hipertensão e diabetes, por exemplo). Nesse sentido, sim, sua situação torna-se objetivamente mais preocupante e se reflete nos dados da pandemia divulgados até aqui.

111 Disponível em: <https://cps.fgv.br/covidage> Acesso realizado em: 21/04/2020

112 Essa posição pode ser combinada com a de avô ou avó (97,4%). Essa combinação atesta a convivência no mesmo domicílio de mais de duas gerações.

Ainda não sabemos em que momento e nem como sairemos desse cenário. Os prognósticos não são positivos. Mas, uma pergunta fundamental que devemos fazer é: O que faremos depois? Quais lições seremos capazes de tirar disso? A imagem reiterada da velhice frágil pode permanecer mais como metáfora do que como realidade. Pelo perfil demográfico da população brasileira, é possível que as mortes se acumulem entre os mais velhos, por conta das questões de saúde específicas apontadas anteriormente. No entanto, talvez as mortes entre jovens não sejam tão menores assim. Alguns epidemiologistas já alertaram para isso¹¹³. Diante de um mal que pode afetar a ambas as gerações, as consequências serão compartilhadas? Perversamente, e por caminhos muito inusitados, seremos obrigados a voltar a falar em pacto solidário entre gerações para garantir a sobrevivência de todos no mundo pós-pandemia? A solidariedade geracional tão esquecida nos últimos tempos pode renascer entre nós como valor e como prática? Esse seria um final alvissareiro para uma história trágica.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. A "Juventude" é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BEAUVOIR, S. *La Vieillesse*. Paris: Gallimard, 1970
- GENTIL, D. L. *A Política fiscal e a falsa crise da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: 2012.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2017)*. Rio de Janeiro, 2018.
- IPEA. *Situação Social da População Negra por Estado*. Brasília, 2014

113 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/jovens-internados-mostram-rejuvenescimento-da-covid-19-no-brasil.html> Acesso realizado em: 21/04/2020.

CAPÍTULO 18

Experiências com crianças na quarentena

Joana Garcia¹¹⁴

A minha quarentena foi iniciada no dia 13 de março de 2020. Naquele momento estimava-se um período de isolamento de duas semanas. A despeito da permanente tentativa de o Presidente Jair Bolsonaro minimizar a gravidade da pandemia, incentivando o retorno às ruas, a quarentena tem sido mantida por muitos estados até os dias atuais. Três semanas após o início da quarentena, as mensagens trocadas via *WhatsApp* variavam entre informações sobre proteção, piadas, críticas contumazes ao posicionamento do governo e referências ao excessivo trabalho doméstico e cuidado com crianças e idosos. Estas últimas despertaram meu interesse sobre as tensões e desafios relacionados ao cuidado com as crianças, acrescidos às demais apreensões relativas à pandemia.

No dia 03 de abril de 2020 enviei uma mensagem para 21 mulheres e 1 homem, que tinham crianças sob seus cuidados, perguntando como estavam vivenciando a quarentena com elas. Essa consulta foi realizada de modo totalmente informal, com este enunciado:

Estou escrevendo um texto sobre o período do isolamento com crianças. Você pode contribuir com um relato curto sobre sua experiência? tem enfrentado dificuldades? tem contado com algum apoio/ divisão de trabalho? Como as crianças estão vivendo essa situação? Indique sua idade, raça/cor, ocupação e lugar de moradia.

Não houve explicação sobre este conteúdo ou um diálogo subsequente ao envio. Assim como foi apresentada, gerou as respostas individuais. Os resultados, como esperado, não permitem qualquer tipo de generalização sobre aquelas que são pobres, pretas, trabalham como autônomas, são as principais referências de sustento e cuidado da família, em contraste com as demais. O que apresento é um mosaico de relatos que mostram, de modos distintos, a mobilização de recursos que diferentes famílias com crianças demandam, bem como suas

¹¹⁴ Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Trabalhos sobre Infância, Juventude e Famílias (NETIJ/ESS).

visões sobre o cuidado na quarentena. Como os relatos são originários de contextos diversos, vale ressaltar que para uma mesma ideia - cuidado com crianças - há uma variedade de significados e atravessamentos em relação à condição de gênero e a ideia de proteção, além da peculiaridade da verbalização de cada pessoa.

Mesmo que realizada informalmente e sem pretensões comparativas, apresento algumas características dos informantes, ainda que não seja um perfil propriamente dito. Metade das pessoas é formada em Serviço Social e exerce a profissão, 1 é Psicóloga, 4 exercem atividades na área de ensino, 5 mulheres trabalham em atividades domésticas, 1 é manicure, 1 é comerciária e 1 trabalha em atividades administrativas. Ainda que não houvesse perguntado sobre a renda individual ou familiar, as pessoas fazem parte do meu radar, de modo que pelas ocupações, lugar de moradia e hábitos de consumo, considero que metade das pessoas se situa na chamada "classe média", 7 mulheres são originárias e ainda se encontram em condição de pobreza, moram em comunidades desprovidas de infra estrutura e de recursos governamentais e, finalmente, 4 pessoas de classe média alta, com ocupações estáveis. Refiro-me às pessoas das classes médias inspiradas no estudo de Cardoso e Préteceille (2019), que considera:

a estrutura de classes como expressão da complexa rede de posições sociais resultantes (e constitutivas) dos processos econômicos e sociais de produção, circulação e distribuição da riqueza, dos bens culturais, dos serviços públicos, do poder e do prestígio social (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2019, p. 981).

Desde as últimas duas décadas, há uma recomendação que as pesquisas com pessoas sejam submetidas a um Comitê de Ética para assegurar que a investigação esteja de acordo com as prescrições de proteção aos participantes (BRASIL, 1996). Esta pesquisa informal não foi submetida a um comitê de ética em função da brevidade desta publicação, mas todas as pessoas conhecem o meu trabalho, souberam previamente a finalidade de seus relatos e permitiram seu uso. As pessoas não serão identificadas pelo nome, mas por uma letra aleatória, idade, raça/cor e local de moradia. Quando citadas mais de uma vez, só o serão pela letra. Por considerar muito relevante a dimensão ética de uma pesquisa, reitero o que Alves e Silva (1992) indicaram sobre a relação entre pesquisador e informantes e considero que tais considerações se aplicam a esta pesquisa informal que realizei:

das atitudes de aproximação, respeito e empatia trazidas pelo pesquisador, virá a disponibilidade dos sujeitos e o seu envolvimento com a tarefa de informantes (o que amplia a possibilidade de validade dos dados obtidos), fazendo dela um momento de reflexão, retomada de fatos, valores e idéias do passado (quando este é o caso) e a gratificação com sua transmissão ao entrevistador (ALVES; SILVA, 1992, p. 64)

Outro comentário metodológico: as pessoas responderam uma solicitação de alguém que pesquisa e defende os direitos de crianças e adolescentes. Estas credenciais, associadas a uma finalidade acadêmica, tendem a produzir um inevitável viés na fala de cada uma, buscando valorizar este segmento e atenuar os sentimentos adversos. A despeito de isso possivelmente ter acontecido - o que não saberia dimensionar - os relatos revelaram-se muito espontâneos e sinceros em relação às dificuldades vivenciadas em relação ao cuidado.

O termo “cuidado” é muito empregado no campo da saúde. Em uma busca realizada na plataforma *Scielo* em 15/04/2020, as palavras chave “cuidado da criança” geraram 176 artigos, todos publicados em revistas da área de saúde e com predominância na atenção de crianças com doenças crônicas. Resgato o termo aqui numa perspectiva mais ampla, tal como o conceito ampliado de saúde, por considerar que esta fase da vida que vai dos 0 e 12 anos¹¹⁵ demanda ações de proteção e de investimento material e simbólico expressivas e diferenciadas ao longo de sua duração.

Philippe Ariès, estudioso da história social da infância, argumenta que o “cuidado com crianças” é uma ideia recente, tendo sua marca de origem no fim do século XVII, quando são produzidas as razões centrais para essa invenção: a “quarentena” escolar e o sentimento em torno da família. Antes deste período, o historiador afirma que

a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais

115 Essa é uma convenção estabelecida no Brasil onde a legislação define infância como a fase que vai dos 0 aos 12 anos e a adolescência dos 13 aos 18 anos incompletos. A matriz inspiradora da lei brasileira é a Convenção dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20.11.1989 e ratificada pelo Brasil em 24.09.1990. A Convenção não faz distinção entre crianças e adolescentes, indicando no artigo 1 o termo “crianças” para todas as pessoas entre 0 e 18 anos.

geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. (ARIES, 198, p.5)

Hoje parece haver um consenso em torno da família e da escola como instituições sociais responsáveis pela socialização primária e fundamentais para a reprodução de valores e saberes. Acrescento, para que as escolas e especialmente as famílias não apareçam como instituições sacralizadas, que tais funções não são exercidas de modo necessariamente virtuoso e inaugural. Ou seja, estas instituições cumprem os mandatos que as sociedades estabelecem e reproduzem os valores dominantes de cada tempo e contexto, com pouca margem de autonomia e criticidade. Neste artigo, pretendo ilustrar como a escola (presente de modo virtual) e os “sentimentos de família” (com a coordenação predominante da mulher) aparecem nos relatos das pessoas abordadas nesta pesquisa informal. Para efeito de uma melhor apresentação dos relatos, agrupei-os em torno de 4 temas: divisão do cuidado, atividades escolares, interesses da criança e sentimentos mistos.

Sobre a divisão do cuidado

A desigualdade entre mulheres e homens é histórica e seu enfrentamento, além de constituir um imperativo ético no campo dos Direitos Humanos, figura como um dos objetivos das metas globais das Nações Unidas. A distribuição das tarefas domésticas e do cuidado com crianças, idosos e pessoas com deficiência é uma das expressões desta desigualdade e tende a ser reproduzida de modo menos visível e menos politizado que as demais. Segundo pesquisa do IBGE (2018), as mulheres com qualquer nível de instrução apresentam uma taxa de realização de afazeres domésticos superior ao dos homens, sendo as mulheres pretas as mais penalizadas. Em relação à média de horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, as mulheres brasileiras dedicaram o dobro do tempo em relação aos homens: 21,3 horas por semana, em contraste com 10,9 horas exercidas por eles.

Durante o período de isolamento com crianças, esta forma de desigualdade tende a se acentuar em virtude do acúmulo de tarefas anteriormente assumidas pelas escolas, creches e pelo cuidado compartilhado com amigos, vizinhos e familiares.

Minha quarentena tem sido um espetáculo!!! Não tenho ajuda de ninguém e me viro para manter a organização da casa e ainda cuidar dos meus pequenos. Acordo, dou banho nas crianças, já vejo o café. Isso tudo é mais mãe. Homem é mais difícil fazer. As coisas do dia a dia é mais a gente, né? (A, preta, 44, Itaboraí)

Antes já tinha essa rotina, mas ainda podia contar com a casa de amiguinhos no fim de semana ou a pracinha, agora não há esses escapes, o que torna o esforço maior (T, preta, 32, Senador Camará)

As mulheres e não apenas as mães tem um papel central no cuidado:

A sorte é quando recém-mães podem contar com recém-vós. Desde o início pude contar com a ajuda da minha mãe, tanto na maternidade como após a alta, com suas idas à minha casa na primeira semana, e com apoio da minha sogra que passou as roupinhas e fez algumas comidas. (H, branca, 31, Vila da Penha)

Antes os avós eram participantes da rotina de cuidados com as crianças, hoje além de cuidar das crianças em tempo integral, tenho que dividir o tempo com as atividades de home office e aulas virtuais deles. (C, parda, 24, Sulacap)

Quando pai chega do trabalho é a mesma coisa que nada, só quer saber da mãe pra tudo. (T)

Algumas relatam o desafio de compatibilizar as atividades profissionais, agora realizadas em casa, com as tarefas domésticas:

Mas a gente também reaprende o tempo real das coisas... não sem tentar buscar o equilíbrio entre uma videoconferência e outra, fazer o almoço, verdadeiramente interagir com a criança, preencher planilhas e elaborar relatórios intermináveis. Cuidado: o frango no forno pode queimar. (U, branca, 31, Rio Comprido)

Tem sido um pouco difícil administrar trabalho, comida, roupa, trabalho de casa da pequena, brincadeiras... (B, parda, 30, Recreio)

Uma das mulheres marcou uma posição importante na divisão das tarefas:

Teve longas conversas, 'briga', gritos, castigo, choro e muita decisão importante de como o teletrabalho (do marido) deveria acontecer, pois definitivamente não dava um para ficar enfurnado num quarto 'deliberando' enquanto 'alguém' cuidava de tudo, quem seria esse alguém? Sempre, sempre desde que parei de trabalhar, deixei bem claro que não era porque eu não tinha trabalho 'formal' que a minha função seria o cuidar de todas as tarefas da casa. (V, branca, 41, Copacabana)

Sobre os interesses da criança

Uma das conquistas da Convenção dos Direitos da Criança é o de expressar livremente suas opiniões sobre todos os assuntos. Ainda que, neste caso, os interesses das crianças tenham sido captados através das pessoas responsáveis pelo cuidado, há uma tentativa de externar uma parte do repertório da criança neste período de isolamento.

Uma pessoa fala da alegria da criança com a presença dos pais em tempo integral:

Meu filho parece estar mais feliz com os pais em casa. (...) Ele ainda não vê TV e vídeos, mas colocamos música para ele dançar e dançamos todos. (F, parda, 32, Anchieta)

Algumas pessoas relataram as demandas das crianças e sua dificuldade de compreensão do que estaria acontecendo num plano maior.

Como mãe percebo a inquietação do meu filho e as dificuldades de pais por estar muito tempo em casa com seus filhos. As crianças não entendem que estar em casa em isolamento não significa estar de férias mas um momento de segurança para nossa saúde e toda família. Com isso elas nos trazem a demanda de brincadeiras, o querer de frequentar pracinhas, o brincar na rua e o sentir falta do contato com outras pessoas e amigos de seu cotidiano. (O, preta, 38, São João de Meriti)

Uma outra dificuldade encontrada é fazer com que as crianças entendam que este momento não é de férias. (C)

Percebo que ela fica na janela pedindo para ir para rua e não entende pq não vai mais, até pq sempre levei muito ela pra passear (G, branca, 26, Copacabana)

A criança já não aguenta mais ficar em casa, pede pra sair, pra ir à praia, pra ir no parquinho, diz que tá com saudade da vó. (J, branca, 32, Vila Isabel)

O medo também é apresentado como presente na visão da criança e de quem cuida

No imaginário do meu filho mais velho, o vírus está espalhado nas ruas como poeira. Então ele não pensa nem em sair do apartamento. (Q, branca, 37, Curitiba)

Tenho um filho que é do grupo de risco, tá sendo complicado esse período, os dias são de medo. (L, branca, 29, Petrópolis)

Algumas pessoas indicaram a importância de adaptação da casa, que passa a ser o único espaço de circulação, para atender as necessidades da criança, seja em função da idade, seja das condições específicas de cada criança.

Apesar do meu filho não ter iniciado na escola, o tempo que fica em casa, já sente a falta de sair. Então requer um enriquecimento das atividades lúdicas em casa, usar a criatividade e adaptar uma nova rotina. (M, preta, 32, São Gonçalo)

Meu sobrinho tem 5 anos e autismo, assim como todas as crianças, saiu totalmente de sua rotina. Algo que acarreta um "plus", pois a rotina é algo muito importante/necessário para crianças autistas, é muita energia, a quebra das atividades/horários conquistados com suor, ele fica irritado, deseja tudo e nada é o suficiente. (S, parda, 31, Parque Anchieta)

Algumas crianças se mostram entediadas ou inconformadas

Na casa tem comida, biscoitos, mas não temos tantos brinquedos ou livros infantis, recorro a vídeos da internet, brincadeiras de quando era criança, as musiquinhas infantis, mas tudo já esgotado (acho que tomou ranço de giz, lápis e papel), ela reclama e diz que é chato. Já não tem tanta graça pintar cada dia a unha de uma cor. (T)

Agora meu neto está mais conformado, mas quer sair, ir na casa de amigos, que os maiores venham em casa. Pouco ajuda nas tarefas. Mas coisa boas tem também, fez o varal pra irmã, inventa receita, hoje ensinou ela a lavar louça. (K, preta, 56, Caçapava)

Quando convocadas ou voluntárias, a participação das crianças nas atividades pode se revelar mais trabalhosa para os adultos

11 horas eu liberava a TV para as crianças e ia fazer o almoço. Tudo pra ter 1 hora sozinha, mesmo que na cozinha (que eu adoro, mas se pudesse escolheria outro momento para mim) e com todo o respeito aos pedagogos, psicólogos e à Rita Lobo, acho lindo incorporar a família no fazer o alimento, porém no dia-a-dia, o almoço precisa ficar pronto em 1 ou 2 horas no máximo, não rola. (V)

Aprende a lavar a mão. Quer usar todo o sabão do pote. Molha todo o chão. (J)

O relato do único homem abordado descreve como busca tornar esta experiência mais saudável e atraente para a filha:

Com o isolamento, tratei de organizar uma agenda de atividades, de modo a que minha filha estivesse em ocupações que a enriquecessem. Agora instituí uma 'sessão das 6': todo final de tarde assisto com minha

filha um filme na TV que escolhemos juntos. Depois de 2 ou 3 dias em casa, sem sair, vamos dar uma volta de bicicleta para dar uma espairecida. Faço isso, pois moro em um bairro bastante residencial em que a circulação de pessoas nas ruas, mesmo sem isolamento, já é baixa. Por vezes, minha filha pede para não irmos, mas eu insisto, pois sei que essa atividade vai ajuda-la em todo esse processo. Temos também uma barra (para exercícios) em casa. Então, estamos sempre nos pendurando e, de algum modo, nos exercitando. (N, branca, 49, Florianópolis)

Sobre a escola em casa

A escola tem uma função complementar às famílias na socialização das crianças, embora em muitos casos o tempo de permanência na escola seja superior àquele junto aos familiares. A escola se fez presente em praticamente todos os relatos, revelando-se necessária, ainda que para algumas famílias se mostre um tanto intrusiva ou excessiva. A mudança da interação presencial pela online é apresentada como um desafio:

Como profissional da área de educação infantil a dificuldade está justamente na natureza de nosso trabalho, saindo da prática para a tecnologia fazendo de nossas crianças hajam roboticamente. A tecnologia até nos ajuda em alguns aspectos, mas na educação infantil é uma troca de afeto, carinho, acolhimento, abraços, o desenvolver através do lúdico e brincadeiras e com total isolamento isso só produz à distância que a tecnologia não comporta e não substituem a presença física. (O)

Estamos todos tentando nos adaptar para conseguir passar por essa fase, mas incluir as crianças nessa nova realidade tem sido um desafio. Eles perdem o foco muito rápido, tendo que participar das aulas também tele transmitidas. Ficam entediados, pedem pra sair, pra brincar. (P, preta, 27, Nova Iguaçu)

Para algumas famílias, as atividades escolares são bem vindas:

Encaram as atividades enviadas pela escola como se fossem tarefas de casa mesmo. Elas receberam na escola informações sobre a doença e sobre os cuidados para se evitar a contaminação. (Q)

Considerando que estamos pagando a escola, queremos dar conta das atividades de lá também (R, parda, 30, Vila Isabel)

Para outras, representam um investimento maior do que o habitual, seja do ponto de vista material ou intelectual.

Meus filhos estão fazendo os deveres que a escola passou, estou tendo que pagar para imprimir. (I, preta, 31, Olaria)

O colégio (particular) manda atividades diariamente para as crianças, mas não tem sido fácil acompanhar. A filha mais velha disse que achava que seria “menos puxado” estudar em casa, considera que mandam muito material para estudar. (R)

Sentimentos mistos

Nesta parte, os relatos mostram as ambiguidades do sentimento de família, da sua função protetiva, das assimetrias e tensões relacionadas ao isolamento, mas também valorizam a possibilidade de trocas positivas.

Há pessoas que enfatizaram, naquele momento, suas dificuldades e temores, em virtude de suas condições materiais de vida e/ou de saúde das crianças:

Vou ser bem sincera pra vc, não está sendo fácil, eu que sou autônoma com duas crianças dentro de casa comendo sem parar, sem água e ainda tenho que pagar imprimir todos os deveres. O dinheiro não entra só sai, às crianças já não aguentam mais ficar em casa e não estou tendo muito o que fazer com eles. Conto os dias para isso tudo passar. (I)

As medidas de prevenção desde à chegada do vírus vem sendo tomadas para evitar a proliferação, mas em comunidades pequenas, assim como onde eu moro, infelizmente os moradores não tem acreditado, e estão vivendo normalmente sem nenhuma restrição, não estão utilizando mascaras nem álcool em gel e as autoridades nada tem feito por aqui. Ainda vejo muita gente indo as ruas, filas quilométricas na porta das lojas americanas, bancos, lotéricas, supermercados superlotados e pessoas fazendo festas em casa. (R)

Uma insegurança perder totalmente a liberdade não é fácil, fazer as coisas mais simples do dia a dia como tomar um café na padaria, ou ir na praça com meu filho já não é mais permitido (L)

Tem sido dias muito difíceis, pois tem hora que a cabeça da gente pira tanto que parece que estamos exilados, perdemos o direito de ir e vir por conta de um vírus desconhecido. Dentro da limitação dele e principalmente da nossa que não estávamos acostumados a viver em isolamento, porém é um mal necessário. (D, parda, 54, Parque Anchieta)

Toda essa rotina me tem gerado tristeza e solidão nesse período de isolamento, porque não consigo aproveitar parte do tempo para fazer coisas que gosto, como ler, escrever, assistir um filme, tomar um bom banho, entre outros, parece que foi um isolamento de mim mesma. (T)

Outras apresentaram a ambivalência dos sentimentos:

Dentro de toda a preocupação, estresse, por vezes sensação de impotência, necessidade de se reinventar o tempo todo e cansaço, existe a alegria e satisfação de ouvir ele dizer que está bem, ficar agitado ao extremo de felicidade pelo banho de piscina, receber um beijo acompanhado de "eu te amo" ou falar que somos seus amigos. (S)

Ficar com uma criança em casa me faz passar por inúmeras emoções e sentimentos. O início foi tranquilo. Ficamos em casa nos curtindo. Aproveitando os momentos que há tempos não vivíamos em família devido a correria do dia a dia. Os dias foram passando, a imaginação diminuindo na mesma proporção em que o tédio foi aumentando (...) A paciência falta em inúmeros momentos. (J)

Os dias têm passado e construímos uma rotina que nos auxilia, embora as incertezas deste cenário nos dêem uma sensação de uma angustiada 'normalidade'. (N)

A apresentação do bebê aos amigos e à comunidade faz parte de um rito muito valorizado. No entanto, duas puérperas foram privadas disso e expressaram pesar:

Minha filha nasceu no dia em que a OMS anunciou a pandemia pelo novo coronavírus, naquele dia chegava ao mundo em meio a tantas incertezas. As visitas ainda ocorreram no dia do seu nascimento e no dia seguinte também. Porém, após a alta, sair da maternidade foi com a certeza de que 'bom, agora não teremos mais visitas'. Toda a ideia de visita com afeto, carinho, preparo de alimentação, cuidado, arrumação (física e mental) necessárias ao puerpério caía por terra. (H)

Eu imaginei que todos viriam me visitar. Até pensei que ficaria cansada e que seria difícil receber os amigos para verem meu filho, se eu só ia querer dormir. Agora eu sinto falta. Minha avó sempre diz que quando teve meu tio, ela era muito pobre e o parto foi em uma maternidade pública na zona sul do Rio, embora ela morasse na baixada fluminense. Nem meu avô conseguiu ir visitar o filho. Ela conta da tristeza que sentiu porque era seu primeiro filho, ela se sentia a mulher mais feliz do mundo tudo o que queria era mostrar o filho dela para todo mundo, mas não pôde. (...) eu gostaria muito que as pessoas pudessem me visitar. Seria bom conversar pessoalmente com os amigos, mas eu queria mesmo que vissem meu filho, queria mostrar ele pro mundo... meu primeiro filho tão esperado. (E, branca, 32, Deodoro)

Algumas pessoas aproveitaram a reflexão para fazer algumas intenções para o futuro:

Novamente, a vida me fez ver que em tudo, mas principalmente na maternidade, vou precisar ser flexível porque eu não terei o controle de tudo. (E)

Não tem sido fácil pra ninguém, mas depois que tudo isso passar acredito que seremos pessoas melhores. Estamos aprendendo a como cuidar melhor do nosso semelhante, mesmo não estando perto, mesmo sem o toque de sentir um abraço acolhedor, os pensamentos estão voltamos ao bem maior que é a cura para que todos possamos voltar a viver bem. (R)

De todas os relatos colhidos, um em especial se referiu a uma família que foi infectada pelo COVID-19 e que acentua o lugar da mulher mãe como a orquestradora dos “sentimentos de família”:

Hoje me sentindo muito animada, aliviada e feliz por ter passado o pior. (...) É uma doença que demonstra nossa efemeridade. Sobre as crianças, já avisei que a farra de games e TV está acabando, que a mamãe está de volta pra por ordem na casa!

Assim como neste caleidoscópio de vivências muito diversas, as crianças brasileiras estão sendo expostas às famílias como nunca. Aquelas felizes parecem iguais na felicidade, as infelizes o são cada uma à sua maneira, como nos disse Tolstói.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Z.; SILVA, M. H. Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: uma proposta. *Paidéia*, SP: FFCLRP-USP, 2, Fev/jul, 1992.
- ARIÉS, P. *História Social da Infância da família*. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa em seres humanos: Resolução 196,1996. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 14/4/2020
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 60, no 4, 2017.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil - Notas técnicas*. RJ: Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, 38, 2018.

CAPÍTULO 19

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Mulheres, espaço doméstico e soberania alimentar: perguntas que a pandemia precipita

Josefina Mastropaolo¹¹⁶

O texto que segue apresenta alguns eixos, não os únicos necessários, para uma discussão autocrítica da trajetória que nós mulheres brancas das sociedades industriais fomos trilhando no processo de consolidação da sociedade burguesa capitalista e nas críticas fundamentais que conseguimos produzir a nosso lugar dentro desta. Busca dialogar, ainda que esse diálogo seja muito incipiente, com outras trajetórias femininas.

Assisti novamente nestes dias o clássico filme Blade Runner (1982), com bastante surpresa, me reencontrei com o fato de que o futuro distópico no qual se situa é 2019, e se bem tem coincidências assustadoras entre o 2019 do filme e o que nós vivemos, como, por exemplo, ter uma atmosfera enrarecida onde é difícil respirar, em comparação com nossa realidade, o filme nos lembra de que cada época ou circunstância só pode imaginar o futuro a partir daquilo que está dado para ela. Mas o futuro não é uma projeção linear de um tempo senão que se constrói numa dialética histórica que nenhuma época consegue controlar por operação da consciência.

Isto não é uma novidade, nem muda pelo fato de estarmos vivendo uma situação excepcional devido à pandemia e a precipitação da crise que ela revela e aprofunda. A crise que nos assusta não é a do futuro, mas a do presente. A vida que nós tínhamos antes da pandemia, e não que a que temos agora é muito diferente, não era boa. Um modo de produção extenuante com uma divisão do trabalho extremamente desigual e, nesta altura da história, excludente de uma ampla massa da população, uma sociedade que é somatória de indivíduos, com laços de confiança absolutamente frágeis, e cuja desigualdade obscena se organiza, também, a partir de tecnologias de opressão como o racismo e a opressão de gênero e das sexualidades dissidentes.

116 Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Essa vida ruim de ser vivida, goza(va) de um grau razoável de naturalização, contestada, tem que se dizer, ao longo da história por setores de classe e movimentos, que vieram denunciando desde os inícios da modernidade que o herdeiro da emancipação moderna que se pretende universal é um pequeno grupo de homens brancos proprietários, e que existe um “resto”¹¹⁷ da humanidade. Para o “resto” da humanidade a pandemia se apresenta como mais mortífera.

Esta situação que nos toca viver se revela como uma distopia muito distante das utopias oferecidas como horizontes de futuro pela modernidade capitalista. Estas tinham, no progresso da ciência e da técnica e, por tanto, no desenvolvimento das forças produtivas -que incluía também o controle de epidemias e pandemias-, a pedra angular da esperança de bem-estar da humanidade. Esperanças que alimentaram tanto as revoluções burguesas da transição do século XVIII para o século XIX como também das revoluções proletárias durante os séculos XIX e XX. Essas utopias fundadas no progresso perderam ressonância e massividade no contexto da queda da União Soviética; tanto é assim que a transição do século XX para o século XXI foi fortemente marcada por uma proliferação de processos de memória que vieram de alguma forma ocupar o lugar das utopias¹¹⁸.

Uma marca das reflexões em torno da pandemia é o retorno a um debate sobre o futuro, debates que tanto alimentam expectativas sobre possibilidades de sairmos desta catástrofe em direção a um mundo melhor, com as subjetividades reconfiguradas; quanto aquelas que projetam um aprofundamento da crise do capital e elaboram prognósticos sombrios para humanidade. O que não posso deixar de advertir é que a pandemia, talvez porque aproxima o futuro a um horizonte de curto ou médio prazo, traçado pelo que imaginamos seja o fim dela -ainda que também epidemiologistas estejam falando de que estaríamos entrando num ciclo de pandemias e isolamentos-, nos colocou o imperativo de ter que falar sobre o que vem depois.

Tendo a coincidir com os prognósticos mais sombrios para o futuro, e ao mesmo tempo entendo que as únicas possibilidades de que a realidade do futuro seja melhor do que os prognósticos anunciam está posta no presente. No campo das narrativas de futuro, pode ser perigoso deixar prevalecer narrativas epopeicas de combate ao vírus, como se se tratasse de um inimigo externo ao qual combater -mecanismo muito utilizado para afirmar

117 Ver Segato (2016).

118 Ver Mastropaolo (2014).

identidades nacionais nas diversas rodadas de crise do capital-. O vírus é parte do que produzimos e reproduzimos, e, nesse sentido, tornam-se urgentes os esforços de autocritica das formas que sustentam esta vida ruim de ser vivida.

Tematizo dois assuntos que têm a ver com a vida das mulheres, ou de algumas mulheres, e que, nos marcos da reorganização do cotidiano, que supõe as formas de lidarmos com a pandemia, se colocam como muito evidentes. Em primeiro lugar, a naturalização do espaço doméstico como um âmbito de segurança para o desenvolvimento dos indivíduos. E em segundo lugar a matriz produtiva e o lugar que as mulheres e o trabalho feminino têm dentro da divisão sexual do trabalho que sustenta este modo de produzir.

II

Logo no início do isolamento de casos suspeitos e do distanciamento social, dados sobre o aumento das denúncias de violência doméstica e do aumento de feminicídios, chamaram a atenção para o fato de que o lar, que na estratégia narrativa que convidou/impôs/precisou definir um espaço de recuo se nomeou como espaço seguro e de proteção frente à ameaça que se apresentava, é um espaço de tortura e morte para muitas mulheres e crianças.

Ao mesmo tempo, a casa como suporte material do "lar", onde é possível o desenvolvimento de uma expansão subjetiva do indivíduo, e onde também se realiza o encontro da coletividade que é este lar, é uma realidade para uma pequena minoria das pessoas.

As primeiras vozes feministas, de intelectuais e militantes, neste processo, tanto como de organizações feministas e instituições que trabalham junto às mulheres e crianças que vivem situações de violência, vêm denunciando o perigo que significa para as mulheres e as crianças o confinamento nos "lares", e diversas instituições, entre elas o "Ligue 180", denunciam o aumento de situações de violência durante este período¹¹⁹.

O secretário geral da ONU, em artigo publicado na página do próprio organismo lembra que a violência não se limita ao campo de batalha e que "para muitas mulheres e meninas, a ameaça parece maior onde deveriam estar mais seguras: em suas próprias casas"¹²⁰.

119 Ver Marquez (2020).

120 ONU. *Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio a pandemia do coronavírus*, 06/04/2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/> Acesso realizado em: 08/04/2020.

O espaço doméstico, como âmbito de desenvolvimento da família nuclear burguesa, é um dos ambientes onde mais se verifica a violência contra as mulheres e as crianças, onde acontecem a maioria dos abusos sexuais e se acometem a maioria dos feminicídios. "Há mais de 30 anos se tem evidência científica e estatística de que a casa é o *locus*, o lugar onde ocorre a maioria das violências contra a mulher", sustenta Pitanguy (2020).

Apesar disso o lar como célula básica da sociedade capitalista, sustentado por relações de amor, é uma ideia naturalizada, como transparece no discurso do secretário geral da ONU: a casa é o lugar onde as mulheres *deveriam* estar mais seguras.

O espaço doméstico como âmbito seguro, de proteção e cuidado dos seus membros é uma construção ideológica que acompanha a construção e consolidação da família nuclear burguesa nas sociedades industriais, e compõe o conjunto de instituições que sustentam os Estados-Nação Capitalistas. A família nuclear, sustenta Federici (2013) nasce como parte do desenvolvimento de um determinado estágio das relações capitalistas.

A mulher da família nuclear, a dona de casa, tem uma existência histórica extremamente curta ao longo da história, esse modelo não tem mais do que 150 anos¹²¹ ao mesmo tempo, é uma forma de ser mulher territorialmente delimitada, na qual foram sendo socializadas as mulheres das sociedades industriais, e logo exportado como padrão de existência feminina. A experiência de outras mulheres, não brancas, tem uma potência crítica radical para esse modelo.

O aumento da violência contra as mulheres durante o confinamento, não apenas denuncia mais uma vez que a violência existe, mas coloca em evidência que o âmbito do exercício do amor é um âmbito de violência e morte para uma percentagem importante das mulheres.

III

Nada do que está acontecendo neste momento está prevenindo a próxima pandemia, O que se discute é como enfrentar esta pandemia em particular, até que, oxalá, em algum momento, o próprio vírus encontre um limite (...) Então, este vírus em particular pode desaparecer, mas vão aparecer outros (...) porque todas as condições se mantêm iguais. (RIVERO, 2020, tradução nossa)

121 Ver Federici (2018).

Na entrevista a Silvia Rivero¹²², citada acima, a investigadora, referência a pesquisa do biólogo Rob Wallace, que defende a ideia de que os vírus infecciosos das últimas décadas (gripe aviária, gripe suína, SARS, ebola) estão muito relacionados com a cria industrial de animais. A desflorestação que acompanha a expansão da fronteira agrícola para a produção de alimentos que sustentam essa produção, tanto quanto para expandir as cadeias produtivas extrativistas, deixam um conjunto de espécies sem seu habitat natural. No encontro, sustenta ela, entre animais produzidos industrialmente e, portanto, imunodeprimidos e um conjunto de espécies fora de seus âmbitos de equilíbrio ecológico, a proliferação de vírus é uma consequência lógica, assim sendo adverte a necessidade urgente de colocar em discussão o "sistema alimentar agroindustrial, desde a cultura até o processamento".

Nos territórios onde há resistências a seu desenvolvimento, uma das fronteiras da expansão da matriz produtiva agroindustrial e extrativista, tem sido, como denunciam diversos grupos de mulheres nativas, indígenas, de América Latina e África, os corpos femininos. Do ponto de vista capitalista, portanto racista e patriarcal, há uma continuidade entre território e corpo feminino, a ocupação dos territórios se faz através da ocupação e a destruição dos corpos das mulheres.

...a violação pública e a tortura das mulheres até a morte nas guerras contemporâneas é uma ação de tipo distinto e com distinto significado. É a destruição do inimigo no corpo da mulher e o corpo feminino ou feminizado é, como tenho afirmado em inúmeras ocasiões, o próprio campo de batalha, no qual se cravam as insígnias da vitória e se significa nele, se inscreve nele, a devastação física e moral do povo, tribo, comunidade, vizinhança, localidade, família, bairro ou pandilha que esse corpo feminino, por um processo de significação próprio de um imaginário ancestral, encarna (SEGATO, 2016, p.80).

Não podemos deixar de registrar que as mulheres indígenas, as ancestralmente nativas dos territórios que, nos últimos anos, foram sendo objeto da ambição expansiva da fronteira agrícola, são mulheres que ficaram bastante preservadas -muitas vezes por resistência consciente- das imposições que a família nuclear burguesa trouxe para as mulheres das sociedades industriais, em termos de divisão sexual do trabalho. As mulheres que hoje são as principais vítimas do "femicídio extrativista" são aquelas que

122 RIVERO, Silvia. No le echen la culpa al murciélagu. Entrevista concedida a Claudia Korol. Pagina12, Buenos Aires, 03/04//2020, Las 12. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/256569-no-le-echen-la-culpa-al-murcielago>. Acesso realizado em 04/04/2020.

dominam algum tipo de soberania alimentar. E são aquelas que, como sabemos, alimentam 70% da população mundial, através da agricultura familiar e de pequena escala.

Volto para a ideia de que a pandemia revela e, ao mesmo tempo, aprofunda uma crise que estava em andamento, que é também a crise de este modo de produção para garantir a continuidade da vida, e que pode nos deixar na iminência de uma crise alimentar.

O cuidado das sementes, que são garantia de soberania alimentar, foi por séculos assunto de mulheres, como continua sendo em comunidades com algum grau de preservação. A urbanização e o modelo agroindustrial de produção tiraram esse poder das mãos das mulheres nas sociedades industriais, no mesmo processo histórico que foi nos confinando ao trabalho da reprodução da força de trabalho.

O feminismo de pós-guerra, produziu importantes críticas em ordem à rejeição do trabalho doméstico como atributo natural das mulheres. Mas o caminho para "sair da cozinha", própria ou alheia, nos afastou mais do domínio da soberania, e talvez seja em este sentido que precisamos produzir uma crítica aos caminhos históricos que a emancipação feminina foi trilhando. Nós mulheres, as brancas mais que as não brancas, conseguimos vender nossa força de trabalho fora do âmbito doméstico, enquanto Monsanto, Cargill, Morgan & cia, ficaram com o domínio de um poder que por muitos séculos foi nosso, das mulheres de todos os territórios.

REFERÊNCIAS

- FEDERICI, S. *El patriarcado del salario*. Buenos Aires, Tinta Limón, 2018.
- MARQUEZ, ES. *et al*. A violencia contra mulehres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad. Saúde Pública*, 36(4), 2020.
- MASTROPAOLO, J. *Lutas por memória, verdade e justiça. Uma discussão sobre as possibilidades delas produzirem uma crítica desta sociedade*. Tese de doutorado. Escola de Serviço Social. UFRJ, 2014.
- RIVERO, S. *No le echen la culpa al murciélagu*. Entrevista concedida a Claudia Korol. Pagina12, Buenos Aires, 03/04//2020, Las 12 . Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/256569-no-le-echen-la-culpa-al-murcielago>. Acesso em 04/04/2020
- SEGATO, R. Colonialidad e patriarcado moderno. In: *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de sueños, 2016.
- ONU. *Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio a pandemia do coronavirus*, 06/04/2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/> Acesso em: 08/04/2020

CAPÍTULO 20

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Distanciamento social e sobrecarga de trabalho: impactos na saúde da mulher

Rosimar Souza dos Santos Borges¹²³Adriana Santos da Silva¹²⁴

Trata-se de um texto que tem por objetivo refletir sobre o aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres, durante o Distanciamento Social Ampliado (DAS), e os reflexos negativos para saúde das mesmas.

Atualmente, o mundo tem enfrentado um grave problema de Saúde Pública, o novo coronavírus (COVID-19). Para a contenção deste vírus, que até o momento ainda não tem vacina ou medicamento para curar ou prevenir a transmissão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) "preconiza medidas de distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos como as únicas e mais eficientes no combate à pandemia, também denominadas não farmacológicas" (BRASIL, 2020).

O DSA foi adotado inicialmente por ser entendido como única ação capaz de reduzir a velocidade de transmissão do vírus (BRASIL, 2020). Dessa forma, diminui-se o risco de sobrecarga nos sistemas de saúde como, por exemplo, não ter equipamentos necessários para atender a todos (as) e profissionais capacitados para atendimento. Essa estratégia de distanciamento, restringe ao máximo o contato das pessoas e tem como orientação principal a permanência na residência, fechamento de escolas, comércios, instituições entre outros serviços que propiciam a aglomeração de pessoas.

A manutenção na residência ainda que possa ser positiva para a questão da redução da propagação do COVID-19, pode trazer diversas consequências negativas para os que estão no mesmo ambiente, como a questão das violências domésticas. Ela pode também evidenciar o quanto a divisão sexual do trabalho precisa ser discutida, dada o impacto da saúde das mulheres provocado pela sobrecarga de trabalho.

123 Assistente Social do CRM-SSA/UFRJ.

124 Assistente Social do CRM-SSA/UFRJ.

Durante esse período de DSA, há fortes indícios de que esteja havendo um aumento de atribuições das mulheres. Isso porque, alguns estudos como os de Bruschini e Ricoldi (2012); Ávila e Ferreira (2014) e Marcondes e Oliveira (2015) mostram que as mulheres têm sido as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos (as), idosos (as) e pessoas com deficiência.

Essa responsabilidade pelo trabalho doméstico tem sido historicamente uma atribuição das mulheres. Mesmo quando não o executa diretamente, o compromisso de gerenciar e executar fica sempre a cargo delas, enquanto que para os homens, a tarefa doméstica teria a conotação de ajuda à mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007). A rotina das atividades desenvolvidas dentro do lar e todas as demandas que devem atender, requerem longas e cansativas jornadas de trabalho. E, que na maioria das vezes, é incorporado pelo processo de socialização de suas famílias de origem, que se apoia em valores estabelecidos pela ordem patriarcal, ainda presentes na moderna sociedade brasileira, demarcada pela chamada divisão sexual do trabalho.

Para Kergoat (2003, p. 55), "a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade". Rege-se por dois princípios organizadores: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e de mulheres, e o princípio da hierarquização, em que o trabalho dos homens "vale" mais que o trabalho das mulheres (KERGOAT, 2009).

Sobre isso, Biroli (2018, p.23) explica que:

A divisão sexual de trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que moldam as trajetórias das mulheres. (...) as hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres.

Cabe observar que as mulheres sempre desenvolveram trabalho fora de casa, principalmente as negras e as da classe trabalhadora por uma questão de necessidade pessoal e familiar. Ainda que haja avanço quanto à autonomia e emancipação das mulheres, o acúmulo das responsabilidades e exigências domésticas somam-se às do trabalho remunerado, causando desgaste e convertendo-se em uma jornada dupla e extenuante (SADIR; BIGNOTTO; LIPP, 2010).

Assim, o trabalho remunerado no sistema capitalista contemporâneo acaba não sendo um fator de libertação da trabalhadora, mas um fardo ao se somar às obrigações de mãe e dona de casa (SCHENEIDER 2017).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019) as mulheres dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, na comparação com 10,3 horas semanais gastas nessas atividades pelos homens, isto antes da pandemia. Meulders e Silveira (2019) chamam esta desigualdade de "*inflexíveis desigualdades*", porque ao analisarem as diferenças entre homens e mulheres percebem que poucas coisas mudaram de fato em 20 anos.

Na atual conjuntura, com a necessidade de permanecer em casa pelo DSA novas atribuições são colocadas para as mulheres. Ao serem responsáveis pela gestão (HIRATA; KERGOAT, 2007), precisam pensar novas estratégias do cotidiano doméstico, já que todos estão em casa, principalmente as crianças que requerem uma maior atenção e novidades diárias. Um exemplo é a necessidade de ter que dedicar um tempo razoável para ensinar o conteúdo da escola aos filhos (as) e ajuda-los a manusear as várias ferramentas virtuais utilizadas no processo ensino-aprendizagem. As mulheres ao serem, pelas pesquisas apresentadas, a principal responsável pelos cuidados, essa tarefa muito provavelmente está sendo realizadas por elas. As atividades são desgastantes pelas horas que precisam se dedicar e, em muitos casos, por não terem computador em casa, precisam dar um jeito do conteúdo chegar de alguma forma ao filho(a).

Para diversas mulheres que possuem trabalhos remunerados soma-se o home office, que muitas vezes é realizado com dificuldade ao considerar que em paralelo estão sendo requisitadas pelos filhos (as) e pelos afazeres domésticos. Para muitas outras que são autônomas que retiram seu sustento através de atividades como vendas nas ruas, ou execução de serviços como o de faxina, que em sua maioria são negras, a situação fica ainda mais complicada devido a necessidade de também buscar auxílios para suprir as necessidades de todos (as). Muitas dessas mulheres, são as únicas responsáveis pelas despesas da casa e nesse momento ficam com dificuldade financeira, havendo inclusive o reconhecimento de que elas devem ter valor maior do Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Cabe observar também que durante o período de DSA, as mulheres que residem sozinhas com os (as) filhos (as) acabam não tendo com quem contar e desenvolvem todo o trabalho dentro de casa. Sobre isso, Lima (2020, p. 1) nos explica que:

muitas contam com o apoio de parentes, entre eles pessoas mais velhas, com quem não poderiam ter contato no momento atual – idosos fazem parte do grupo de risco da covid-19 e autoridades recomendam que eles não se encontrem com pessoas mais novas para evitar contaminação.

A partir dessas questões apresentadas, nota-se que no contexto atual, com a suspensão de aulas e a exigência de que famílias fiquem em casa, as mulheres têm dedicado muito mais horas com os afazeres domésticos, tornando-se vulneráveis ao aumento da sobrecarga de trabalho e ao adoecimento. Esses aspectos evidenciam a desigualdade de gênero na nossa sociedade.

Dalagasperina e Monteiro (2014) explicam que diante de um cenário com múltiplas demandas e desafios, o desempenho de todas estas tarefas se configura por si só como um fator de desgaste e propulsor de sofrimento, o que gera impactos negativos para a saúde das mulheres. Equilibrar trabalho remunerado com os afazeres domésticos, sem a ajuda de outros membros da família, evidencia questões de adoecimento.

De acordo Nogueira (2020), psicóloga e tecnóloga da Fundacentro, as consequências neste cenário de pandemia podem ser sobrecarga e maior vulnerabilidade psíquica, levando as mulheres a situações de:

percepção de não ter tempo para nada e nem para si; sensação de impotência quanto ao não cumprimento das tarefas, sejam elas auto impostas ou impostas por chefes, colegas e familiares; falta de reconhecimento, seja no trabalho ou trabalho doméstico, podem favorecer sentimentos de ansiedade, angústia, impotência, incapacidade, inutilidade, entre outros.

Acredita-se que para qualquer pessoa viver com qualidade é preciso que a mesma tenha tempo disponível para si, que não seja dedicado ao trabalho, ou seja, um período para assistir um filme, para descansar, praticar esportes, enfim um momento para chamar de “seu”. E em tempos de DSA pelo COVID-19 não tem sido tarefa fácil para as mulheres dedicar um tempo de cuidado para si mesmas.

Segundo Vicente (2018, p. 4) *apud* Foucault (1984, p. 50):

(...) o cuidado de si é a “arte da existência”, que adquire as dimensões de uma verdadeira “cultura de si”, entendida como o preceito segundo o qual convém ocupar-se de si mesmo – tanto do corpo como da alma – para, por meio de ambos, alcançar a felicidade.

A Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PNAISM), explicita que a saúde perpassa por vários aspectos da vida, como: "a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda" (2004, p. 9). Em se tratando das mulheres, os aspectos relacionados ao lazer e condições de trabalho favoráveis, geralmente, não fazem parte do seu dia a dia, o que implica em não ter uma saúde ampliada.

O grande desafio da atualidade é enfrentar as desigualdades de gênero, ainda tão latentes em nossa sociedade e melhorar e qualificar as políticas públicas destinadas às mulheres. Vivemos em uma sociedade em que a nova forma de gestão do trabalho trouxe consigo uma sobrecarga quantitativa, em que se exige fazer muita coisa em pouco tempo, o que prejudica ainda mais a saúde das mulheres.

Sendo assim, compreende-se que a pandemia do COVID-19 tem potencializado efeitos nefastos na saúde das mulheres, em razão dos problemas de desigualdade de gênero e sobrecarga de trabalho. Dejours (1986) explica que o trabalho nunca é neutro em relação à saúde: ou é operador de saúde ou é patogênico.

Como forma de amenizar, provisoriamente, as situações de adoecimento, devido a sobrecarga, neste período de pandemia do COVID-19, Nogueira, em entrevista realizada para o Fundacentro, em abril de 2020, sugere algumas estratégias, são elas: "compartilhamento de tarefas, principalmente as domésticas, com outros familiares; conversar; realizar atividades coletivas como jogos; assistir filmes juntos ou qualquer atividade de lazer agradável a todos pode ser uma opção".

Assim, espera-se que as reflexões levantadas neste texto possam extrair alguns questionamentos, que poderá subsidiar pesquisas futuras, e contribuir para explicar o atual cenário da divisão sexual do trabalho no Brasil e seus reflexos negativos para a saúde da mulher. Ressalta-se que pesquisas nessa direção são importantes para ampliar e efetivar políticas públicas de igualdade entre os gêneros no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, M. B. M.; FERREIRA, V. (orgs). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS corpo, 2014.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Boletim Epidemiológico 7 – COE Coronavirus – 06 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/06/2020-04-06---BE7--Boletim-Especial-do-COE---Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>>. Acesso em 09 abril 2020.
- _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília,

- Editora do Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em 06 abril 2020.
- BRUSCHINI, C. RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudo Feministas* [online], v.20, n.1, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100014>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- DALAGASPERINA, P.; MONTEIRO, J. K. Preditores da síndrome de burnout em docentes do ensino privado: *Psico-USF*, v. 19, n. 2, p. 263-275, 2014.
- DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, v. 54, n. 4, p. 7-11, 1986.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade, 3 o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graa, 2007[1984].
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007.
- IBGE. Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>>. Acesso em 06 abril 2020.
- KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M. (orgs.). *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas*. Coordenadoria da Mulher. São Paulo, 2003.
- Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p.67-75.
- LIMA, J. D. Quais os impactos da pandemia sobre as mulheres, 2020. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres>>. Acesso em 05 abril 2020.
- MARCONDES, G.; OLIVEIRA, M. C. Trabalho feminino e vida familiar: escolhas e constrangimentos na vida das mulheres no início do século XXI. Campinas: Unicamp, 2015. Disponível em <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/617/tudo-como-antes>> Acesso em: 10 jan. 2018.
- MEULDERS, D.; SILVEIRA, R. Inflexíveis desigualdades? In: MARUANI, M. (org.) *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Tradutora Dora Rocha.
- NOGUEIRA, L. Home office e distanciamento social requerem cuidados com a saúde mental, 2020. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2020/4/home-office-e-isolamento-social-requerem-cuidados-com-a-saude-mental>>. Acesso em 05 abril 2020.
- SADIR, M. A.; BIGNOTTO, M. M.; LIPP, M. E. N. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. *Revista Paideia*, v. 20, n. 45, p. 73-81, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a10v20n45.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2019.
- SANTOS, V. S. Distanciamento social. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/distanciamento-social.htm>>. Acesso em 06 abril 2020.
- SCHNEIDER, G. (org.). *Emancipação feminina na Rússia e União Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- VICENTE, Tereza Aracena (2018). *As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde*. Tese de doutorado. PMP/Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

*Esta publicação foi
projetada e diagramada
em maio de 2020 pelo Setor
de Publicações e Coleta de
Dados da Escola de Serviço
Social da UFRJ para difusão
online via Pantheon UFRJ.
Foram utilizadas as fontes
Raleway (Medium 12/15pt no
corpo de texto) e Bitter, em
página de 595x842pt (1:0,7)*



**ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ**